

Universidade de Lisboa  
Instituto de Geografia e Ordenamento do Território



**Requerentes de asilo ucranianos em Portugal. Motivações, redes  
sociais e integração.**

**Yaroslava Kholosha**

Relatório de estágio orientado pelo Prof. Doutor Jorge da Silva Macaísta  
Malheiros e pelo Prof. Doutor Luís Manuel Costa Moreno

Mestrado em Políticas Europeias: Desenvolvimento e Coesão Socioterritorial

2018



**Requerentes de asilo ucranianos em Portugal. Motivações, redes sociais e integração.**

**Yaroslava Kholosha**

Relatório de estágio orientado  
pelo Prof. Doutor Jorge da Silva Macaísta Malheiros e  
pelo Prof. Doutor Luís Manuel Costa Moreno

Júri:

Presidente: Professora Doutora Alina Isabel Pereira Esteves do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa;

Vogais:

- Professora Doutora Maria Manuela Ferreira Mendes da Faculdade de Arquitectura;
- Professor Doutor Luís Manuel Costa Moreno do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa.

### **Agradecimentos**

Um trabalho desta natureza não é fácil de ser realizado individualmente. Ao longo deste várias pessoas e instituições contribuíram para a minha chegada até aqui, justificando-se o meu sincero reconhecimento.

Agradeço em primeiro lugar aos meus orientadores, professores Jorge Malheiros e Luís Moreno, pela partilha de sabedoria, ideias e apoio.

Obrigada também aos docentes do IGOT pela partilha de conhecimento e auxílio, em particular às professoras Maria Lucinda Fonseca, Alina Esteves e Jennifer McGarrigle.

Grata ainda ao Conselho Português para os Refugiados (CPR), por me ter acolhido tão bem ao longo da realização do estágio e por ter disponibilizado todos os recursos para a concretização desta investigação.

Deixo o meu agradecimento aos requerentes de asilo com quem tive o enorme prazer em contactar no Conselho Português para os Refugiados, e, um especial obrigada aos requerentes ucranianos, que contribuíram nas entrevistas realizadas. Recordo-os a todos com um enorme carinho e saudade.

Obrigada também ao David Canaveira, Ruben Gonçalves e Fábio Tavares não só pelo apoio mas também pela ajuda.

Agradeço em especial à minha mãe e irmã pela força, apoio e paciência que demonstraram para comigo ao longo deste trabalho. Foram incansáveis.

Por fim, mas não menos importante, um muito obrigada ao meu namorado, João Barata, por todo o carinho, pronta ajuda e paciência ao longo desta etapa.

## Resumo

Este relatório de estágio reflete duas partes realizadas em simultâneo: a primeira corresponde às tarefas realizadas ao longo do estágio curricular no Departamento Social, no Centro de Acolhimento para Refugiados (CAR), e a segunda à realização de uma investigação, com o objetivo de compreender o papel das redes sociais na escolha de Portugal como país de destino pelos requerentes de asilo ucranianos e como aquelas potenciam a sua integração.

A primeira parte do relatório possibilitou compreender o funcionamento do Conselho Português para os Refugiados (CPR) e auxiliar, através do desempenho das minhas funções no CAR, no processo de remoção de barreiras à integração dos requerentes de asilo. A segunda parte procura refletir acerca das origens do conflito entre a Ucrânia e Rússia (um dos motivos que levou ao crescimento dos pedidos de asilo em Portugal a partir de 2013); discutir o conceito de redes sociais; identificar a rede social dos requerentes ucranianos e os seus contributos na integração em Portugal; e observar outros fatores que poderão potenciar a sua integração. Assim, utilizou-se o método indutivo partindo do contacto e observação do público-alvo em estudo, progredindo para a descrição teórica, conjugando métodos quantitativos e qualitativos, em que foram aplicadas entrevistas semiestruturadas aos requerentes de asilo ucranianos e à Presidente da Direção do CPR.

Pela análise empírica, verifica-se que os requerentes de asilo ucranianos estabelecem ligações com: *social bonds* – familiares e amigos que os influenciaram a migrar e outras comunidades imigrantes, etc.; *social bridges* – ligações com a comunidade autóctone e requerentes de asilo de etnia diferente do CAR; *social links* – com os funcionários do CPR. Esta panóplia de atores facilita a provisão de habitação, emprego, educação, auxílio na remoção de barreiras linguísticas e outros elementos, verificando-se assim o poder do capital social na integração. Todavia, os conterrâneos desempenham o papel mais relevante, sobretudo por contribuírem para a remoção da barreira linguística dos requerentes, o que ao mesmo tempo limita o aprofundamento de outras relações com os atores que protagonizam as *social bridges* e *links*.

Os requerentes de asilo ucranianos tencionam permanecer em Portugal, encontrar um emprego e aprimorar as suas qualificações, bem como adquirir habitação e cidadania. Todavia, consideram que, para uma melhor integração, o CPR deve procurar mitigar a barreira linguística, estimular outras *social links*, proporcionar a ocupação dos tempos livres, a troca de experiências profissionais, a escolha do município de residência, entre outros fatores que potenciam a integração destes solicitantes em Portugal.

**Palavras-chave:** requerentes de asilo, ucranianos, redes sociais, integração.

## **Abstract**

This internship report reflects two parts carried out simultaneously: the first one analyses the tasks carried out in the Social Department of the Refugee Reception Centre (Centro de Acolhimento para Refugiados – CAR) during the curricular training, and the second is an exploratory research aimed to understanding the role of social networks in the choice of Portugal as a destination country by Ukrainian asylum seekers and how they enhance the integration of these in the host country.

The completion of the first part of the internship report made it possible to understand the functioning of the Portuguese Council for Refugees (Conselho Português para os Refugiados – CPR) and through my tasks in CAR, to help in the process of removing barriers to the integration of asylum seekers. The second part aims to reflect on the origins of the conflict between Ukraine and Russia (one of the reasons that led to the growth of asylum applications in Portugal since 2013); discuss of the concept of social networks; identify the social network of Ukrainian applicants and their contribution to the integration in Portugal; and observe other factors that may enhance their integration. For this research, the inductive method was used starting from the contact and observation of the target public in study, progressing to the theoretical description, combining quantitative and qualitative methods in which semi-structured interviews were applied to Ukrainian asylum seekers and the CPR Chairwoman.

Through empirical analysis, it can be seen that Ukrainian asylum seekers establish links with: social bonds – family members and friends who have influenced them to migrate as well as other immigrant communities; social bridges – links with the autochthonous community and asylum seekers of different ethnicities from CAR; social links – with CPR workers. This panoply of actors contributes to provide housing, employment, education, help in removing language barriers and other assets to the applicants, which denotes the power of social capital in the integration process. However, social bonds play a more important role than the other kinds of links, mainly due to their contribution to the removal of the linguistic barrier to the applicants, which at the same time limits the deepening of other relations with the actors involved in social bridges and links.

Ukrainian asylum seekers intend to stay in Portugal, find a job and improve their qualifications, acquire housing and citizenship. However, they consider that for better integration it becomes necessary that the CPR mitigates the language barrier, stimulates other social links, provides leisure offer the exchange of professional experiences, the choice of the municipality of residence, among other factors that enhance the integration of Ukrainian asylum seekers in Portugal.

**Keywords:** asylum seekers, Ukrainians, social networks, integration.

## Абстракт

Этот доклад о стажировке отражает две части, выполненные одновременно: в первой из них задачи выполняются на контролируемой стажировке в Социальном департаменте, в Центре приема беженцев (Centro de Acolhimento para Refugiados – CAR), во второй части, идет расследование понять роль социальных сетей в выборе португалии в качестве страны назначения украинскими просителями убежища и как связи способствуют их интеграции в португалии.

Завершение первой части позволило понять функционирование португальского совета по делам беженцев (Conselho Português para os Refugiados – CPR), и, помочь в процессе устранения препятствий для интеграции просителей убежища в Центре приема беженцев (CAR). Вторая часть направлена на размышления о происхождении конфликта между Украиной и Россией (одна из причин, которая привела к росту заявлений о предоставлении убежища в португалии с 2013 года); обсудить концепцию социальных сетей; идентифицировать социальную сеть украинских заявителей и их вклад в интеграцию в португалию; и наблюдать другие факторы которые могут усилить их интеграцию. Для этого использовался индуктивный метод, начиная с контакта и наблюдения украинских просителей убежища в Центре приема беженцев, прогрессировать к теоретическому описанию, сочетая количественные и качественные методы, в которых полуструктурированные интервью были применены к украинским просителям убежища и Президенту португальского совета по делам беженцев (CPR).

Из эмпирического анализа видно, что украинские просители убежища устанавливают связи с: социальные узы [*social bonds*] – членами семьи и друзьями, которые оказали на них влияние на миграцию, другие иммигранты, и т.д.; социальные мосты [*social bridges*] – связи с автохтонным обществом и просителями убежища из разных этнических групп с CAR; социальные связи [*social links*] – с сотрудниками CPR. Эти актеры предоставляют жилье, работу, образование, помощь в устранении языковых барьеров и т.д. для украинских просителей убежища, таким образом подчеркивается сила социального капитала в процессе интеграции. Однако, социальные узы играют самую важную роль из-за устранения языкового барьера просителей убежища, и в то же время ограничивают углубление отношений с социальными мостами и связями.

Украинские просители убежища намерены остаться в португалии, намереваясь найти работу и повысить свою квалификацию, приобрести жилье и гражданство. Однако они считают что для лучшей интеграции становится необходимо развитие в CPR такие факторы как смягчить языковой барьер, стимулировать другие социальные связи, обеспечить занятие на свободное время, обмен профессиональным опытом, выбор муниципалитета проживания, среди других факторов которые усиливают их интеграцию в португалии.

**Ключевые слова:** просители убежища, украинцы, социальные сети, интеграция.

## Índice

Agradecimentos.....	iii
Resumo.....	iv
Abstract.....	v
Абстракт.....	vi
Índice.....	vii
Índice de figuras.....	viii
Índice de tabelas.....	viii
Lista de abreviaturas.....	ix
1. Introdução.....	1
2. Funções, serviços e espaços do Conselho Português para os Refugiados.....	6
2.1 Tarefas desempenhadas no Centro de Acolhimento para Refugiados .....	8
3. Enquadramento metodológico .....	16
4. Elementos conceptuais e enquadramento do problema.....	21
4.1 O conflito: a raiz do fenómeno .....	22
4.1.1 O conflito entre a Ucrânia e a Rússia .....	25
4.1.2 Balanço dos movimentos forçados de ucranianos.....	31
4.2 Requerentes de asilo .....	36
4.2.1 Direitos e deveres dos requerentes de asilo conforme a lei de asilo portuguesa .....	38
4.3 Redes sociais .....	39
4.3.1 Redes sociais – um fator decisivo nas migrações económicas e forçadas .....	43
4.3.2 A comunidade ucraniana em Portugal e a influência das redes sociais .....	46
4.4 Integração.....	55
4.5 Modelo de análise .....	64
5. Requerentes de asilo ucranianos em Portugal: características, redes e integração.....	67
5.1 Características gerais, pedidos de asilo e escolha do país de destino .....	68
5.2 Redes sociais – ‘quem’ colabora e ‘como’ influencia o processo de integração em Portugal? .....	80
5.3 Propostas dos requerentes em prol da integração e expectativas futuras.....	89
6. Perspetiva institucional dos ucranianos em Portugal: visão da dirigente do CPR .....	97
7. Balanço do estágio e do projeto de investigação e os seus resultados .....	100
Bibliografia.....	107
Anexos.....	118
I. Mapa Ucrânia por <i>oblast</i> .....	118
II. Estrutura de entrevista aplicada aos requerentes de asilo ucranianos .....	119
III. Estrutura da entrevista aplicada à Dr.ª Maria Teresa Tito de Morais Mendes, Presidente da Direção do CPR .....	126

## Índice de figuras

<b>Figura 1</b> – Centro de Acolhimento para Refugiados .....	8
<b>Figura 2</b> – Distribuição de alimentos em cadeia no CAR .....	9
<b>Figura 3</b> – Banco de roupa do CAR .....	10
<b>Figura 4</b> – Organização do stock alimentar do CAR por data de validade .....	11
<b>Figura 5</b> – Atividade de pintura no CAR .....	15
<b>Figura 6</b> – Região de Donbass e zona de conflito.....	27
<b>Figura 7</b> – Evolução da linha de contacto do conflito entre 2015 a 2017 .....	28
<b>Figura 8</b> – População que usa o russo como primeira língua .....	29
<b>Figura 9</b> – População que usa o ucraniano como primeira língua .....	30
<b>Figura 10</b> – Distribuição territorial da população deslocada na Ucrânia em 2016 e 2017 .....	31
<b>Figura 11</b> – Evolução dos pedidos de asilo da Ucrânia a países da União Europeia entre Agosto de 2013 a Dezembro de 2015.....	32
<b>Figura 12</b> – Evolução dos pedidos de asilo efetuados em Portugal por pessoas de nacionalidade ucraniana desde 2012 a 2017.....	34
<b>Figura 13</b> – Situação dos pedidos de asilo ucranianos apresentados em 2016 no CPR .....	35
<b>Figura 14</b> – Situação dos pedidos de asilo ucranianos apresentados em 2017 no CPR .....	36
<b>Figura 15</b> – População ucraniana residente em Portugal entre 2001 e 2016.....	47
<b>Figura 16</b> – Representatividade da população ucraniana em relação à população total do distrito (2016) .....	52
<b>Figura 17</b> – Estrutura concetual dos principais domínios da integração .....	58
<b>Figura 18</b> – Esquema do modelo de análise.....	65
<b>Figura 19</b> – Situação familiar dos requerentes de asilo ucranianos entrevistados no momento em que requereram asilo em Portugal .....	68
<b>Figura 20</b> – Representação de homens e mulheres requerentes de asilo ucranianos entrevistados .....	69
<b>Figura 21</b> – Idade dos requerentes de asilo ucranianos entrevistados .....	69
<b>Figura 22</b> – Grau de instrução dos requerentes de asilo ucranianos entrevistados .....	70
<b>Figura 23</b> – Última oblast de residência dos requerentes de asilo ucranianos entrevistados.....	71
<b>Figura 24</b> – Primeiro país de asilo dos agregados familiares ucranianos analisados.....	72
<b>Figura 25</b> – Alojamento inicial dos agregados familiares e dos respetivos requerentes de asilo entrevistados enquanto estiveram a cargo do CPR.....	76
<b>Figura 26</b> – Tempo de permanência no CAR dos requerentes de asilo entrevistados a cargo do CPR.....	79
<b>Figura 27</b> – Situação dos pedidos de asilo dos requerentes ucranianos entrevistados .....	79
<b>Figura 28</b> – Rede social formada pelos requerentes de asilo ucranianos entrevistados .....	81

## Índice de tabelas

<b>Tabela 1</b> – Proximidade à cultura russa através da língua (%) .....	30
<b>Tabela 2</b> – Representatividade dos requerentes de asilo ucranianos nos países da UE como sendo a nacionalidade principal entre 2014 a 2016 .....	33
<b>Tabela 3</b> – Representatividade das cinco principais nacionalidades que pediram asilo a Portugal entre 2013 e 2017 .....	33
<b>Tabela 4</b> – Motivações para a migração de população ucraniana para Portugal, por períodos de chegada (%) .....	49
<b>Tabela 5</b> – Concentração da população ucraniana por distrito em Portugal (%) .....	51
<b>Tabela 6</b> – Profissões desempenhadas no país de origem (Ucrânia) pelos requerentes de asilo entrevistados .....	70



## Lista de abreviaturas

<b>ACM</b>	Alto Comissariado para as migrações
<b>ACNUR</b>	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
<b>AML</b>	Área Metropolitana de Lisboa
<b>ATO</b>	Operação Antiterrorista
<b>BGRI</b>	Base Geográfica de Referenciação de Informação
<b>CAR</b>	Centro de Acolhimento para Refugiados
<b>CARC</b>	Casa de Acolhimento para Crianças Refugiadas
<b>CITE</b>	Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego
<b>CPR</b>	Conselho Português para os Refugiados
<b>EUROSTAT</b>	Gabinete de Estatísticas da União Europeia
<b>FAMI</b>	Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração
<b>GIP</b>	Gabinetes de Inserção Profissional
<b>IEFP</b>	Instituto do Emprego e Formação Profissional
<b>ISS</b>	Instituto da Segurança Social
<b>LP</b>	Língua portuguesa
<b>ONG</b>	Organizações Não-Governamentais
<b>ONGD</b>	Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento
<b>OTAN</b>	Organização do Tratado do Atlântico Norte
<b>PALOP</b>	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
<b>RAME</b>	Regime de Apoio Municipal à Criação e Beneficiação de Equipamentos Coletivos
<b>RPD</b>	Repúblicas Populares de Donetsk
<b>RPL</b>	Repúblicas Populares de Lugansk
<b>SCML</b>	Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
<b>SEF</b>	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
<b>SGMAI</b>	Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna
<b>UE</b>	União Europeia

## 1. Introdução

O presente relatório de estágio reflete tanto a experiência e conhecimento adquirido ao longo da concretização do estágio no Conselho Português para os Refugiados (CPR), como ainda o desenvolvimento de uma investigação num prazo mais dilatado, parcialmente imbricada com as tarefas quotidianas realizadas. Assim sendo, o estágio foi dividido em duas partes simultâneas: i) a primeira concentrou-se no desenvolvimento das tarefas designadas pela minha supervisora no Departamento Social, no Centro de Acolhimento para Refugiados (CAR), na Bobadela, onde segui a indicação de implementar tarefas ligadas diretamente ao apoio e acompanhamento dos requerentes de asilo e refugiados espontâneos, o que permitiu também enriquecer o conhecimento ao nível da dinâmica profissional; ii) a segunda teve o objetivo de desenvolver uma pesquisa a médio prazo focada nos requerentes de asilo ucranianos. A investigação consistiu no desenvolvimento de um trabalho em parceria com o CPR, através da aplicação de entrevistas aos requerentes ucranianos, visando principalmente a compreensão do papel das redes sociais na escolha de Portugal como país de destino dos requerentes de asilo e, também, o modo como essas redes potenciam a integração em Portugal.

Para a concretização das duas partes do estágio, e como forma de auxílio à estruturação do relatório, foi definido um conjunto de objetivos específicos.

Para a concretização da primeira parte do estágio, os objetivos foram os seguintes:

- i. Caracterizar o CPR e compreender melhor o seu funcionamento;
- ii. Auxiliar, através do desempenho das minhas funções no CAR, no processo de remoção de barreiras à integração dos requerentes de asilo.

Para a efetivação da segunda parte, referente à investigação, foram estabelecidos os seguintes objetivos:

- i. Refletir acerca da origem do conflito, principalmente entre a Ucrânia e Rússia;
- ii. Analisar o conceito “requerentes de asilo” e discutir os direitos e deveres dos requerentes de asilo em Portugal;
- iii. Explorar o conceito de “rede social” aplicado às migrações e observar como as redes sociais são um fator importante tanto nas migrações económicas como nas migrações forçadas na escolha do país de destino – observando o caso da rede de imigrantes ucranianos em Portugal;

- iv. Examinar as várias dimensões da integração;
- v. Identificar as razões dos pedidos de asilo efetuados pelos requerentes de asilo ucranianos;
- vi. Reconhecer os atores intervenientes no processo de integração dos requerentes de asilo ucranianos em Portugal e verificar como aqueles os auxiliam;
- vii. Identificar outros atores apresentados pelo CPR aos requerentes de asilo ucranianos durante o tempo de permanência no CAR;
- viii. Evidenciar os fatores que poderão potenciar a integração em Portugal dos requerentes de asilo ucranianos, com recurso a entrevistas a pessoas nesta situação.
- ix. Identificar as expetativas futuras dos requerentes de asilo ucranianos.
- x. Evidenciar a perspetiva da Presidente da Direção do CPR acerca das razões que levam os ucranianos a escolher Portugal como país de asilo; qual a rede social destes; e, qual o contributo do CPR para o alargamento da respetiva rede e integração.

A escolha da temática de investigação advém na sequência de conhecimentos adquiridos na área de geografia humana na licenciatura e que se prolongaram no grau posterior. No mestrado tive assim a possibilidade de aprofundar o meu conhecimento sobre migrações forçadas em unidades curriculares como “Migrações e Espaços de Diversidade” ou “Geopolítica e Globalização”, onde aprofundei o tema relativo às origens do conflito Ucrânia-Rússia, recorrendo desde então ao CPR para a obtenção de dados e outras informações adicionais. No âmbito das unidades curriculares “União Europeia: Instituições, Atores e Políticas” e “Coesão Social na Europa” também desenvolvi os temas da integração laboral da comunidade ucraniana. Além da componente académica, nutro interesse pessoal em explorar a temática, dado que sendo ucraniana de origem e estando em Portugal há dezoito anos, tenho tido oportunidade de presenciar a importância das redes sociais na integração dos imigrantes. Assim, e perante um cenário de conflito entre a Ucrânia e Rússia e tendo familiares a residir em Donetsk (zona de conflito), considerei relevante estudar a importância das redes sociais nas migrações forçadas, nomeadamente como estas influenciam a escolha de Portugal como país de destino e no processo de integração.

As conexões sociais estão inerentes a todos nós. Todos os seres humanos precisam de apoio de familiares, amigos, conhecidos ou outros, principalmente os que experienciam

a migração. Quer seja migração voluntária ou forçada, é importante os indivíduos sentirem-se suportados por outros nesta longa jornada, pois ser-se forasteiro não é de facto fácil.

Neste sentido, os imigrantes da Europa de Leste abriram caminho involuntariamente aos requerentes de asilo ucranianos. Desde o final dos anos 90, além de em Portugal predominarem imigrantes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e brasileiros, verificava-se um crescimento exponencial de imigrantes de alguns países do leste da Europa, com destaque para os ucranianos, principalmente entre 1999 e 2002, devido essencialmente às oportunidades de emprego e às possibilidades de legalização (Caldeira, 2011; Malheiros, 2005). No entanto, ao longo do tempo, Portugal passou a ser um país atrativo para os imigrantes ucranianos não só pelos fatores referidos, mas pela reunificação familiar, ou seja, pelo desejo de união dos laços que tinham deixado para trás (Fonseca et al., 2014). A comunidade ucraniana afirmou-se assim como uma das mais sólidas (Fonseca et al., 2016), verificando-se que as redes sociais destes imigrantes em Portugal não só funcionam como suporte na integração dos recém-chegados, como também são um íman que atrai outros indivíduos da Ucrânia para Portugal, influenciando assim a sua decisão em migrar. Com a erupção do conflito na Crimeia e posteriormente no Leste da Ucrânia no final de 2013, os indivíduos que procuraram proteção internacional podiam encontrar assim uma base de apoio em Portugal, construída pelos seus conterrâneos ao longo dos anos de permanência no país. Os imigrantes ucranianos, que porventura podem ser familiares e amigos dos requerentes de asilo, têm assim o poder de lhes fornecer suporte até chegarem a Portugal e fomentarem a integração dos mesmos na nova sociedade de acolhimento. Deste modo, torna-se necessário compreender se efetivamente os requerentes de asilo ucranianos escolhem Portugal como país de destino por disporem de uma base de apoio dos seus conterrâneos ou se efetivamente existem outros fatores emergentes. Além disso, é ainda relevante conhecer outros atores intervenientes no processo de integração dos requerentes de asilo ucranianos em Portugal, como o Conselho Português para os Refugiados, e compreender como cada um tem contribuído para a integração dos mesmos em Portugal.

O estágio curricular veio assim proporcionar não só a possibilidade de eu colaborar na integração de requerentes de asilo, mas também abrir a porta para o desenvolvimento de uma investigação aplicada centrada nos objetivos acima referidos, a qual não seria possível sem a realização do estágio e a colaboração dos requerentes ucranianos. Espero que esta investigação consiga por em evidência os fatores que podem ser alvo de melhoria para que a integração dos requerentes em geral e dos ucranianos em

particular seja efetivamente mais bem-sucedida em Portugal, para além de salientar a importância das redes sociais para este efeito.

Este relatório está composto por sete capítulos: (i) Introdução, (ii) Funções, serviços e espaços do Conselho Português para os Refugiados, (iii) Enquadramento metodológico, (iv) Elementos conceptuais e enquadramento do problema, (v) Requerentes de asilo ucranianos em Portugal: características, redes e integração, (vi) Perspetiva institucional dos ucranianos em Portugal: visão da dirigente do CPR, e, por último as (vii) Reflexões finais.

O capítulo *Funções, serviços e espaços do Conselho Português para os Refugiados (ii)* é dedicado à caracterização da organização, sendo analisado o seu surgimento e evolução, parceiros e projetos, bem como a sua composição e papel na integração dos requerentes de asilo na sociedade portuguesa. Além disso, é dedicado um subtópico do capítulo às tarefas realizadas por mim no CAR ao longo do estágio curricular.

No *Enquadramento metodológico (iii)* é apontada e justificada a abordagem metodológica utilizada ao longo da investigação e as respetivas técnicas aplicadas, bem como mencionadas algumas das dificuldades sentidas durante a realização da pesquisa.

No quarto capítulo, *Elementos conceptuais e enquadramento do problema (iv)*, são explorados, de forma teórica e empírica, os quatro conceitos fundamentais da investigação através da revisão bibliográfica: o *conflito*, os *requerentes de asilo*, as *redes sociais* e a *integração*. Além disso, através da análise dos mesmos é efetuado o enquadramento do problema em estudo. Este capítulo é organizado em subcapítulos, cada um deles dedicado um dos conceitos. Assim, ao longo do subcapítulo do *conflito* é abordado o conflito entre a Ucrânia e a Rússia, bem como é efetuado o balanço dos movimentos forçados realizados pelos requerentes de asilo ucranianos, pondo-se em evidência sobretudo o caso de Portugal. No subcapítulo referente aos *requerentes de asilo*, além de serem identificados os indivíduos que podem requerer proteção internacional à luz da Convenção de Genebra, são também discriminados os direitos e deveres dos requerentes em Portugal. No subcapítulo das *redes sociais* é realizada uma revisão da literatura sobre estas, destacando os efeitos positivos e negativos que proporcionam, sendo ainda estabelecida uma ligação direta entre *redes sociais* e o conceito de *capital social*, uma vez que estão intimamente conectados. Além disso, ainda neste ponto, é dedicada a atenção à importância que as redes sociais têm no poder de influenciar a tomada de decisão em migrar, bem como é observada a evolução e importância das redes sociais na comunidade ucraniana em Portugal. No último

subcapítulo dedicado aos conceitos, é analisada a *integração*, sendo realizado um enquadramento conceptual com base na exploração bibliográfica para fundamentação do conceito e observados os diferentes domínios da integração. Por fim, ainda neste capítulo é explicitado o modelo de análise, que tem como finalidade esquematizar os quatro conceitos abordados ao longo da investigação e ilustrar a interligação entre estes, bem como facilitar a leitura da problemática.

No capítulo cinco, *Requerentes de asilo ucranianos em Portugal: características, redes e integração (v)*, são analisadas, com recurso às entrevistas realizadas aos requerentes de asilo ucranianos no CPR, as características gerais dos requerentes, as razões que os levaram a escolher Portugal e se efetivamente os familiares, amigos ou conhecidos tiveram impacto no processo de decisão. Procurou-se também refletir acerca de quem compõe a rede social dos requerentes de asilo ucranianos entrevistados e de que forma estes atores influenciam o seu processo de integração em Portugal, compreender em que medida o CPR potenciou o estabelecimento de conexões sociais aos requerentes entrevistados, bem como identificar alguns pontos que estimulam a sua integração (identificados pelos próprios) e quais as suas expetativas futuras.

No capítulo seguinte, *Perspetiva institucional dos ucranianos em Portugal: visão da dirigente do CPR (vi)* é analisada a entrevista que foi realizada à Dr.<sup>a</sup> Maria Teresa Tito de Moraes Mendes, Presidente da Direção do CPR, que teve como objetivo captar as razões que explicam o aumento dos pedidos de asilo ucranianos, especialmente após 2014, percebendo assim qual o impacto do conflito neste aumento, bem como compreender quais as redes sociais formadas pelos requerentes de asilo ucranianos em Portugal e como o CPR tem potenciando o aumento das mesmas e a sua integração. Por último, no capítulo das *(vii) Reflexões finais* é efetuado um balanço do estágio e do projeto de investigação e dos resultados alcançados, sendo mencionadas algumas recomendações para melhorar a integração dos requerentes de asilo ucranianos.

## **2. Funções, serviços e espaços do Conselho Português para os Refugiados**

No que toca às instituições que se dedicam às questões do asilo e dos refugiados, é importante descrever o papel do Conselho Português para os Refugiados (CPR). De acordo com o *síte* do mesmo (CPR, 19 de Dezembro de 2017), o CPR corresponde ao parceiro operacional do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) em Portugal, o qual passou a representar após o seu encerramento em finais de 1998. Trata-se de uma Organização Não-Governamental para o Desenvolvimento (ONGD) criada em 1991. A Lei n.º 27/2008, de 30 de junho, bem como a Lei n.º 26/2014 de 5 de maio, que inseriu algumas alterações à anterior, atribuem ao CPR um importante papel no acompanhamento dos pedidos de asilo e dos refugiados, apoiando os requerentes ao longo do processo de decisão da atribuição ou não do estatuto de refugiado, se os requerentes assim o consentirem.

De acordo com relatório anual de atividades do CPR de 2016, o CPR tem sido suportado financeiramente pelo Fundo Asilo, Migração e Integração (FAMI) da União Europeia, no âmbito do Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020, coordenado pela Secretaria Geral do Ministério de Administração Interna (SGMAI) e pelo Alto Comissariado para as Migrações (ACM). Tem contado desde muito cedo também com o apoio financeiro do ACNUR, com quem possui acordo desde o ano 1993, bem como, desde 1998, é mantido um protocolo de cooperação com o Ministério de Administração Interna, por meio do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF). O CPR beneficia também, desde 2007, de um acordo com o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), o qual contribui financeiramente para o Gabinete de Inserção Profissional (GIP), mantendo ainda acordos de cooperação com o Instituto de Segurança Social, I.P. (ISS) e com a Santa Casa de Misericórdia de Lisboa (SCML), sendo estas as entidades que sucedem ao CPR no acompanhamento dos requerentes de asilo (CPR, 19 de Dezembro de 2017).

O CPR intervém nas questões do asilo e refugiados através de apoio social, apoio jurídico, divulgação de informação, como estatísticas dos pedidos de asilo, apoio na procura de emprego e/ou formação, bem como de habitação, aprendizagem da língua portuguesa e reinstalação e recolocação de refugiados, desenvolvendo vários projetos. Entre os projetos mais recentes, iniciados 2017, estão os projetos "SOS Proteção de Refugiados" e PT/2017/FAMI/261 – "Começar de Novo: Apoio à Autonomização dos Refugiados", contando com numerosas parcerias públicas e privadas, como o SGMAI, a RHmais - Organização e Gestão de Recursos Humanos, S.A., entre outras. O primeiro projeto tem assim como objetivo dar apoio especializado aos requerentes de proteção internacional e preparar a sua integração em Portugal em domínios como a saúde,

educação, emprego, etc.; e, o segundo, em colaboração com o Programa Nacional de Recolocação, visa estimular o *empowerment* individual dos requerentes de asilo e refugiados através da dotação de ferramentas para uma melhor integração no mercado de trabalho, para que os mesmos exerçam uma cidadania autónoma na sociedade de acolhimento por forma a diminuir o risco de pobreza e exclusão social (Projetos em curso no CPR, 18 de Junho de 2018).

Quanto aos equipamentos integrados no CPR, este possui a sua sede no Bairro da Bela Vista, em Lisboa, onde detém também a Casa de Acolhimento para Crianças Refugiadas (CACR). O Espaço “A Criança” e o Centro de Acolhimento para Refugiados (CAR), que complementam o conjunto de instalações, situam-se ambos na Bobadela, no município de Loures. A CACR entrou em funcionamento em 2012 e corresponde a um espaço de acolhimento especializado para crianças e jovens com menos de 18 anos não acompanhados, isto é, que chegam a Portugal sem o acompanhamento dos pais ou da pessoa responsável, sendo encaminhados pelo Gabinete de Asilo e Refugiados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras até este local. O Espaço “A Criança”, segundo o relatório anual de atividades do CPR de 2016 (Conselho Português para os Refugiados, 2016), foi criado em 2007, destinando-se a crianças entre os quatro meses e o ingresso no Ensino Escolar Básico, tendo como objetivo potenciar a integração bilateral de crianças da comunidade local com a população requerente de proteção. Por último, o CAR surgiu no âmbito do Programa Regime de Apoio Municipal à Criação e Beneficiação de Equipamentos Coletivos (RAME) no município de Loures, enquadrado pelo Projeto “Acolhimento e Integração de Requerentes de Asilo” (2001/EQUAL/A2/RA/057), correspondente à ação 2 da iniciativa comunitária EQUAL, que financiou a construção deste equipamento social (Folheto explicativo do CAR, 19 de Dezembro de 2017). A função do CAR passa por salvaguardar as necessidades básicas dos utentes, como prover alojamento, alimentação, assistência médica, social, jurídica, apoio a nível de emprego, formação em língua portuguesa e ocupação de tempos livres e em fornecer informação dos seus direitos e deveres na sociedade de acolhimento. Este espaço permite o desenvolvimento de trocas de experiências multiculturais e visa a integração dos requerentes de asilo em Portugal e na União Europeia (Folheto explicativo do CAR, 21 de Dezembro de 2017). Este edifício dispõe assim de espaços de convívio e de lazer, uma cozinha comum, banco de roupa, um armazém subterrâneo, quartos para os requerentes não mistos, uma lavandaria/engomadoria, biblioteca/mediateca, duas salas de formação, uma equipada com computadores e outra polivalente, um auditório (Ângelo Vidal de D’Almeida Ribeiro), com capacidade para 143 pessoas e um complexo polidesportivo descoberto,



estando também disponível para o aluguer à comunidade local (CAR, 20 de Dezembro de 2017).

## **2.1 Tarefas desempenhadas no Centro de Acolhimento para Refugiados**

Com a realização do estágio curricular foi-me dada a possibilidade de ficar inserida no CAR (figura 1), no departamento social. Ao longo dos quatro meses de duração do estágio desempenhei tarefas relacionadas com a provisão de alimentos, roupa, habitação e acesso aos cuidados de saúde pelos requerentes. Além disso, efetuei traduções de português para russo de modo a consciencializar os requerentes de asilo dos seus direitos e deveres na sociedade de acolhimento e facilitar a integração dos mesmos nos serviços educativos e no emprego. Contribuí também para o desenvolvimento de atividades de ocupação de tempos livres, bem como participei noutras tarefas que irão ser detalhadas ao longo deste subcapítulo.



**Figura 1** – Centro de Acolhimento para Refugiados. Fonte: autora.

Paralelamente às tarefas referidas, desenvolvi, tal como já foi referido, um trabalho de investigação mais estendido no tempo, em grande parte sustentado pelos contactos que estabelecia gradualmente com os requerentes de asilo ucranianos no CAR; com efeito, estes contactos possibilitaram a realização de entrevistas e o cumprimento dos objetivos específicos já enunciados. Além disso, ao longo da permanência no CAR, pude reunir outras informações adicionais, fornecidas principalmente pela minha supervisora, e

realizar uma entrevista à Presidente do CPR, de modo a reforçar de modo qualificado a fundamentação da presente investigação. Este ponto será abordado mais adiante, no capítulo da metodologia (capítulo 3).

Passo a referir, de seguida, as tarefas quotidianas desenvolvidas por mim no CAR.

#### **i. Banco Alimentar**

Semanalmente no CAR é realizada a distribuição de alimentos pelos requerentes de asilo, doados pelas superfícies comerciais, pelo Banco Alimentar e até mesmo pela Embaixada dos Emirados Árabes Unidos. Essa distribuição tem a colaboração de estagiários, bem como de requerentes de asilo voluntários. Desenvolve-se assim um trabalho em equipa, desde o carregamento de alimentos, triagem dos mesmos, nomeadamente pela data de validade e estado de conservação e, posteriormente, a distribuição pelos requerentes através de um sistema em cadeia (figura 2).



**Figura 2** – Distribuição de alimentos em cadeia no CAR. Fonte: autora.

Os voluntários têm também a possibilidade de receber posteriormente um certificado de participação pelo auxílio prestado no banco alimentar, por forma a ser valorizada a sua dedicação e reconhecida a sua atividade.

#### **ii. Banco de Roupas**

O CAR possui um banco de roupa (figura 3) que coloca à disposição dos requerentes, podendo estes utilizá-lo todas as quintas-feiras, inscrevendo-se previamente para esse efeito na receção. Normalmente uma pessoa por família tem acesso ao banco, podendo retirar as peças de roupa que desejar durante aproximadamente 15 minutos, dando

posteriormente oportunidade a outras famílias. A roupa é doada maioritariamente pela comunidade local e trabalhadores do CPR. Assim, dois estagiários ficam responsáveis por manter a ordem do local e inscrever os requerentes que pretendem usufruir do banco de roupa.



**Figura 3 – Banco de roupa do CAR.** Fonte: autora.

### **iii. Organização do *stock* alimentar e de roupa**

A cave subterrânea do CAR armazena alimentos, bem como roupa que é distribuída semanalmente aos requerentes de asilo. Algumas doações são realizadas em grandes quantidades, como no caso das doações efetuadas pela Embaixada dos Emirados Árabes Unidos; por isso, o centro armazena esses produtos para serem distribuídos gradualmente. No início do ano 2018, de modo a facilitar a gestão do *stock* alimentar e combater o desperdício que por vezes se verificava, pois os alimentos não eram distribuídos atempadamente pelos requerentes, os mesmos foram organizados pelos trabalhadores do CPR consoante o mês e ano de validade nos respetivos compartimentos, evitando assim o desperdício e facilitando o acesso aos mesmos (figura 4). Além disso, o banco de roupa foi também organizado, selecionando-se a roupa doada armazenada há algum tempo que se encontrava em melhor estado de conservação, repondo-se assim o *stock* do banco de roupa.



**Figura 4** – Organização do *stock* alimentar do CAR por data de validade. Fonte: autora.

#### **iv. Realização da ‘ronda dos quartos’**

Dado o processo de higienização do CAR, que começou por ser realizado no início do ano de 2018, todas as manhãs os trabalhadores do centro (inclusive os estagiários), a pares, começaram por efetuar ‘rondas aos quartos’ dos requerentes. Esta rotina tem por objetivo a manutenção da higiene e limpeza, a criação de práticas saudáveis por parte dos requerentes, a promoção de trabalho de equipa entre o pessoal do CAR (interação entre os departamentos) e empatia entre os trabalhadores e os requerentes.

#### **v. Procura de habitação e participação no projeto “Integra-Habita”**

Devido à sobrelotação do CAR, que suporta cerca de 90 requerentes, contra uma capacidade máxima prevista de apenas 50 requerentes de asilo, é fundamental a procura de habitação externa suportada pelo CPR para alojar as novas famílias e, também, a procura de alojamento definitivo para famílias que já obtiveram uma decisão emitida pelo SEF.

Deste modo, devido à sobrelotação do CAR, os estagiários têm a função de procurar habitação externa para os novos requerentes de asilo, até o CAR ter espaço disponível para os recém-chegados. Assim, muitos dos requerentes têm ficado em pensões ou até mesmo em apartamentos/moradias, suportadas pela entidade, até o CAR conseguir acolhê-los. Também, caso os requerentes tenham familiares, amigos ou conhecidos em Portugal, podem ficar alojados temporariamente ou definitivamente no alojamento dos mesmos, continuando a ser suportados pelo CPR.

Também é necessário procurar habitação para os requerentes que já obtiveram a decisão do SEF. Assim, indivíduos que obtiveram a resposta positiva do SEF, ou seja, que auferem o estatuto de refugiado ou se encontram sob proteção subsidiária por razões humanitárias, passam a ser suportados pelo ISS num município designado por

este. Deste modo, é fundamental proceder-se à procura de habitação para este público-alvo de modo a integrá-los na sociedade e minimizar o tempo de permanência destes no CAR, dando assim prioridade aos recém-chegados. Por outro lado, os indivíduos que obtiveram resposta negativa e ainda permanecem em Portugal (pois solicitaram recurso), passam a ser suportados pela SCML. Estes últimos também necessitam de outro alojamento fora do CAR, pois passam a pertencer a outra entidade responsável.

No entanto, os estagiários, além de procurarem habitação para os requerentes de asilo, também explicam aos refugiados como se processa a procura de habitação pela internet, para que estes consigam fazê-lo autonomamente. Os requerentes de asilo, ao procurarem habitação, enviam os *links* das habitações pretendidas aos estagiários, para que estes possam estabelecer os devidos contactos com os proprietários ou imobiliárias, visto os requerentes (por vezes) possuírem dificuldades em se expressarem em português. Assim, procurei habitações maioritariamente para famílias russas e ucranianas, que obtiveram resposta positiva do SEF e tinham que se mudar para o distrito de Setúbal. Deste modo, foi possibilitada a transferência de duas famílias do CAR para um alojamento arrendado localizado em Setúbal.

Dada a necessidade constante de procura de habitação, foi também criado um projeto constituído por estagiários e refugiados voluntários, denominado “Integra-Habita – Uma ajuda para a habitação”. Através deste foi possível procurar mais habitação em menos tempo, bem como dar ênfase ao facto da procura de habitação ser um trabalho de cooperação, neste caso entre os funcionários do CAR e os requerentes. Além disso, foi também possível realizar uma distribuição de folhetos informativos acerca do projeto (por Lisboa), de modo a captar a atenção dos arrendatários para a necessidade dos requerentes serem integrados na habitação, considerado um direito fundamental. Além do mais, procurou-se a manutenção de relações com agências imobiliárias e senhorios antecedentes, de modo a aumentar a confiança nos requerentes de asilo como inquilinos e facilitar este processo.

#### **vi. Arquivo**

Procedi também à organização dos processos dos requerentes de asilo e refugiados por ordem de chegada (mês e ano) ao CAR, de modo a facilitar o acesso ao mesmo.

#### **vii. Validação das receitas médicas para farmácia**

A medicação prescrita nos centros de saúde e hospitais é gratuita para os requerentes de asilo. Deste modo, sempre que os requerentes tenham uma receita médica, necessitam de obter uma declaração prescrita pelas assistentes sociais, em como estas validam a receita, para que os requerentes possam adquirir medicação. O trabalho desempenhado pelo estagiário passa por conferir se os requerentes se encontram a

cargo do CAR e redirigir a declaração, de modo a acelerar o processo final, a atribuição da declaração. Os medicamentos gratuitos somente podem ser adquiridos numa farmácia específica, em São João da Talha, pois é onde o CPR possui o acordo estabelecido.

Caso os requerentes residam num alojamento externo ao CAR, podem ter dificuldade em obter os medicamentos gratuitos devido ao fator tempo e custo (por exemplo, de transporte). Por um lado, necessitam de se deslocar ao CAR de modo a obter a declaração, e, por outro, somente existe parceria com a farmácia mencionada. Deste modo, podem ser mais-valias para os requerentes de asilo, quer a possibilidade de emitir declarações noutro local, por exemplo no CACR, quer o alargamento do acordo de parceria a outras farmácias.

#### **viii. Encaminhamento médico e acompanhamento às urgências hospitalares**

O Departamento Social garante que os requerentes tenham pleno acesso aos serviços de saúde. Deste modo, assim que os requerentes chegam ao CAR são inscritos pelas assistentes sociais, como o auxílio dos estagiários, no centro de saúde (São João da Talha) e são informados onde se podem dirigir em caso de emergência ou para marcação de consultas de especialidade (Hospital Universitário de Santa Maria ou Hospital de São José).

Os requerentes também são alvo da prescrição de um exame de raio-x pulmonar, de realização obrigatória, para deteção de tuberculose. Assim, são encaminhados ao Centro de Diagnóstico Pneumológico do Lumiar, com o qual o CPR tem parceria. Outro dos protocolos estabelecidos pelo CPR é com a Optocentro – Lisboa, para que os requerentes possam ter consultas de optometria gratuitas.

Além disso, os requerentes têm de cumprir o Plano Nacional de Vacinação; para tal desloca-se ao CAR uma enfermeira da Delegação de Saúde Pública, do Agrupamento de Centros de Saúde de Loures-Odivelas, que presta auxílio neste sentido. Também, nas primeiras terças-feiras de cada mês é fornecido um serviço de consultas de pediatria às crianças do centro. Os requerentes têm assim acesso facilitado a estes serviços, podendo efetuar previamente a marcação para um determinado dia com as assistentes sociais. Os estagiários também podem colaborar nas marcações.

Os trabalhadores do CAR também têm que prestar auxílio aos requerentes de asilo em situações de emergência, ou seja, caso se verifiquem situações de saúde mais afilivas. Assim, tive que prestar acompanhamento a uma requerente, deslocando-me com ela ao Hospital Universitário de Santa Maria, de modo a compreendermos junto dos médicos o motivo da sua indisposição.

#### **ix. Tradução e intérprete**

Dado que domino a língua russa, pude realizar traduções e servir como intérprete aos requerentes da Europa de Leste, nomeadamente do/no:

- Folheto de apresentação de termos e condições do CAR – o folheto agrega informações gerais como os horários de atendimento e contactos dos vários departamentos do CAR, o rendimento mensal que os requerentes têm direito a auferir, o horário semanal do banco alimentar e de roupa, onde podem ficar alojados, quais os serviços de saúde a que têm direito, como se processam as atividades de voluntariado e quando transitam para outra entidade (ISS ou SCML). Com a tradução do folheto para russo e outras línguas, como inglês, francês e árabe, os requerentes têm assim a possibilidade de ficar a par dos seus direitos na sua língua materna.
- Boletim de vacinação para o ingresso na escola – através do contacto com uma família ucraniana no CAR, que se mudou para uma habitação externa mais longínqua das escolas dos respetivos dois filhos menores, era necessário proceder-se à transferência da escola, de modo a oferecer mais comodidade à família. O impedimento para a transferência era a família não possuir os boletins de vacinação traduzidos para português, pois encontravam-se em ucraniano, o que me possibilitou prestar auxílio neste sentido de modo a acelerar o processo de transição.
- Contrato entre o CPR e requerentes de asilo – dado que o CAR tem carência de funcionários que dominem o russo ou o ucraniano, tive a oportunidade de ser intérprete na celebração do contrato entre o CPR e os requerentes. O contrato visa assim consciencializar os requerentes dos seus direitos e deveres no CPR, bem como permitir que os requerentes reconheçam o CPR como sendo uma das entidades responsáveis pelo seu processo de asilo. Tive portanto a ocasião de traduzir as dúvidas que os requerentes possuíam à chegada, bem como explicar o normal funcionamento do CAR (onde ficam frequentemente alojados), os direitos que possuem no CPR, bem como adverti-los também que poderiam ser alvos de expulsão por comportamento indevido do CAR, explicitando assim as suas obrigações.
- Gabinete de Inserção Profissional (GIP) – no CAR, está localizado o GIP, um gabinete de reconhecimento de competências profissionais dos requerentes de asilo e refugiados. Os requerentes cujo processo foi alvo de análise pelo SEF e obtiveram uma resposta positiva (em como o indivíduo obteve o estatuto e o respetivo título de residência provisório) podem ingressar formalmente no mercado de emprego. Deste modo, e auxiliando o GIP e



acelerando o processo de integração dos refugiados ucranianos no mercado laboral, forneci um contributo na tradução de conversações entre membros do GIP e requerentes, de forma a se perceber qual a experiência profissional destes no país de origem, para procedermos à formalização do *curriculum vitæ* e consequente processo de procura de emprego. Os requerentes de asilo e refugiados realizam também procura de emprego independentes; todavia, como têm dificuldades de comunicação em língua portuguesa, por vezes recorriam ao meu auxílio como mediadora entre eles e a entidade potencialmente empregadora. Também no âmbito do GIP pude presenciar e traduzir uma palestra proferida pela Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE) acerca da discriminação no mundo do trabalho.

#### **x. Auxílio nas atividades recreativas**

O cinema City Alvalade convidou todas as crianças entre os seis e os dez anos de idade alojadas no CAR para a visualização de um filme de animação no passado dia 8 de dezembro de 2017. Deste modo, contactei com antecedência todos os requerentes com filhos nessas idades para que pudessem comparecer com um acompanhante na atividade. Além disso, pude acompanhar e auxiliar uma atividade de pintura desenvolvida por uma jovem voluntária, de modo a ocupar os tempos livres dos requerentes (figura 5).



**Figura 5** – Atividade de pintura no CAR. Fonte: autora.



### 3. Enquadramento metodológico

Dado o contacto privilegiado inicial com os refugiados e requerentes de asilo no CAR, a presente investigação partiu do método indutivo. O modelo de análise foi construído progressivamente a partir do contacto e da observação do público-alvo em estudo, ou seja, dos requerentes de asilo ucranianos, evoluindo assim para a descrição teórica, utilizando métodos quantitativos e qualitativos, de modo a formular a investigação (Ragin, 1994; Quivy & Campenhoudt, 1998).

A aplicação de métodos quantitativos possibilita a descrição estatística e os métodos qualitativos facilitam a compreensão de realidades multifacetadas, como a exploração de fenómenos pouco estudados; no entanto, os dois métodos são complementares, podendo ser utilizados em simultâneo (Ragin, 1994; Yin 1993, 2005 e Flick, 2004 em Meirinhos & Osório, 2016).

Na presente investigação, os métodos quantitativos utilizados são de enquadramento estatístico, referentes sobretudo ao balanço dos movimentos forçados dos ucranianos, com destaque para os requerentes de asilo ucranianos em Portugal (capítulo 4.1.2), e aos imigrantes ucranianos residentes neste país, de modo a mostrar que são uma comunidade com dimensão suficiente para propiciar um considerável apoio em Portugal (capítulo 4.3.2). Os dados foram apresentados principalmente em tabelas e gráficos; no entanto, também se efetuou representação cartográfica, para potenciar uma melhor leitura.

As principais dificuldades na análise/obtenção dos dados quantitativos residiram:

- Na obtenção dos dados referentes à situação dos pedidos de asilo ucranianos apresentados em 2016 e 2017 (figuras 13 e 14 do capítulo 4.1.2) havia evidência de não estarem disponíveis no banco de dados interno do CPR os registos exatos dos requerentes de asilo existentes, podendo a representatividade efetiva destes últimos ser maior.
- Na verificação do *stock* dos imigrantes ucranianos residentes legalmente em Portugal, ilustrados na figura 15 do capítulo 4.3.2. Os relatórios estatísticos anuais do SEF apenas dispõem do total de residentes por distrito a partir de 2006; até lá, é necessário proceder-se ao cálculo do *stock* de imigrantes ucranianos residentes legalmente. Deste modo, é necessário somar, para cada ano, a população ucraniana com autorizações de permanência, a população ucraniana com autorizações de residência e as prorrogações de autorizações de permanência do ano anterior. Foi ainda necessário certificar-me que os dados estavam a ser calculados corretamente, tendo para isso recorrido a bibliografia adicional, como Fonseca, Pereira & Esteves (2014) e Fonseca & Pereira (2016).

- Na elaboração da concentração da população ucraniana por distrito em Portugal (tabela 5 do capítulo 4.3.2). No ano 2002, existem cerca de 62434 ucranianos residentes legalmente em Portugal, no entanto, nesse ano esse valor não se encontra discriminado por distritos. Logo, foi usado apenas a população com autorizações de permanência e com títulos de residência nesse ano, daí o valor representado na tabela correspondente ser bastante inferior (16808 ucranianos).
- Na elaboração do mapa da representatividade da população ucraniana em relação à população total do distrito (2016) ilustrado na figura 16 do capítulo 4.3.2. Neste foi utilizada a população estrangeira ucraniana residente legalmente em Portugal de 2016; no entanto foram utilizados os dados populacionais da BGRI de 2011, uma vez que os de 2016 não se encontraram disponíveis.

Os métodos qualitativos utilizados referem-se, em primeiro lugar, à exploração bibliográfica, passando sobretudo pela consulta de artigos de revistas científicas e documentos orientadores, de modo a apoiar a conceptualização da investigação e fundamentar melhor as explicações para a situação empírica em interpretação. Em segundo lugar, recorreremos à aplicação de entrevistas, sendo que estas são “uma das técnicas mais comuns e importantes no estudo e compreensão do ser humano” (Aires, 2011).

Foram assim aplicadas entrevistas semiestruturadas, sendo este o tipo de entrevista mais utilizado em investigação social. A tipologia da entrevista semiestruturada “não é inteiramente aberta nem encaminhada por um grande número de perguntas precisas” (Quivy & Campenhoudt, 1998:192), diferindo da entrevista não estruturada e estruturada (Aires, 2011). Na entrevista semiestruturada o investigador dispõe de uma série de questões-guia preparadas, mas não as coloca necessariamente pela ordem definida, deixando o entrevistado “falar abertamente, com as palavras que desejar e pela ordem que lhe convier” (Quivy & Campenhoudt, 1998:192), da forma mais natural possível. O investigador passa deste modo a conduzir a entrevista para que a mesma não se afaste dos objetivos pretendidos, colocando também outras questões complementares (Quivy & Campenhoudt, 1998).

As entrevistas foram aplicadas aos requerentes de asilo e refugiados ucranianos que requereram o estatuto entre os anos 2016 e 2017. Não se verificou a possibilidade de contactar os requerentes dos anos anteriores, considerada uma das dificuldades, pois os dados relativos aos mesmos encontravam-se desatualizados. As entrevistas foram realizadas durante os meses de janeiro e fevereiro de 2018 e tiveram duração entre 15 e 50 minutos aproximadamente, duração mais reduzida em algumas entrevistas devido

à disponibilidade limitada dos próprios requerentes perante a entrevista, todavia, estas decorreram com normalidade e corresponderam aos objetivos propostos. Estas foram realizadas presencialmente no CAR ou em locais públicos perto da habitação dos requerentes (ex.: café), bem como por telefone, pois alguns requerentes residem fora da Área Metropolitana de Lisboa (AML) e outros não tinham disponibilidade para um encontro presencial, o que não foi um constrangimento.

As entrevistas foram realizadas em russo dado os requerentes não dominarem a língua portuguesa. Este fator permitiu estabelecer um vínculo de ligação entre a entrevistadora e os entrevistados devido ao facto da primeira ter ascendência ucraniana e ser fluente em russo. Tal como será observado ao longo do relatório, a região abrangida pelo conflito é maioritariamente fluente nesta língua (figura 8 do subcapítulo 4.1.1). Por outro lado, o facto de a entrevistadora ter nascido em Donetsk e possuir familiares a viver na região abrangida pelo conflito, poderá também ter permitido uma maior aproximação aos requerentes. Na sequência destes fatores, os requerentes começaram a estabelecer um maior vínculo de ligação com a entrevistadora, recorrendo com maior frequência a esta no dia-a-dia para a supressão de algumas carências que sentiam, principalmente devido à barreira linguística. Estes aspetos contribuíram também para uma maior qualidade de informação obtida nas entrevistas pois havia indícios de confiança na entrevistadora.

Foi definido um guião de entrevista com perguntas principais delineadas previamente; no entanto outras perguntas foram colocadas no decorrer da entrevista, fazendo emergir informações adicionais pertinentes para a investigação, não condicionando as respostas dos entrevistados.

O conteúdo das entrevistas (ver anexo II) foi elaborado previamente por forma a identificar os seguintes objetivos:

- i. Permitir a caracterização dos requerentes de asilo ucranianos;
- ii. Identificar as razões dos pedidos de asilo por parte de requerentes ucranianos e dos que vieram por razões associadas ao conflito;
- iii. Verificar se os residentes ucranianos em Portugal influenciaram a opção de vir para este país;
- iv. Identificar quais são as redes sociais estabelecidas pelos requerentes de asilo ucranianos e como estes os auxiliam a integrar-se em Portugal;
- v. Compreender se o CPR é uma 'ponte' para o estabelecimento de conexões sociais;

- vi. Identificar junto dos requerentes de asilo ucranianos o que pode incrementar a sua integração em Portugal.

As entrevistas semiestruturadas podem ser realizadas em grupo ou individualmente. As entrevistas em grupo não substituem as entrevistas individuais; esta técnica é positiva pois proporciona a reunião de mais informação, bem como mais diversa, estimula as respostas e o recordar de acontecimentos passados (estímulo em grupo) em comparação às entrevistas individuais (Fontana & Frey, 1994 em Aires, 2011; Flick, 2004 em Meirinhos & Osório, 2016).

Na presente investigação foram assim aplicadas 18 entrevistas semiestruturadas, 7 entrevistas individuais e 11 em grupos de duas pessoas, dado que os primeiros requereram asilo individualmente e os segundos são referentes a irmãos, casais e famílias (casais com filhos), que pediram asilo juntos a Portugal. Ao aplicar entrevistas em grupo pude escutar mais membros do agregado familiar e obter informações mais ricas para a investigação, na ótica tanto de homens como de mulheres da mesma família, nomeadamente porque solicitaram asilo, como se estão a integrar em Portugal e quais são as suas conexões sociais. Os filhos dos requerentes não participaram na entrevista visto serem menores e algumas perguntas poderem lembrar-lhes episódios passados menos positivos.

Também se considerou pertinente realizar uma entrevista a responsáveis do CPR, como representantes de uma entidade que acolhe os requerentes de asilo, incluindo os ucranianos, e possui contacto direto com os mesmos. Este procedimento permite a captação de dois pontos de vista: dos requerentes de asilo, que são alvo de processos de integração em Portugal e, por outro lado, do CPR, que a promove (Matos, 2011). Assim, a realização desta entrevista tem também como propósito a produção de informação mais fidedigna, visto que são confrontadas duas perspetivas distintas.

Deste modo, foi realizada uma entrevista de tipo semiestruturado à Dr.<sup>a</sup> Maria Teresa Tito de Moraes Mendes, Presidente da Direção do CPR. Esta foi realizada em janeiro de 2018 e teve a duração de cerca de 40 minutos.

O conteúdo da entrevista (ver anexo III) visou conduzir aos seguintes objetivos:

- i. Compreender as razões que explicam os pedidos de asilo ucranianos para Portugal;
- ii. Perceber se as razões dos pedidos de asilo dos requerentes ucranianos se têm alterado ao longo dos anos (de 2015 a 2017);
- iii. Identificar o padrão das redes sociais dos requerentes de asilo ucranianos.

- iv. Identificar outras instituições que colaboram com o CPR e como se processa a integração dos requerentes de asilo.

Na análise das entrevistas existe uma clara conjugação dos métodos quantitativos e qualitativos. No capítulo 5, referente à análise das entrevistas dos requerentes de asilo ucranianos, quando observadas as características gerais dos indivíduos (ex. sexo, alojamento inicial, estatuto legal, entre outras), estas são representadas por meio de gráficos, de modo a possibilitar uma leitura conjunta dos dados, o que ajuda a caracterizar e identificar alguns padrões ou tendências. No entanto, posteriormente, quando observadas as redes sociais por eles estabelecidas, como estas influenciam a sua integração, entre outros aspetos, é dada ênfase essencialmente à interpretação das entrevistas e à transcrição de alguns testemunhos pelos requerentes de asilo de modo a sobressair e comprovar a mensagem passada por eles. A entrevista efetuada à Dr.<sup>a</sup> Maria Teresa Tito de Moraes Mendes, que consta no capítulo 6, foi analisada e interpretada numa perspetiva crítica aplicado ao caso dos requerentes de asilo ucranianos.

#### 4. Elementos conceptuais e enquadramento do problema

Ao longo do quarto capítulo são abordados os quatro conceitos fundamentais para a investigação através da revisão bibliográfica: o *conflito*, os *requerentes de asilo*, as *redes sociais* e a *integração*. Assim, o capítulo está organizado em subcapítulos, cada um deles dedicado a um dos conceitos. Ainda neste capítulo posteriormente é explicitado o modelo de análise num subcapítulo final, que tem como objetivo ilustrar a interligação entre os conceitos abordados ao longo da investigação, bem como facilitar a leitura da problemática.

Deste modo, no subcapítulo do conflito, é procedida primariamente à compreensão da noção do conflito, antes de ser dada particular atenção àquele que opõe a Ucrânia e a Rússia, o qual é fundamental para a compreensão deste trabalho. Pretende-se aqui definir primariamente o conceito de conflito, apresentá-lo nas suas diferentes expressões, compreender as razões que levam ao desencadear de conflitos e à sua resolução e, além disso, verificar se um conflito pode (porventura) ter uma aceção positiva e gerar benefícios. Posteriormente, são abordadas as razões que levaram ao conflito entre a Ucrânia e a Rússia no final do ano 2013. É ainda efetuado o balanço dos movimentos forçados ucranianos, permitindo assim observar por um lado as deslocações internas na Ucrânia e, por outro, a representação dos pedidos de asilo por parte da população ucraniana na União Europeia, focando-se especialmente em Portugal desde 2013 até 2017, de modo a ser percebida a evolução dos pedidos de asilo desde o início do conflito.

No subcapítulo dos requerentes de asilo, são identificados os indivíduos que podem requerer proteção internacional, bem como são analisados os direitos e deveres dos requerentes em Portugal segundo a Lei nº 26/2014.

Nas redes sociais é observada a relevância das mesmas, bem como os efeitos negativos que propiciam. Além disso, é analisada a relação deste conceito com um outro, o capital social, estando estes intimamente ligados. Ainda neste ponto é observado o papel das redes sociais em influenciarem a decisão em migrar, tanto nas migrações económicas como nas migrações forçadas, bem como é efetuada uma reflexão das redes sociais da comunidade ucraniana que se encontra em Portugal.

No subcapítulo da integração são observados os diferentes domínios da mesma, como o emprego, a habitação, a educação e a saúde, e, além disso, são observadas como as conexões sociais e alguns facilitadores (ex. conhecimento linguístico, segurança e

estabilidade) podem ser uma mais-valia para a integração dos requerentes de asilo e refugiados.

No modelo de análise, último subcapítulo, são esquematizados os quatro conceitos em estudo que ajudam a perceber o percurso dos requerentes de asilo ucranianos desde o país de origem. Considera-se o conflito como um dos motivos principais para a solicitação de asilo a Portugal e as redes sociais como um caminho para a integração na sociedade de acolhimento.

#### **4.1 O conflito: a raiz do fenómeno**

O termo *conflito* pode referir-se a sérios desacordos; lutas prolongadas, como no caso das lutas pelos direitos dos trabalhadores, ou confrontos armados, resultantes em perda de vidas, e, por outro lado, pode dizer respeito ao choque de alegações ou princípios incompatíveis, como no caso dos conflitos de interesse (Banton, 2011).

Na ciência política, comparando as relações de conflito com as de cooperação e de competição, observa-se que no primeiro caso nenhuma regra é reconhecida ou pelo menos aplicada corretamente. Nas relações de cooperação, os atores trabalham em conjunto de modo a alcançarem objetivos em comum. Por outro lado, nas relações de competição, apesar de os participantes concorrerem entre si, as disputas são normalmente mediadas por regras, determinando assim quem tem sucesso, e, caso se verifique incumprimento, são (ou podem ser) aplicadas sanções. Observa-se que nas relações de conflito, apesar de poderem existir regras, por meio de leis ou tratados, pode haver discórdia na sua aplicação (Banton, 2011).

Nos jornais ou na discussão popular, os conflitos são classificados em tipos ou classes de conflito, podendo ser conflitos bélicos, económicos, étnicos, nacionais, raciais, religiosos, ambientais ou territoriais, e até mesmo urbanos, estando o último descrito em Stevens (2017). No entanto, cada conflito é único e difícil de classificar, podendo assumir também ocorrer várias dimensões num só conflito (Banton, 2011). Por exemplo, se considerarmos o caso da criação da República da Irlanda e da Irlanda do Norte, em 1922, podemos verificar a existência dum conflito com diferentes dimensões. Deste, resultaram a criação de dois Estados diferentes: um Estado republicano e maioritariamente católico – República da Irlanda; e outro maioritariamente unionista e protestante – Irlanda do Norte, integrado no Reino Unido. Este conflito incorpora assim uma dimensão religiosa; uma dimensão política/nacional, devido à contestação de

fronteiras; e económica, pois os empregos melhor remunerados estavam na sua maioria dominados pelos unionistas. No entanto, Banton (2011) refere que se trata de um conflito étnico pois este põe em evidência as diferenças entre comunidades diversas, apesar da “etnia” não ser o único elemento diferenciador.

Outro aspeto com grande relevância no conflito é a violência. Segundo uma pesquisa em violência política, Ellingsen (2000), aponta três pré-condições para a origem da violência:

- i. Identidade em comum – caso a identidade do grupo (idioma, história, grupo étnico, religião, etc.) não coincida com as fronteiras territoriais;
- ii. Frustração – quando a pessoa não recebe o que acha que tem o direito a receber, mobilizando-a para se envolver em conflitos; contudo, segundo a autora, num Estado democrático a frustração é mais reduzida, pois a população tem mais direitos políticos e económicos face aos restantes regimes políticos;
- iii. Oportunidade – quando a violência advém após o surgir de uma oportunidade, nomeadamente quando se verifica uma provocação do governo ou uma estratégia da própria organização de oposição, pois segundo Gurr (1993) e Tilly (1978) em Ellingsen (2000), a decisão de iniciar um conflito armado é racional.

Os Estados-nação mais fragmentados têm maior probabilidade de experimentar conflitos internos do que estados homogêneos, havendo poucos países do mundo que se possam considerar homogêneos em termos linguísticos, religiosos e étnicos, como a Islândia (Ellingsen, 2000). Deste modo, onde existe fragmentação há necessidade de inclusão de grupos menores nas estruturas de poder, de modo a que o grupo dominante não gere hostilidade étnica (Auvinen, 1997 em Ellingsen, 2000). Ellingsen (2000) defende também que quanto maior for o tamanho da minoria com maior representatividade, mais provável será a existência de um conflito ou de um golpe de Estado. E, por último, se existir afinidade étnica com outros países, esta poderá dar azo a tentativas de separação de terras e de pessoas de um Estado e consequente incorporação noutro.

As situações de violência ocorrem “principalmente quando o conflito é reprimido, absorvido, controlado e institucionalizado, não desaparecendo completamente as tensões latentes” (Estevens, 2017). Num Estado democrático, tal como já foi mencionado anteriormente, existe uma menor propensão para a ocorrência de violência do que nos Estados autocráticos, que forçam as pessoas a uma determinada ideologia, religião ou sistema político. Os Estados democráticos vivenciam assim manifestações



de descontentamento ‘constantes’ por meio de greves, protestos, manifestações, etc., evitando assim uma rebelião total, apelando à resolução do conflito (Auvinen, 1997 em Ellingsen, 2000). Também os sistemas mais elásticos desencadeiam a mudança e permitem a expressão aberta e direta do conflito e a valorização da democracia e participação, face à desigualdade, segregação e resistência ao conflito ‘vívida’ nos sistemas rígidos. Deste modo, o conflito pode ser benéfico, pois desencadeia a mudança num sistema – “se o conflito não existir, o sistema perde desafios e não poderá dar uma resposta criativa” (Coser, 1967 em Estevens, 2017:55), como o resultar de novas normas ou instituições, melhoria técnica ou organizacional (Coser, 1956 em Estevens, 2017).

No entanto, a visão da resolução do conflito na ótica da ciência política é como se de um jogo se tratasse, no qual poderão existir três resultados possíveis. No primeiro caso, um lado perfaz um ganho e outro perde, a soma final é igual a zero (ex. numa disputa de terreno, apenas um dos lados fica com o mesmo). No segundo caso, ambos ficam a ganhar, dado que ambos os lados beneficiam com o conflito, o resultado é positivo (ex. *win-win situation* entre empregador e empregado). E, por último, no terceiro caso, os dois lados perdem com a ocorrência do conflito, assim, o resultado final assume-se negativo (ex. num cenário de guerra em que ambos os lados sofrem danos, como destruição do património, perda de vidas humanas, etc.) (Banton, 2011).

Nos últimos tempos, os conflitos têm sido resolvidos em muitos casos através da intervenção de um terceiro elemento, funcionando como mediador entre as duas partes. Atualmente cabe sobretudo às Forças de Manutenção da Paz das Nações Unidas (capacetes azuis) trabalhar para a obtenção de um resultado positivo entre os elementos envolvidos. Deste modo, o terceiro elemento é um ‘caminho’ facilitador para a resolução do conflito. Por serem facilitadores, Groom (2011) menciona que ‘eles’ não julgam, nem proclamam a culpa ou a inocência dos envolvidos no conflito, uma vez que os interesses de todos devem ser cumpridos. Este tipo de intervenções, segundo o autor, são particularmente invocadas em “novos conflitos internacionais” (Groom, 2011:393), nomeadamente em situações de guerras civis, estados em colapso, entre outros, que necessitam de mediadores governamentais ou não-governamentais para a resolução do conflito. É possível resolver um conflito por meio da conversação, não recorrendo à violência. O filósofo Benjamin (1990:136) em Estevens (2017:57) confirma, referindo: “um acordo não-violento encontra-se em toda a parte. (...) o seu exemplo mais profundo talvez seja a conversa, considerada como uma técnica de mútuo entendimento civil (...) a esfera propriamente dita do ‘entendimento’”.

Groom (2011) refere que todos os conflitos terminam, completando ainda que a resolução de um conflito tanto é uma situação como um processo. A resolução necessita assim de um novo relacionamento autossustentável sem qualquer forma de coerção, de modo a impedir um novo surto de conflito.

#### 4.1.1 O conflito entre a Ucrânia e a Rússia

A Ucrânia, no final do ano 2013, durante o governo de Viktor Yanukovych, tinha duas propostas em mão: uma da União Europeia e a outra da Rússia. O primeiro acordo, além da Ucrânia, abrangia outros países do Leste europeu como a Arménia, o Azerbaijão, a Bielorrússia, a Geórgia e a Moldávia (Barata, 2014). Baseava-se num acordo comercial com a União Europeia, intitulado Acordo de Associação com origens na “Parceria Oriental” de 2009 (Pereira, 2004). Com a celebração do acordo, a Ucrânia tinha a possibilidade de desenvolver a política dos três M’s: “money, markets and mobility” e consolidar a democracia (Barata, 2014:37). O segundo acordo era conhecido pela “União Eurasiática”, fundado em 2009, englobando países como a Rússia, a Bielorrússia e o Cazaquistão (Pereira, 2014). A Rússia, com o estabelecimento do acordo, garantia preços mais reduzidos no abastecimento de gás natural, nomeadamente um abatimento de 33 por cento nos preços do gás e assumia parte da dívida do país, fornecendo um empréstimo de 15 mil milhões de dólares (Pereira, 2014; Fernandes, 2015).

Com o fim do prazo dado pela União Europeia prestes a chegar ao fim, o presidente Yanukovych decidiu, a 21 de novembro de 2013, por renunciar ao acordo de associação com a UE. A divulgação da decisão levou a que protestos irrompessem pouco depois, com epicentro na Praça da Independência, na capital do país, Kiev (Pereira, 2014). “Para muitos ucranianos é o virar de costas à Europa, uma traição, a gota de água que [fez] entornar o copo” (Pereira, 2014:339), uma situação de profundo descontentamento e revolta perante o sistema nacional. Segundo Bettiol (8 de Fevereiro de 2018), os protestos surgiram para “quebrar a espinha dorsal de um sistema corrupto da cabeça aos pés”, garantindo fundamentalmente a liberdade de expressão e diminuir o medo do regime policial.

Os protestos e violência foram ganhando maior envergadura até que os manifestantes exigiram a demissão do Presidente, Victor Yanukovich. Em consequência, este refugiou-se na Rússia em Fevereiro de 2014, abandonando assim o país (Franco, 2016). Posteriormente, o governo russo alegou que era fundamental a anexação da Crimeia por considerar que a população russa do território estava ameaçada após o afastamento

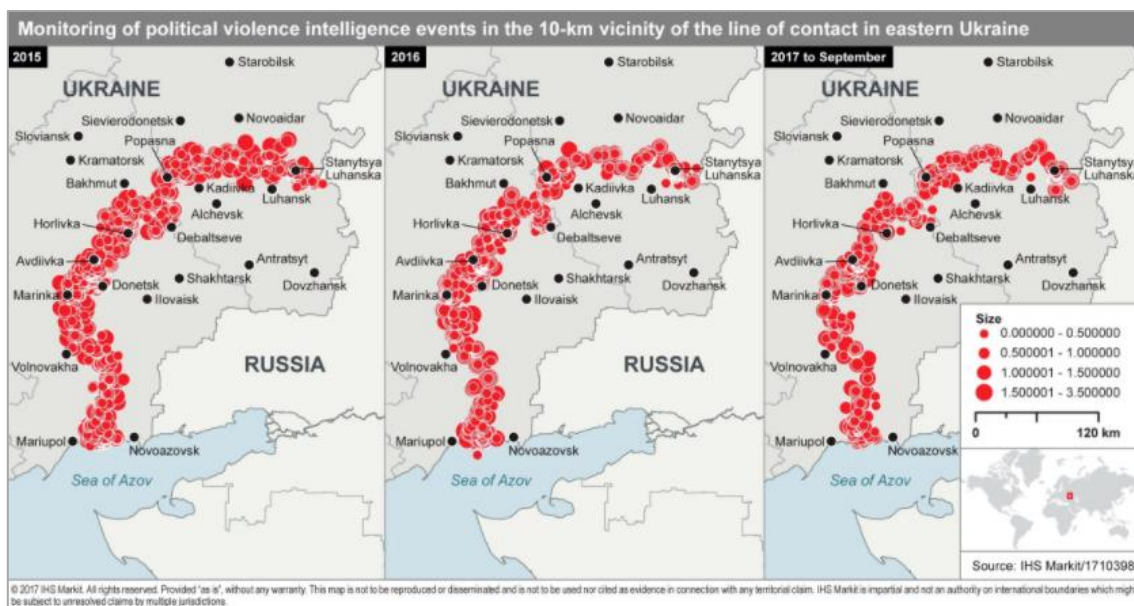
de Yanukovytch e que necessitava de ser defendida, justificando, uma ação militar naquela região (Prazeres, 2014). Deste modo, a 16 de Março de 2014 foi efetivamente realizado um referendo para apurar os resultados da independência da Crimeia (Freedman, 2014). Resultaram assim “81,36% votos no total, sendo que 96,77% votaram a favor da independência da Crimeia e união com a Rússia” (Bebler, 2015:42). Assim, o resultado maioritariamente a favor da independência foi tomado em consideração, completando-se a 18 de Março a anexação da Crimeia à Rússia (Freedman, 2014). O governo da Ucrânia, a União Europeia e os Estados Unidos denunciaram o referendo e a consequente anexação, pois “a consulta não cumprira as normas internacionais em vigor, não tinha sido monitorizada por observadores independentes [e] a contagem dos boletins tinha sido feita à porta fechada” (Franco, 2016:24). A anexação da Crimeia acabou por influenciar o Sul e o Leste da Ucrânia, onde predomina a população russa, dando assim origem à violência entre pró-russos e nacionalistas ucranianos (Pereira, 2014). O ponto máximo ocorreu a 7 de Abril de 2014, quando múltiplas localidades do leste, incluindo as cidades de Donetsk, Lugansk e Kharkiv, foram tomadas pelos manifestantes pró-russos e foi pedido um referendo sobre a independência daqueles territórios. Ao mesmo tempo, neste mesmo mês foram criadas as Repúblicas Populares de Donetsk (RPD) e de Lugansk (RPL), potenciando-se assim o caos e a anarquia (Machovets, 18 de Outubro de 2014). A 11 de Maio decorreu então o referendo, com os separatistas a declararem a vitória do voto pela independência, tendo pouco depois solicitado a integração na Rússia (Pereira, 2014). Contudo, o governo da Ucrânia não reconheceu o resultado e iniciou uma operação “antiterrorista” (Pomeranz, 2014). Talvez o conflito que se alastrou para Donetsk e Lugansk fosse inevitável tendo em conta a existência de desejos independentistas nestes territórios devido à aproximação cultural à vizinha Rússia (Bettiol, 8 de Fevereiro de 2018), nomeadamente através da língua (ver figura 8 e tabela 1), mas também devido à anexação da Crimeia por parte da Rússia. A região de Donbass passou deste modo a ter uma zona de Operação Antiterrorista (ATO), registando vários incidentes na linha de contacto do conflito, como aconteceu nas cidades de Horlivka e Marinka. Além disso, a população apenas podia deslocar-se da zona do conflito para as restantes regiões ou *oblast* da Ucrânia (ver anexo I) caso passasse pelos postos de controlo de fronteira, encontrando-se assim a livre circulação interdita (figura 6).



**Figura 6** – Região de Donbass e zona de conflito. Fonte: Jennings et al. (2017).

Nesta operação, do lado da Ucrânia uniram-se forças de segurança, civis voluntários (Pomeranz, 2014) e população masculina chamada a prestar serviço militar obrigatório até aos 43 anos de idade (Segodnya, 29 de janeiro de 2018). Em contrapartida, do lado pró-russo, também se formaram unidades militares e milícias armadas, incluindo muitos civis, apoiados pelo país vizinho, através de apoio político, militar e logístico (Pomeranz, 2014; Fernandes, 2015), o que contribuiu para o desmoronamento do poder ucraniano, através da invasão de edifícios administrativos e de espaços das autoridades locais (Machovets, 18 de Outubro de 2014).

Iniciava-se então um grave conflito, uma guerra civil (Fernandes, 2015; Pereira, 2014), que ainda se mantém e que resultou em cerca de 9,9 mil mortes, cerca de 23,2 mil feridos e mais de 5 milhões de pessoas na região de Donbass foram diretamente afetadas pela violência em curso, estimando-se que 3,8 milhões necessitassem de proteção e assistência (Jennings et al., 2017). Segundo o ACNUR (16 de Agosto de 2017), atravessar os postos de controlo são a única alternativa para escapar “aos campos minados”, ficando em longas filas de espera em busca de segurança. Esta linha (figura 7) foi estabilizada em meados de fevereiro de 2015, apresentando poucas oscilações até 2017; mantendo os postos de controlo de fronteira e impossibilitando a livre circulação da população (Averin, 13 de Março de 2017).



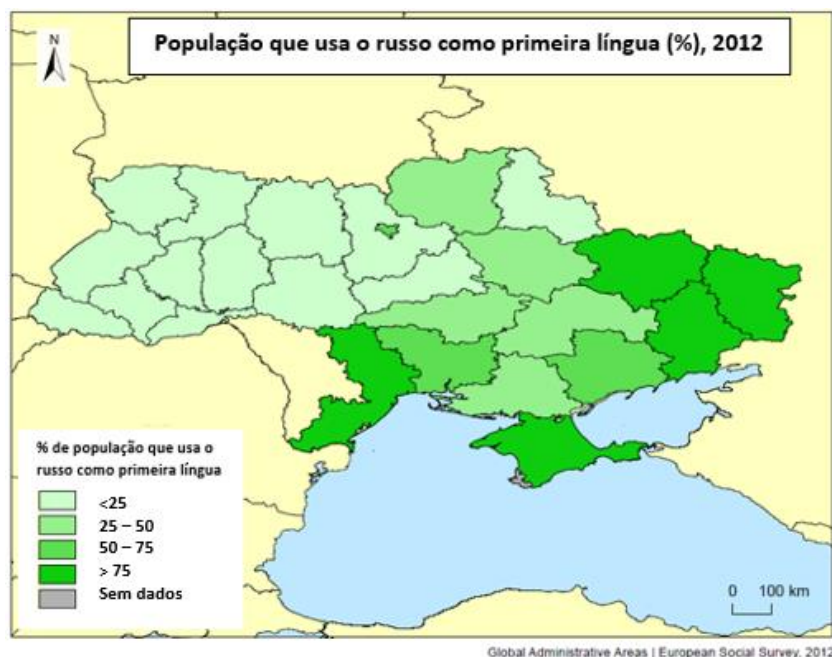
**Figura 7 – Evolução da linha de contacto do conflito entre 2015 a 2017.**

Fonte: Kokcharov (22 de Setembro de 2017).

No seguimento, de acordo com a Comissão Europeia (27 de Dezembro de 2017), a ajuda humanitária para os deslocados internos é fundamental nas áreas diretamente afetadas pelo conflito e, por isso, cerca de 525,5 milhões de euros, desde 2014, foram doados pela CE com esse objetivo. Também foram auxiliadas áreas de conflito não controladas pelo governo, contando com 88,1 milhões de euros por parte da Comissão Europeia e 137,9 milhões doados pelos próprios Estados-membros da UE até a data, ao mesmo tempo que tem recebido apoio de parceiros humanitários como o Comité Internacional da Cruz Vermelha, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados e o Fundo das Nações Unidas para a Infância, entre outros.

Contudo, é importante procurar entender as razões culturais por detrás desta vontade de aproximação à Rússia de grande parte da população do leste e sul da Ucrânia. Apesar de poderem estar subjacentes outras variáveis de aproximação à cultura vizinha, a verdade é que estas áreas correspondem a territórios onde a cultura russa está muito presente sobretudo através do idioma, como observaremos a seguir.

A língua russa corresponde, de acordo com os dados do estudo da European Social Survey de 2012, último ano em que participou a Ucrânia, à primeira língua de 44,4% da população do país. A língua ucraniana é por sua vez a mais utilizada por 54,8% dos ucranianos. Na parte sul e leste da Ucrânia predomina o idioma russo, sendo a primeira língua de mais de 90% da população das *oblast* de Lugansk e de Donetsk e da República Autónoma da Crimeia (figura 8).

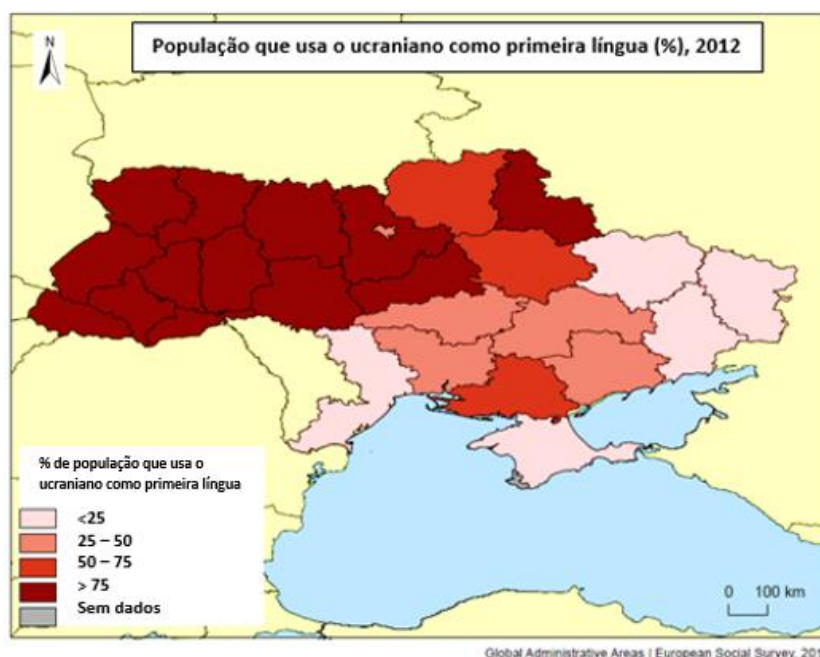


**Figura 8** – População que usa o russo como primeira língua.

Fonte: elaboração própria com base no European Social Survey (2012).

Por outro lado, o russo está praticamente ausente na parte norte e ocidente do país, onde predomina o ucraniano, representando a primeira língua de mais de 90% da população de 12 *oblast* dessa parte da Ucrânia (figura 9). Para além das duas línguas referidas, observam-se ainda outras que são faladas de forma minoritária em algumas regiões, como o romeno, falado por 15,2% da população da região da Chernovystka, na fronteira com a Roménia, ou a língua tártara, falada por 3,5% da população da Crimeia. Todavia, a maioria da população ucraniana dialoga principalmente em russo e ucraniano, apesar de na parte ocidental da Ucrânia haver uma resistência na utilização do idioma russo, sobretudo por parte de “nacionalistas” ucranianos (Mendes, 2010). Devido a existirem dois idiomas notórios, surgiu um terceiro – o *surgik*, correspondente à mistura entre ambos, resultando num dileto intermédio; todavia este não está registado nos dados do estudo do European Social Survey.





**Figura 9** – População que usa o ucraniano como primeira língua.

Fonte: elaboração própria com base no European Social Survey (2012).

**Tabela 1** – Proximidade à cultura russa através da língua (%).

Region	% who consider themselves Russian	% of Russian speakers
Odessa	11%	85%
Dnipropetrovsk	16%	72%
Kharkov	24%	74%
Nikolaev	26%	66%
Zaporozhye	30%	81%
Donetsk	39%	93%
Lugansk	55%	89%
Crimea	75%	97%

**Fonte:** Nicolai (2015:21).

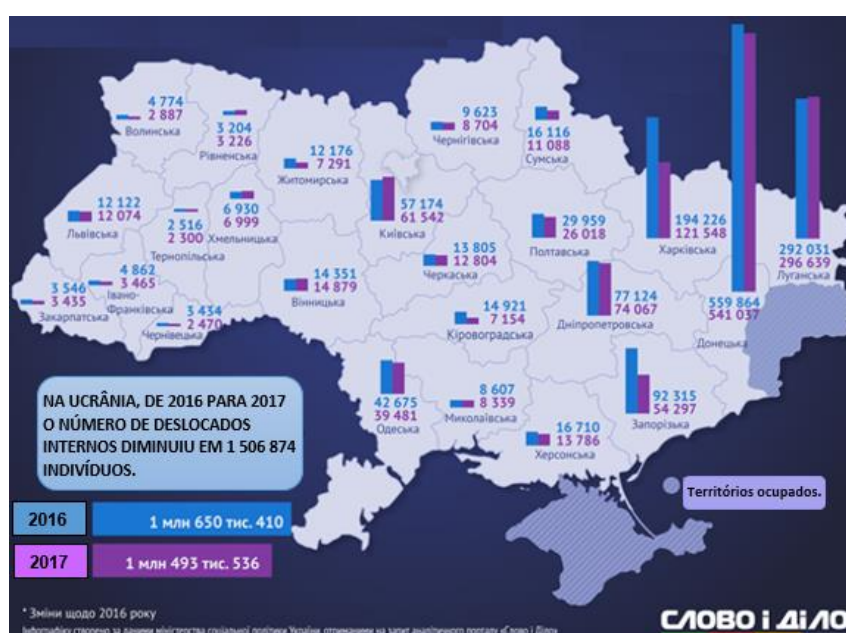
A língua russa representa uma das componentes decisivas de proximidade à cultura vizinha. Pode-se assim concluir observando a tabela 1, que as *oblast* da parte leste da Ucrânia que registam mais população que se considera russa, são as mesmas que detêm a percentagem mais elevada de eloquentes de russo (Nicolai, 2015). Neste sentido, Shulman (2004) em Mendes (2010) refere que a Ucrânia é biétnica, bilingue e bicultural, encontrando-se fundido no mesmo espaço geográfico e histórico traços da Rússia e da Ucrânia.

#### 4.1.2 Balanço dos movimentos forçados de ucranianos

A deslocação forçada interna representa uma situação recorrente em situações de crise, sendo um exemplo disso o caso dos deslocados da região de Donbass na Ucrânia, que permanecem no país onde ocorre a guerra civil. Deste modo, em 2014, entre Maio a Outubro, observou-se um crescimento exponencial da população deslocada, totalizando assim mais de 379 mil deslocados em seis meses na Ucrânia. Kharkiv e Donetsk foram as *oblast* que registaram maior número de deslocados, mais de 94 mil e 54 mil, respetivamente. Deste modo, a população moveu-se para territórios junto à linha de conflito e para a capital (Aleksandra, 3 de Dezembro de 2014).

Nos anos seguintes, a população deslocada acabou por aumentar significativamente. Em Agosto 2015 registaram-se 1,44 milhões de deslocados internos. Estes tiveram maior expressão nas regiões que abrangem a guerra civil, como Donetsk e Lugansk e em regiões fronteiriças, designadamente Kharkiv, Zaporizhzhya e Dnipropetrovsk, bem como na capital (UNHCR, 14 de Agosto de 2015).

Posteriormente, no final do ano 2016 registaram-se cerca de 1,65 milhões de indivíduos deslocados e, em 2017, cerca de 1,49 milhões, diminuindo significativamente o número de requerentes de proteção interna em cerca de 157 mil de um ano para o outro. No geral, conforme a figura 10, a dispersão da população em 2016 e 2017 foi idêntica aos anos anteriores, incidindo essencialmente nas regiões do leste, centro-leste e na capital (Slovo i Dilo, 2 de Fevereiro de 2018).

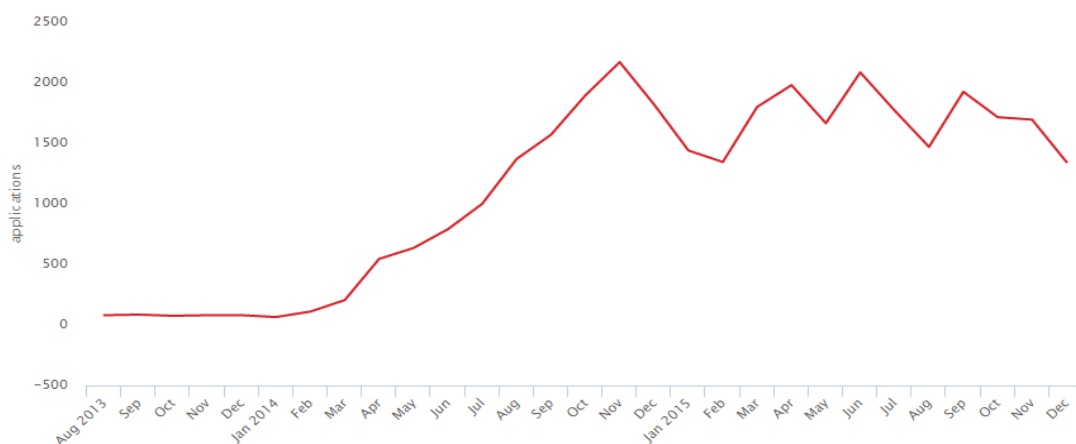


**Figura 10** – Distribuição territorial da população deslocada na Ucrânia em 2016 e 2017.

Fonte: Slovo i Dilo (2 de Fevereiro de 2018).



Face aos acontecimentos, desde o ano 2013, o número de requerentes de asilo ucranianos aumentou na União Europeia, ainda antes dos acontecimentos na Crimeia e no Leste da Ucrânia iniciados no ano 2014, o que evidencia atitudes de prudência de parcelas da população, antecipando a provável guerra, que acabou por acontecer. Os anos com mais pedidos de asilo foram de facto 2014 e 2015, totalizando cerca de 34 380 solicitações à EU. Estes pedidos, tal como demonstra a figura 11, tiveram forte ascensão desde Agosto de 2013 até Outubro de 2014, sendo Outubro o mês com mais requerimentos, registando cerca de 2170 pedidos de asilo ucranianos à UE. Posteriormente, tendo em conta a variação dos pedidos de asilo nos meses seguintes, verifica-se claramente uma instabilidade do conflito (Anastasia & Solodko, 1 de Abril de 2016).



**Figura 11** – Evolução dos pedidos de asilo da Ucrânia a países da União Europeia entre Agosto de 2013 a Dezembro de 2015.

Fonte: Anastasia & Solodko (1 de Abril de 2016).

Os países de destino que os requerentes de asilo ucranianos mais escolhem são a Polónia, a Itália, a República Checa e Portugal, onde os conterrâneos se estabeleceram a longo prazo (Anastasia & Solodko, 1 de Abril de 2016), sendo esta uma das razões de escolherem Portugal.

Por outro lado, o país que tem maior representatividade de pedidos asilo ucranianos, no total das solicitações apresentadas entre 2014 e 2016, é a República Checa, atingindo os 45% em 2014 e 2015. A este, seguem-se a Estónia e Portugal (tabela 2). Verifica-se assim que Portugal, além de ser um destino preferencial dos requerentes de asilo ucranianos, é também um dos países que tem mais representatividade de requerentes ucranianos desde 2014 até 2016.

**Tabela 2 – Representatividade dos requerentes de asilo ucranianos nos países da UE como sendo a nacionalidade principal entre 2014 a 2016.**

Ano	Países	% ucranianos
2014	República Checa	45%
	Estónia	39%
	Portugal	35%
2015	República Checa	46%
	Portugal	45%
	Estónia	42%
2016	República Checa	30%
	Portugal	20%
	Eslováquia	15%

**Fonte:** elaboração própria segundo dados

do Eurostat (20 de Março de 2015; 4 de Março de 2016; 16 de Março de 2017).

Considerando a evolução dos pedidos de asilo a Portugal, desde o ano 2014, coincidindo com o início do conflito e prolongando-se até 2016, a nacionalidade mais representativa a nível nacional em matéria de pedidos de asilo é, de facto, a ucraniana (Estatística do CPR, Junho de 2018).

**Tabela 3 – Representatividade das cinco principais nacionalidades que pediram asilo a Portugal entre 2013 e 2017.**

Ano	2013		2014		2015		2016		2017	
1	Síria	29%	<b>Ucrânia</b>	36%	<b>Ucrânia</b>	42%	<b>Ucrânia</b>	17%	Síria	24%
2	Guiné Conacri	16%	Paquistão	6%	Mali	10%	República Democrática do Congo	10%	Iraque	16%
3	Senegal	13%	Marrocos	6%	China	9%	Guiné Conacri	10%	República Democrática do Congo	9%
4	Nigéria	8%	Serra Leoa	5%	Paquistão	7%	Paquistão	7%	<b>Ucrânia</b>	7%
5	Paquistão / Mali	5%	Mali	5%	Guiné Conacri	4%	Serra Leoa	6%	Angola	7%
<b>Total pedidos de asilo</b>	.....	506	.....	442	.....	872	.....	305	.....	1750

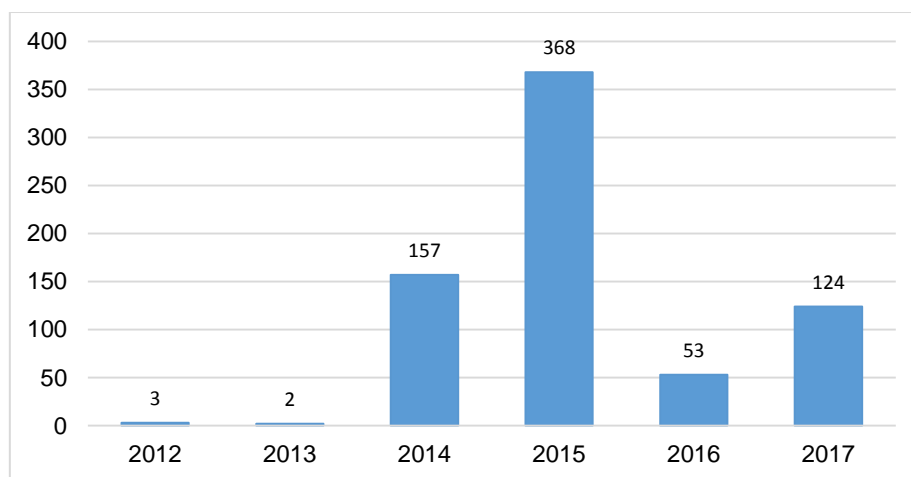
**Fonte:** elaboração própria segundo estatística do CPR, Junho de 2018.

Nota: Os dados disponíveis são produzidos em conjunto com o SEF.

Observando a tabela 3, verifica-se que em 2013 os pedidos de asilo com maior representatividade em Portugal são originários sobretudo da Síria e da África ocidental. No entanto, de 2014 a 2016, observa-se a influência de pedidos de asilo provenientes

da Ucrânia. Estes, em 2014, perfazem cerca de 36% do número total de pedidos ocorridos no ano e, atingindo 42% em 2015, e 17% em 2016, considerado assim o período em que os pedidos de proteção por parte da população ucraniana são mais representativos. Em 2017, observa-se maior representatividade de pedidos de asilo por parte da Síria, do Iraque e da República Democrática do Congo face às solicitações da população ucraniana; no entanto, estas ainda prevalecem e assumem algum destaque, correspondendo a cerca de 7% do total registado nesse ano (ocupam a quarta posição no ranking de solicitações).

Em relação à tendência dos pedidos de asilo efetuados por indivíduos de nacionalidade ucraniana a Portugal, os mesmos aumentaram súbita e exponencialmente em 2014, uma vez que em 2013 apenas dois pedidos haviam sido registados e apenas três foram formulados em 2012. O ano de 2014 coincide com o início do conflito armado no leste da Ucrânia, ao qual está certamente associado este crescimento tão expressivo do número de pedidos, 157 na totalidade. Em 2015, o número dos pedidos aumentou para 368, atingindo os valores mais elevados neste ano. Em 2016, observa-se um declínio bastante notório, contabilizando-se apenas 53 pedidos, mas, no ano seguinte, a tendência inverte-se, verificando-se um acréscimo de 71 requerimentos, registando-se assim um total de 124 pedidos de asilo de cidadãos ucranianos em 2017 (figura 12) (Estatística do CPR, Junho de 2018).

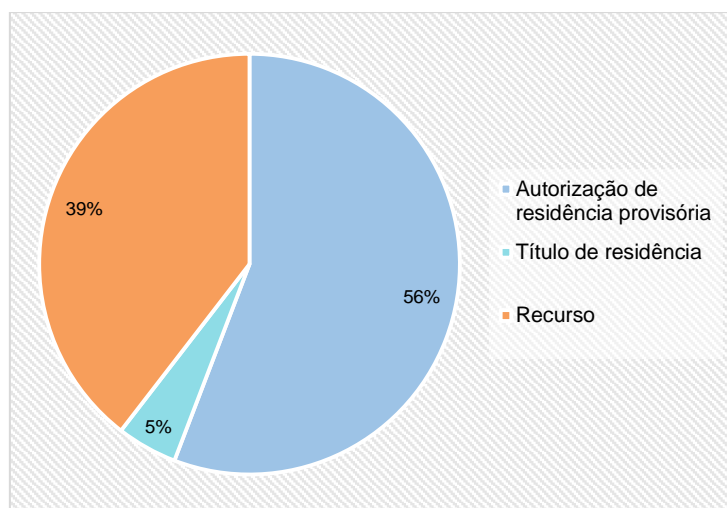


**Figura 12** – Evolução dos pedidos de asilo efetuados em Portugal por pessoas de nacionalidade ucraniana desde 2012 a 2017.

Fonte: elaboração própria segundo estatística do CPR, Junho de 2018.

Nota: Os dados disponíveis são produzidos em conjunto com o SEF.

Considerando a situação dos pedidos de asilo ucranianos apresentados no ano 2016 e 2017, observa-se que dos 43 requerimentos registados entre Maio a Dezembro de 2016, 61% obtiveram resposta positiva e apenas 39% puderam ir a recurso (figura 13).



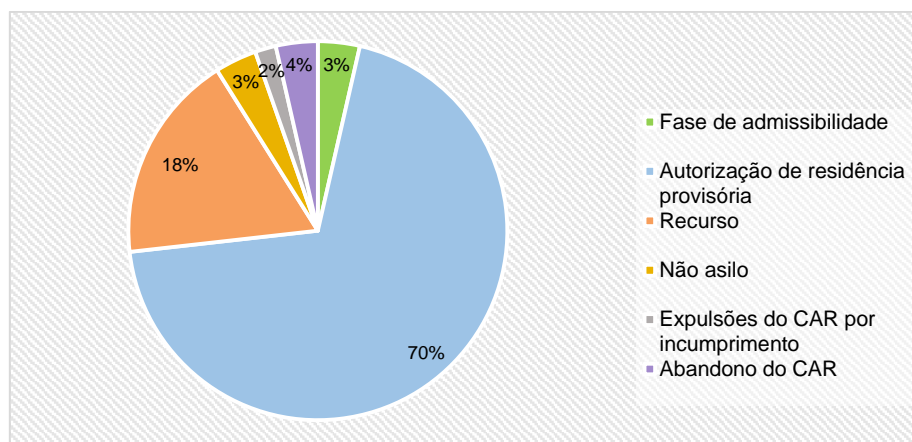
**Figura 13** – Situação dos pedidos de asilo ucranianos apresentados em 2016 no CPR.

Fonte: elaboração própria segundo dados internos do CPR.

Nota: Dados desde Maio a Dezembro de 2016 e contabilizados os requerentes que vivem no CAR, bem como noutras habitações externas, custeadas pelo CPR e em casa de familiares e amigos.

Em 2017, desde Janeiro a Novembro (figura 14), perante os 56 pedidos de asilo registados no CPR, verificaram-se mais requerentes de asilo ucranianos a obterem resposta positiva (cerca de 70%). No entanto, comparando com o ano anterior, o número absoluto foi bastante inferior, tendo em conta o total de pedidos de asilo registados (ver nota da figura 14). Por outro lado, observou-se a redução das rejeições iniciais dos pedidos de asilo, registando-se apenas 18% de recursos, ou seja, menos 21% de recursos do que em 2016. Também se verificou a existência de novas situações em 2017 face ao ano anterior: indivíduos que se encontram em fase de admissibilidade (3%), aguardando ainda pela decisão emitida pelo Serviço de Estrangeiros quanto à atribuição do estatuto; indivíduos (3%) que solicitaram asilo mas relativamente aos quais não foi aberto um processo pois tratava-se de um fenómeno de imigração, tendo sido encaminhados para outra instituição, de modo a auferirem outro tipo de apoio; expulsões do CAR (2%), devido ao incumprimento do regulamento estabelecido pelo CPR; e 4% de abandonos do CAR, sendo que um destes se deve ao facto do individuo pretender

acompanhar uma das pessoas expulsas do Centro, devido aos laços amigáveis que os uniam.



**Figura 14** – Situação dos pedidos de asilo ucranianos apresentados em 2017 no CPR.

Fonte: elaboração própria segundo dados internos do CPR.

Nota: Dados desde Janeiro a Novembro de 2017 e contabilizados os requerentes que vivem no CAR, bem como noutras habitações externas, custeadas pelo CPR e em casa de familiares e amigos.

O número de requerentes é bastante inferior ao evidenciado na figura 12 visto apenas serem contabilizados os requerentes ucranianos que constam no CPR (dados internos) e não os que se apresentam também no SEF.

Em suma, a maioria dos pedidos de asilo em 2016 e 2017 foram admitidos; no entanto, nos dois anos, quase 30% foram alvo de recurso, tal como pudemos observar nas figuras mencionadas acima. Deste modo, no subcapítulo seguinte será aprofundado em que circunstâncias efetivamente os indivíduos podem requerer asilo e obter consequentemente o estatuto de refugiado e quais são assim os direitos e deveres que possuem na sociedade de acolhimento.

## 4.2 Requerentes de asilo

O termo requerente de asilo refere-se a um indivíduo “nacional de país terceiro ou apátrida que tenha formulado um pedido de asilo, relativamente ao qual ainda não tenha sido tomada uma decisão final” (alínea c do artigo 2º da Diretiva do Conselho 2003/9/CE in Europeia, 2012). Deste modo, o pedido de asilo é entendido com uma solicitação por parte de um indivíduo com o objetivo de usufruir proteção internacional dos estados membros da União Europeia, no quadro da Convenção da Genebra, de modo a obter o estatuto de refugiado (alínea b, artigo 2º, da Diretiva do Conselho 2003/9/CE).

O estatuto de refugiado destina-se assim a indivíduos que são perseguidos no Estado da sua nacionalidade ou da sua residência habitual “em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou das suas opiniões políticas, [que] não queira pedir a proteção daquele país; ou que, se não tiver nacionalidade e estiver fora do país no qual tinha a sua residência habitual após aqueles acontecimentos, não possa ou, em virtude do dito receio, a ele não queira voltar” (alínea 2ª, artigo 1º da Convenção de Genebra de 1951). Observa-se portanto que os indivíduos requerem proteção internacional noutros Estados devido à ascensão de condicionantes que poem em causa a paz, liberdade e democracia no local de residência habitual (alínea 1ª, artigo 3º da lei nº 26/2014).

A proteção internacional num contexto global é vista portanto como um conjunto de “ações da comunidade internacional com base na lei internacional, destinadas a proteger os direitos fundamentais de uma categoria específica de pessoas fora dos seus países de origem, a quem falha a proteção nacional dos seus próprios países” (Europeia, 2012). Neste sentido, observa-se que no contexto da UE os indivíduos que beneficiam de proteção internacional são os que detêm o estatuto de refugiado, mas também de proteção subsidiária (alínea *d* e *f*, artigo 2º da Diretiva 2004/83/CE) tal como será observado seguidamente.

A concessão de direito ao asilo destina-se não só aos indivíduos que se enquadram no artigo 1º da Convenção de Genebra, mas também os indivíduos aos quais não é atribuído o estatuto de refugiado, mas que possuem estatuto de proteção subsidiária por razões humanitárias. A alínea *e* do artigo 2º da Diretiva 2004/83/CE reconhece assim no estatuto de proteção subsidiária nacionais de um país terceiro ou apátridas que tenham risco grave associado ao regresso à sua residência habitual ou ao país de origem, podendo ser por razões de conflito armado ou violação dos direitos fundamentais, entre outras. Assim, é-lhes conferida a autorização de residência sob proteção subsidiária, por parte das autoridades competentes do Estado de acolhimento, neste caso portuguesas (alínea *i*, artigo 2º da Lei nº26/2014).

Em suma, os requerentes de asilo aguardam assim, no Estado-membro de acolhimento, a decisão final quanto à atribuição do título de refugiado ou a autorização de residência por razões humanitárias válida por cinco anos. Até lá, são concedidos aos requerentes títulos com validade mais curta, como as Autorizações de Residência Provisórias e os títulos de residência de menor duração para poderem permanecer legalmente no país de acolhimento. No entanto, enquanto os requerentes se encontram neste processo (até obterem a decisão final), vão usufruindo, desde logo, de certos benefícios e obrigações.

Neste sentido, no subcapítulo seguinte serão observados os direitos e obrigações dos requerentes de asilo em Portugal.

#### 4.2.1 Direitos e deveres dos requerentes de asilo conforme a lei de asilo portuguesa

Analizando primariamente os direitos dos requerentes de asilo, além destes poderem permanecer e ter proteção num Estado-membro, cada Estado tem a obrigatoriedade de “cultivar” a não discriminação do recém-chegado, explicita no artigo 3º na Convenção de Genebra de 1951, e de promover o seu bem-estar, tratando-os tal como aos nacionais (artigo 20º, *idem*).

Observando os direitos dos requerentes à luz da lei de asilo portuguesa, Lei nº 26/2014 de 5 de maio, estes, quando requerem o respetivo estatuto em Portugal, têm o dever de serem informados dos direitos e obrigações a que estão sujeitos. Essas informações deverão ser transmitidas num idioma que os requerentes compreendam, de modo a que os mesmos possam esclarecer todos os detalhes necessários e ficarem informados acerca dos benefícios que porventura possam auferir (alínea 1ª a, artigo 49º da Lei nº 26/2014).

Até à decisão final quanto à atribuição do estatuto, os indivíduos podem beneficiar de serviços de intérprete (para a formalização do pedido e durante todo o procedimento) e apoio jurídico (alínea 1ª d e e, artigo 49º, *idem*). Também têm o direito a ser assistidos no Sistema Nacional de Saúde, necessitando apenas de apresentar o documento comprovativo em como apresentaram o pedido de proteção internacional (artigo 52º, *idem*), bem como de frequentar o sistema de ensino português (artigo 53º, *idem*).

Os requerentes de asilo podem também solicitar apoio para o alojamento e para a alimentação, caso se encontrem em situação de carência económica e social (artigo 51º, Lei nº 26/2014). Deste modo, têm a possibilidade de ficar alojados num centro de acolhimento, ou seja, num local utilizado para o alojamento coletivo dos requerentes de asilo (alínea c do artigo 2º da lei nº 26/2014), ou ainda em casas particulares, apartamentos, hotéis ou outras instalações adaptadas (alínea 2ª, artigo 57º da Lei nº 26/2014). Deste modo, os requerentes podem ficar alojados no Centro de Acolhimento para Refugiados (CAR) do Conselho Português para os Refugiados, pois tal como prevê a Lei nº 26/2014 no artigo 64º, o Estado colabora com organizações não-governamentais, capacitadas para prestar apoio social, jurídico, no acolhimento, etc. Além de auferirem apoio no alojamento, tal como já foi referido, podem também receber

um subsídio mensal destinado a suportar despesas de alimentação, vestuário, higiene e transportes, bem como apoio complementar para alojamento, como detalhado no artigo 58º da mesma lei. Neste sentido, caso fiquem alojados no CAR, segundo dados internos do CPR, o apoio social previsto pelo Conselho Português para os Refugiados até aos três anos de idade é cerca de 50,00 euros mensais, após os quatro anos é de 45,00 euros e após os 18 anos de é de 150,00 euros mensais, acrescendo ainda valores idênticos para a habitação, caso os requerentes despendam verbas para o alojamento externo (caso não fiquem no CAR). No entanto, pode-se verificar a redução ou a cessação dos benefícios sociais ou económicos num conjunto de situações, que incluem, entre outras, a recusa do pedido de proteção internacional, o abandono do local de residência sem informar a entidade responsável pelo alojamento ou, se avaliada a situação económica e social do indivíduo, não se justificar a sua manutenção (artigo 60º da lei nº 26/2014).

Em contrapartida, observando as obrigações dos requerentes de asilo, o artigo 9º da Lei nº26/2014 menciona que estes devem procurar assegurar a paz e a segurança e manter a ordem pública na sociedade de acolhimento. Caso contrário, segundo o mesmo artigo, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, como entidade de decisão em matéria de imigração e asilo em Portugal, pode determinar a recusa da manutenção do respetivo estatuto. Para além das obrigações referidas, o requerente de asilo deve ser transparente com a autoridade de decisão, neste caso o SEF, indicando assim os reais motivos do pedido de asilo, comparecer também perante o SEF sempre que for solicitado, de modo a justificar o pedido de proteção internacional (artigo 15º da Lei nº 26/2014).

#### **4.3 Redes sociais**

Uma 'rede' representa um conjunto de nós conectados por ligações, traduzindo-se, no quadro das ciências sociais e humanas, em relações entre pessoas e/ou organizações. No caso das redes sociais, os nós representam os diversos atores, podendo ser indivíduos, grupos ou organizações (ex. organizações não-governamentais ou empresas), os quais podem também ser conjugados entre si. Estas conexões, sustentadas nos princípios da reciprocidade e confiança (Putnam, 2007:137), configuram uma rede de partilha horizontal, resultam em benefício mútuo para os diferentes atores que compõem a rede (Moreno, 2016; Brass & Labianca, 1999).



Em geografia, a importância das redes sociais destaca-se em vários domínios, nomeadamente em turismo, dinâmicas socioeconómicas, problemas sociais, migrações, entre outros (Moreno, 2016). Gurak & Caces (1992) através de Massey et al. (1987) destacam a relevância das redes principalmente no estudo das migrações internacionais, que conjugam diversos atores heterogéneos, podendo ser institucionais ou não, conectando migrantes e não migrantes numa rede complexa de papéis sociais e relações interpessoais.

As redes migratórias são assim definidas como “complexos de laços interpessoais que ligam migrantes, migrantes anteriores e não-migrantes nas áreas de origem e de destino, por meio de vínculos de parentesco, amizade e conterraneidade” (Massey, 1988:396 em Truzzi, 2008:203). Neste sentido, os migrantes primários contribuem para o desenvolvimento de cadeias de migração, por manterem laços de afinidade com familiares, amigos e conhecidos deixados no país de origem (Boyd, 1989, Haug, 2008 em Sönmez, 1989). Os primeiros, além de influenciarem a decisão em migrar, fornecem aos restantes informação e assistência ao longo do seu movimento (caso decidam migrar) e após a chegada destes ao país de destino, nomeadamente com alojamento e emprego (Boyd, 1989 em Sönmez, 1989). Os migrantes tendem assim a escolher países de destino onde possuem conexões sociais, e, por outro lado, estas são vistas como uma das razões para o aumento de migração internacional (Koser, 2007 em Sönmez, 1989).

Além dos familiares, amigos e conhecidos, os indivíduos que têm intenção em iniciar o movimento migratório podem contactar com outros atores para além dos mencionados, tais como: associações e organizações comunitárias, agentes de viagem e contrabandistas de pessoas (passadores e outros). Estes auxiliam os indivíduos na organização das respetivas viagens, operando como suporte até que estes cheguem ao destino pretendido (Boyd, 1989 em Koser & Pinkerton, 2002; Lim, 1987 em Koser, 1997). Adicionalmente, os indivíduos têm a possibilidade de se conectar com organizações governamentais e não-governamentais, organizações culturais e religiosas e outras instituições como as universidades (Poros, 2011) em Sönmez, 1989), durante o movimento migratório e na sociedade de acolhimento.

Os indivíduos podem, portanto, mobilizar as redes sociais antes – para que as mesmas os auxiliem no processo de decisão, durante – como suporte no trajeto até ao país de origem, e, após a chegada – para uma melhor integração no local de destino.

Após a chegada ao país de destino, Ager & Strang (2008) e Strang & Ager (2010) defendem que as conexões sociais são fundamentais para uma integração de ‘sucesso’ dos recém-chegados a uma sociedade, podendo assumir três formas distintas: “*social*

*bonds*”, “*social bridges*” e “*social links*”. Estas serão detalhadas no enquadramento conceptual da integração (capítulo 4.4).

As interações nas redes sociais originam a satisfação de necessidades sociais e outras, bem como a obtenção de resultados desejados (Brass & Labianca, 1999). Deste modo, quanto mais diferenciados forem os atores integrantes na rede, nomeadamente em termos de género, etnia, classe, mas também em termos da diversidade dos respetivos papéis, podendo ser relacionamentos de parentesco, amizade, profissionais, etc., mais qualidade e utilidade tem o capital social (Kindler et al., 2015).

As redes sociais estão assim intimamente ligadas a um outro conceito – o capital social. Coleman (1990: 305) em Kindler et al. (2015), define este conceito referindo como sendo recursos disponíveis que os atores podem utilizar para realizar os seus interesses. O capital social está assim “conectado a uma rede duravel de relações mais ou menos institucionalizada de conhecimento mútuo e reconhecimento” (Bourdieu, 1986: 249 em Portes, 1998:3). Deste modo, o conceito de redes sociais e capital social operam em conjunto, na medida em que quanto mais capital social estiver reunido na rede, mais produtiva será a rede social (Moreno, 2016; Brass & Labianca, 1999).

Os atores beneficiam com a participação nas redes sociais ou outras estruturas (Portes, 1998). As redes sociais detêm valor, principalmente para ‘quem’ se encontra dentro desta, pois funcionam como recurso para a obtenção tanto de capital físico, como humano (Putnam, 2007), bem como financeiro e social (Coleman, 1988 e Burt, 1992 em Brass & Labianca, 1999). Assim, a função das redes engloba: “a providência de assistência material e física; a contribuição para interações sociais mais próximas; a condução de atividades individuais; o fornecimento de feedback e encorajamento da [ ] participação na comunidade” (Pohjola, 1991:435), contribuindo deste modo também para o bem-estar emocional dos migrantes.

No entanto, apesar das redes sociais possibilitarem efeitos positivos tal como foi observado, estas podem levar a consequências negativas. Essa dicotomia de efeitos está presente no caso de estudo da migração em massa dos finlandeses para a Suécia entre as décadas de 60 e 70 do século XX, conforme relatado por Pohjola (1991). Nesse período, as redes sociais foram decisivas para o início do movimento e para o suporte aos finlandeses recém-chegados, visto que cerca de metade dos migrantes tinham familiares na Suécia e um quarto tinha conhecidos no país (Caces, 1985; Henriksen, 1985 em Pohjola, 1991). Assistia-se assim a um fenómeno de bola de neve (Caces, 1985 em Pohjola, 1991), em que os migrantes pioneiros atraíram os seguintes.

Os recém-chegados em geral como tinham suporte das *social bonds* confiavam no apoio dos familiares e amigos que se encontravam na Suécia, deixando assim de terem necessidade de procurarem mais informações sobre o país, tendo iniciado o movimento

sem ainda terem perspectivas de emprego ou habitação, o que ditou a sua área de residência. Deste modo, as suas oportunidades foram afunilando na sociedade de destino, pois como tinham apenas uma fonte principal de informação, recebiam informações incompletas, restringindo assim as suas opções.

Não obstante, as *social bonds* foram positivas numa primeira fase para a obtenção de alojamento e emprego. Estas conexões posteriormente foram mantidas devido à barreira linguística, para lidar com assuntos oficiais ou no acompanhamento médico. Todavia estas originaram dependência e perda de autonomia dos novos migrantes. Neste sentido, os últimos não tentaram inverter esta situação, preferindo continuar a relacionar-se com a comunidade finlandesa na Suécia, referindo que as outras relações, nomeadamente com a comunidade autóctone, não passariam de relações superficiais e frágeis. Deste modo, as suas oportunidades no novo ambiente foram-se limitando em termos em emprego; dimensão das conexões sociais; aprendizagem do idioma; ajustamento ao novo ambiente; e desenvolvimento da identidade individual, ou seja, a cultura sueca não fazia parte da identidade do novo migrante, pois o mesmo não a experienciava (Pohjola, 1991).

Também Portes (1998) expõe outros efeitos negativos possíveis resultantes do capital social presente na rede, como: exclusão de ‘outsiders’ – não-aceitação de atores externos ao grupo; reclamações excessivas dos membros do grupo – ‘pressão’ sobre os membros mais bem-sucedidos no grupo (ou comunidade) para a partilha interna dos benefícios; restrições à liberdade individual – controlo sobre membros do grupo, reduzindo a liberdade, a privacidade e autonomia dos mesmos (Boissevain, 1974 em Portes, 1998); e, por último, as normas de nivelamento descendente – aplicação das respetivas normas no grupo, de modo a que a coesão seja preservada caso algum membro quera afastar-se para a ‘sociedade dominante’ (Portes, 1998). Deste modo, apesar de o capital social ser benéfico, nomeadamente como uma fonte de recursos tal como refere Coleman (1988) em Portes (1998), o mesmo pode exercer um controlo social sobre os membros do grupo. Portes (1998) dá também a entender que as comunidades estrangeiras estabelecidas noutros locais desenvolvem um sentimento de apropriação e proteção dos seus membros, não deixando que ‘nenhum elemento estranho’ (comunidade local dominante) interfira no grupo, podendo isso resultar na diminuição de capital social. Para além disso, a exigência de partilha de ‘ganhos’ com os membros do grupo, resulta no condicionamento da sua independência e liberdade. Neste sentido, Geertz (1963) em Portes (1998) retrata o caso que aconteceu em Bali. Com o surgimento de empreendimentos comerciais, os empreendedores de sucesso eram constantemente ‘atacados’ para fornecerem à família e à comunidade, emprego e empréstimos, resultando assim em efeitos negativos potenciados pelo capital social.

Todavia, numa sociedade, as conexões sociais têm carácter dinâmico, podendo ser desfeitas e reconfiguradas, através da rotura de ligações e estabelecimento de outras (Moreno, 2016). Neste sentido, Brass & Labianca (1999) referem que caso a interação é agradável e útil – o relacionamneto é formado, no entanto, se a interação é prejudicial ou desagradável – o relacionamento é normalmente evitado. Afigura-se assim essencial pesar os aspetos positivos e negativos do capital social na respetiva rede de forma a decidir sobre a continuidade ou não da mesma.

#### 4.3.1 Redes sociais – um fator decisivo nas migrações económicas e forçadas

As migrações podem ser “‘free’ and ‘forced’ or ‘voluntary’ and ‘involuntary’” (Price, 1969 em Richmond, 1989:11). Deste modo, seguidamente irá ser verificada a relevância das redes sociais nos dois tipos de migrações, através das motivações iniciais dos indivíduos.

Analisando primariamente os movimentos voluntários, os mesmos são caracterizados por serem movimentos sazonais, nómadas ou temporários, chegando a ser permanentes quando advêm de razões económicas (Price, 1969 em Richmond, 1989). As migrações são um resultado de decisões individuais, voluntárias e espontâneas, onde os migrantes quando procuram um local de destino são movidos pelo custo-benefício, na medida em que a recompensa e o seu bem-estar seja mais elevado face ao percebido no país de origem (Todaro, 1969, 1976 em Arango, 2003). Deste modo, o movimento associado no caso dos imigrantes é um movimento premeditado, que Richmond (1989:14) denomina como migração “proactive”, que acontece após a consideração de certas condições antes da tomada de decisão, como as recompensas materiais e simbólicas do país de destino.

Comparando as motivações para a ocorrência de migração desde a teoria da economia neoclássica até à nova teoria, observa-se que a primeira é considerada como uma ação de modo a maximizar os benefícios líquidos individuais (Todaro, 1976 em Haug, 2008), através da obtenção de emprego e melhores salários no país de destino. Em contrapartida, com o declínio da teoria neoclássica, emergiu uma nova teoria, que aponta que a decisão de migrar não é mais uma decisão individual, mas sim, familiar e coletiva, pretendendo os indivíduos não só alcançar salários mais elevados mas também reduzir o risco associado à migração. Arango (2003) menciona que a existência de redes sociais no país de destino diminui os custos, riscos e incertezas, pois os indivíduos sentem-se apoiados pelo devido s migrantes pioneiros. Adicionalmente, quanto mais atores estiverem abrangidos na rede (tamanho) e quantas mais ligações estiverem

estabelecidas (densidade), maior número de oportunidades tem cada ator social (Portes, 1999 em Caldeira, 2011). Deste modo, através do aumento do número de participantes na rede, bem como das suas interligações, maior é a probabilidade de garantir o acesso a determinados recursos, como informação, assistência social e financeira (Sousa, 1999; Massey et al., 1987 em Gurak & Caces, 1992).

O movimento associado à migração “proactive” conjuga assim as oportunidades económicas e a existência de redes sociais (ex. familiares, amigos e conhecidos) no país de destino, sendo os primeiros migrantes a abandonar o país de origem vistos como um meio de motivação e suporte para os recém-chegados. Na verdade, muitos preferem deslocar-se para um país com melhores redes sociais, em vez de irem para outro destino com mais necessidade em mão-de-obra mas com fracas redes sociais (Peixoto, 2009 em Caldeira, 2011).

Em contrapartida, os movimentos involuntários incluem aqueles que são “impelled by war and other political pressures” (Richmond, 1989:11), verificando-se que a Convenção da ONU discrimina os apátridas, escravos ou trabalhadores forçados, que atravessam a fronteira internacional, devido a causas “políticas, económicas, ambientais, sociais e psicológicas” (Sousa, 1999:48). Deste modo, os indivíduos que vivenciam uma migração “reactive” procuram geralmente outro local mais seguro sob pressão e *stress*, restando-lhes poucas alternativas em situação de crise, visto que a tomada de decisão ocorre sob a influência de pânico e de ameaças (Richmond, 1989:14). No entanto, Richmond (1994:53) em Sousa (1999:46) ressalta que existem uns refugiados mais ‘cautelosos’ do que outros, como o caso dos refugiados antecipatórios – ‘push-permit’, “que saem, antecipando ou prevendo a ocorrência da crise” face aos refugiados agudos – ‘push-pressure-plunge’, “que fogem em momentos de crise”. No seguimento, importa assim conhecer quais são as principais motivações dos refugiados na procura de um local de destino.

Analisando as motivações dos refugiados na escolha de um país de acolhimento, verifica-se que estes se movem claramente devido ao sentimento de segurança. Neste sentido, “quando um indivíduo sente-se ameaçado de prisão ou perseguição, o seu principal motivo é simplesmente fugir o mais rápido possível e para qualquer país seguro” (Koser & Pinkerton, 2002:12). No entanto, segundo Massey et al. (1993) e Borjas (1994) em Neumayer (2004), os requerentes de asilo procuram igualmente países mais ricos, com baixas taxas de desemprego e grande crescimento económico. Analisam também fatores como “generous welfare provisions”, de modo a que os refugiados alcancem as oportunidades no país de destino, diminuindo assim o custo da migração (Neumayer, 2003 em Neumayer, 2004:12). Outros fatores relevantes relacionam-se com os laços coloniais, culturais e linguísticos e proximidade geográfica

conforme expresso em Böcker (1998) em Neumayer (2004), bem como, com as redes sociais, podendo ser um meio valioso para os recém-chegados encontrarem 'o seu caminho' (Boswell, 2000 em Neumayer, 2004). Além de que, segundo Robinson and Segrott (2002) em Neumayer (2004:11), as conexões sociais podem prover "some cushioning of the cultural shock linked to a foreign country" e potenciarem a integração. É possível assim observar que os migrantes involuntários, além de serem movidos pela variável segurança, podem considerar outros fatores próprios de migrantes voluntários (ex. económicos, bem-estar social e redes sociais).

Na sequência, importa assim ressaltar a existência de um outro grupo híbrido, os migrantes mistos, pois tal como foi exposto, na realidade, a migração forçada pode ser impulsionada através da combinação de fatores para além da segurança, assemelhando-se às motivações dos migrantes económicos. O termo "mixed migration" entrou assim em vigor nas Consultas Globais sobre a Proteção Internacional, lançado pelo ACNUR no ano 2000, devido à crescente perceção por parte dos governos e dos países ocidentais que os requerentes de asilo em grande escala eram realmente migrantes económicos disfarçados. Resultado da Agenda para a Proteção em 2002, os Estados acordaram, de acordo com a Assembleia das Nações Unidas, em fornecer proteção aos refugiados dentro de movimentos migratórios mais amplos (Hear et al., 2009). Denota-se assim que os migrantes mistos têm direito a que sejam consideradas mais variáveis do que apenas a segurança, escolhendo assim um país de destino preferencial. Deste modo, este grupo além de procurar proteção internacional com o objetivo de viver num local seguro, alia a esse fator uma serie de outros, como melhorar as suas condições de vida, estudar, juntar-se à família ou amigos, etc. (Roman, 2015). Deste modo, e face ao analisado anteriormente, os refugiados ao tentarem reduzir o risco da migração, apoiam-se nas redes sociais tal como os migrantes económicos, refletem acerca do crescimento económico do país de destino e sobre as políticas de bem-estar social. Também consideram as perspetivas educacionais e de reunificação familiar, não deixando de ser requerentes de asilo, ou seja, tal como referem Crisp and Kiragu (2010) em Crush et al., (2012) pessoas que deixam o seu próprio país em resposta a falhas de governança e desenvolvimento. Estes fatores explicam assim porque cada vez mais fluxos mistos chegam a países ricos e industrializados do norte global (Hear et al., 2009), pois aliam a necessidade de proteção internacional com a satisfação de outros desejos, como estar junto de familiares e satisfazer as suas necessidades materiais.

Neste sentido, considerando o caso dos requerentes de asilo ucranianos, Sushko & Kulchytska (08 de Outubro de 2015) referem que não há razões para a UE dar asilo à população ucraniana, pois apenas 5% da área da Ucrânia é abrangida pelo conflito

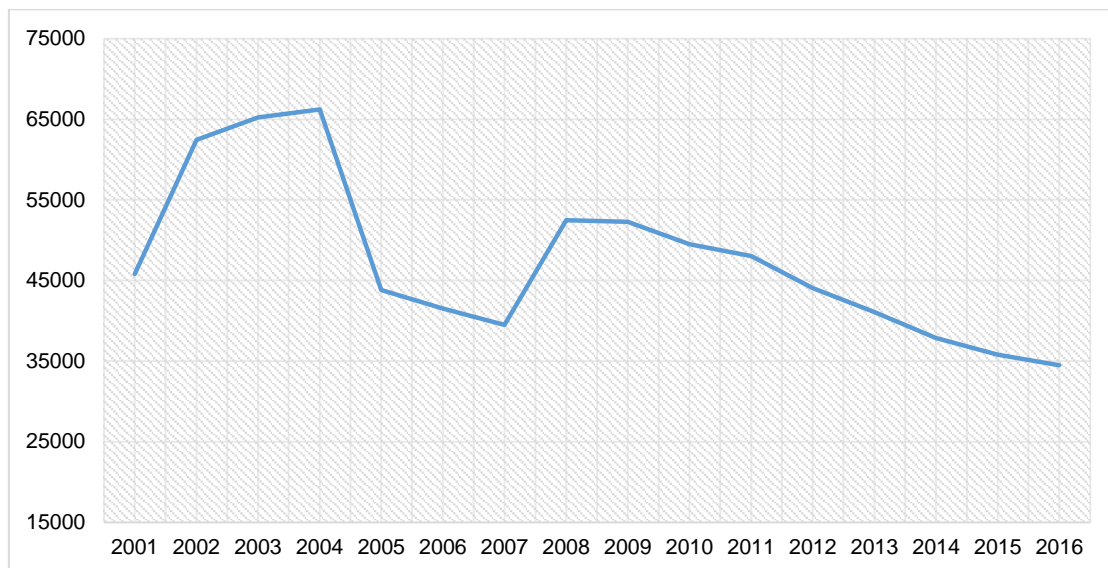
armado, o que não justifica os pedidos de asilo para a UE. Além disto, alega-se que um grande número de pedidos de proteção à UE por parte da região de Donbass se deve a razões laborais, isto é, à tentativa de integração no mercado de trabalho na Europa. No entanto, considerando os efeitos como consequência do conflito de Donbass, observam-se danos significativos tanto na economia como nas infraestruturas, o que põe em causa não só a qualidade de vida mas também a continuidade da vida quotidiana dado a incerteza do futuro. De facto, o conflito resultou na aceleração da recessão económica na região que havia começado há décadas, visível no aumento dos preços, no desemprego, bem como na depreciação cambial. Além de estarem danificadas habitações, também se verificaram danos em algumas infraestruturas públicas, como o sistema de abastecimento de água e o saneamento, bem como em serviços públicos como a saúde ou a educação, encontrando-se a população com défices nestes domínios (Jennings et al., 2017). Deste modo, observa-se que além do conflito ter efeitos imediatos, tal como foi alvo de análise no ponto 4.1.1., o mesmo desencadeia repercussões futuras, que põem em causa a continuidade e estabilidade da vida dos residentes. Assim, os requerentes de asilo ucranianos poderão ter efetivamente necessidade de emigrar para a UE de modo a suprir as suas carências. Neste seguimento, destaca-se, que migração voluntária e forçada deverão ser analisadas em conjunto, pois as fronteiras entre ambas não são de facto claras (Roman, 2015).

#### 4.3.2 A comunidade ucraniana em Portugal e a influência das redes sociais

Apesar de Portugal e Ucrânia não partilharem ligações históricas, proximidade geográfica, língua ou religião em comum, Portugal tornou-se um destino de eleição da população ucraniana, não só devido à combinação de condições económicas e sociais específicas entre os dois países, mas também ao importante papel desempenhado pelas redes sociais e grupos organizados na alimentação do fluxo (Baganha, Marques, & Góis, 2004; Baganha, Marques & Góis, 2010).

A vaga migratória da Ucrânia para Portugal iniciou-se no final dos anos 90, especialmente devido à facilidade de movimento dentro do espaço Schengen a que os ucranianos tinham acesso e à intensificação de mão-de-obra na construção civil, obras públicas e hotelaria em Portugal, sendo uma mais-valia para o país nessa altura, uma vez que este apresentava escassez de mão-de-obra. Através de agências de viagem, no final dos anos 90, muitos imigrantes vieram como turistas para Portugal e legalizaram-se através da obtenção 'fácil' de contratos de trabalho, permanecendo

assim no país (Malheiros, 2005:106). As agências de viagens foram particularmente importantes nas fases iniciais do fluxo migratório da Ucrânia para Portugal (Baganha et al. (2010); Malheiros & Esteves (coord.), 2013 em Fonseca et al. (2014); no entanto, após o início dos anos 2000, com o crescente fluxo de população ucraniana, esta começou a apoiar-se na rede de ucranianos existente em Portugal, tal como será analisado ao longo do capítulo.



**Figura 15 – População ucraniana residente em Portugal entre 2001 e 2016.**

Fonte: elaboração própria com base em relatórios estatísticos anuais do SEF; Fonseca *et al.* (2014) e Fonseca & Pereira (2016).

Observando a população residente legalmente em Portugal (figura 15), verifica-se que nos anos iniciais, entre 2000 e 2002, houve um crescimento notório da população ucraniana no país. Esse fator deve-se essencialmente à demanda da necessidade de mão-de-obra, atingindo assim cerca de 62041 indivíduos em 2002. No entanto, entre 2004 e 2007, observa-se um decréscimo do número de ucranianos residentes no país, passando de 66 281 em 2004 para 39 480 em 2007. Fonseca & Pereira (2016) justificam esse declínio referindo que tanto se deve ao retorno ao país de origem como à migração para outros países europeus. Numa entrevista com o representante de uma associação ucraniana em Portugal mencionada em Fonseca & Pereira (2016), este refere que alguns ucranianos aproveitaram as ofertas de emprego e salários mais elevados em Espanha; no entanto, quando a crise emergiu no país, retornaram para Portugal. O representante completa ainda que apesar dos salários mais elevados em Espanha, a comunidade ucraniana prefere a estabilidade, o regime de imigração e o convívio



oferecido em Portugal. Posteriormente, de 2007 a 2009, observa-se um novo aumento, registando em 2007 cerca de 39 480 imigrantes ucranianos legais em Portugal e em 2009 cerca de 52 293 indivíduos. Analisando os dados desde o ano 2009, altura de crise económica em Portugal, observa-se que a população ucraniana residente no país tem uma tendência de diminuição contínua (Fonseca & Pereira, 2016:180), passando de 52 293 pessoas em 2009 para 34 490 em 2016. No entanto, segundo os relatórios estatísticos anuais do SEF, continua atualmente a permanecer no top 3 de nacionalidades mais representativas em Portugal, situação que se verifica desde 2004. Outro fator que contribuiu para a diminuição de imigrantes ucranianos em Portugal, após o ano 2009, relaciona-se com a influência do *feedback* negativo transmitido pelos familiares e conterrâneos à população no país de origem (Fonseca, Pereira & McGarrigle, 2016). Os imigrantes pioneiros referiam que Portugal não é de facto o melhor país de destino numa altura de crise, caso os indivíduos quisessem migrar por razões económicas. No entanto, segundo o projeto THEMIS (Fonseca et al., 2016:125,131), a comunidade ucraniana questionada ressaltou outros fatores não-económicos que influenciam a tomada de decisão quanto à migração para Portugal. Deste modo, apesar de Portugal atravessar um período de recuperação da crise, é um país atrativo por ser politicamente estável, com mais liberdade de expressão, democracia, qualidade de vida, tranquilidade e paz, que alia a uma “strong network dynamics” (Fonseca et al., 2014 em Fonseca et al., 2016:114).

Apesar da crise económica em Portugal, a comunidade ucraniana afirmou-se ao longo do tempo como uma comunidade sólida a nível nacional. Existem assim três fatores que confirmam a existência de uma comunidade ucraniana sólida em Portugal. O primeiro fator é a reunificação familiar (1), que sucedeu à imigração laboral inicial e permite a ‘união’ de laços no país de destino. O segundo refere-se ao padrão de concentração geográfica dos ucranianos a nível nacional (2), e, por último, as redes sociais (3), que influenciam não só a decisão em migrar, constituindo-se também como um suporte para os recém-chegados na sociedade de acolhimento.

### **(1) Reunificação familiar**

Analisando o primeiro ponto, a reunificação familiar em Portugal, este processo acentuou-se com a queda da demanda do trabalho, tornando-se assim a principal razão que justifica o movimento migratório de ucranianos para Portugal. Segundo os dados do EUROSTAT em Marques et al. (2014), de 2008 a 2010, no decorrer da crise económica, o principal motivo de novas concessões de autorizações de residência era a reunificação

familiar, face a razões laborais, de estudo ou outras. Através da manutenção de laços entre o país de destino e de origem, observou-se assim a chegada principalmente de esposos (as) ou parceiros (as) e filhos fora da EU a Portugal, provenientes da Ucrânia nesse período (EUROSTAT em Marques et al., 2014). Neste sentido, Góis & Marques (2012) em Marques et al. (2014) e (Mendes, 2010) confirmam assim que frequentemente os filhos ficam a cargo de outros familiares na terra natal, enquanto os pais migram para outro país, devido a razões económicas, mas que posteriormente reúnem os filhos no país de destino.

**Tabela 4** – Motivações para a migração de população ucraniana para Portugal, por períodos de chegada (%).

Time of arrival	Experiencing the culture and life of another country	Opportunities for work	Opportunities for studying	Learning a language	Being with family members or other people you care about	Total N
1998-2003	5.1	77.1	1.9	0.9	15.0	214
2004-2008	2.4	36.6	2.4	0.0	58.5	41
2009-2011	4.2	31.3	12.5	0.0	52.1	48
Total	4.6	64.4	3.6	0.7	26.7	303

Source: THEMIS data.

Fonte: Fonseca et al. (2014:7).

Os dados do projeto THEMIS (Fonseca et al., 2014) confirmam assim que nos fluxos iniciais (1998 a 2003), a principal motivação para a ocorrência de migrações provenientes da Ucrânia para Portugal relacionava-se com as oportunidades de trabalho (77,1%). Deste modo, entre 1998 a 2003, chegavam maioritariamente homens (57,6%) a Portugal, que foram ‘apalpando’ as oportunidades de se estabelecerem em Portugal, antes de reunirem a família. Neste sentido, desde 2004, a tendência inverteu-se, ou seja, começaram a chegar mais mulheres, ultrapassando os 58% tanto no período de 2004 a 2008, como entre 2009 e 2011. Deste modo, a reunificação familiar tornou-se a motivação principal nos dois últimos períodos analisados (ultrapassando os 50%), bem como as de estudo, evidenciando um forte crescimento entre 2009 a 2011 (12,5%) (tabela 4). As oportunidades de estudo também se encontram relacionadas com a reunificação familiar, uma vez que como os pais migram anteriormente, é provável que haja um desejo de chamarem os filhos posteriormente para Portugal.

“O caso ucraniano ilustra de forma evidente um processo migratório de cariz clássico, em que a migração de reagrupamento familiar sucede a uma imigração laboral inicial (que ocorreu, maioritariamente, durante os primeiros anos do século XXI)” (Marques et al., 2014:55). Bem como, a forte conexão entre a população (famílias) no país de origem

e de destino, que possibilitaram não só a continuidade dos fluxos migratórios, como o estabelecimento das famílias em Portugal.

## **(2) Concentração geográfica**

Analisando o segundo ponto, a dispersão dos imigrantes ucranianos em Portugal, Fonseca et al. (2004) em Fonseca & Pereira (2016) refere que ao contrário das colónias africanas em Portugal, que se concentram sobretudo na Área Metropolitana de Lisboa (AML), os imigrantes ucranianos instalaram-se desde cedo em todo o país, mesmo em territórios que tinham reduzido número de imigrantes, como no distrito de Évora ou na região sul do Alentejo. No auge da imigração, os imigrantes ucranianos eram atraídos maioritariamente pelas oportunidades de trabalho, o que possibilitou essa dispersão inicial. No entanto, ao longo dos anos, com o aumento da população ucraniana em Portugal, e, devido também ao processo de reunificação familiar (tal como analisado anteriormente), a comunidade ucraniana começou tendencialmente a alargar as suas conexões sociais e fixar-se nos locais escolhidos pelos migrantes pioneiros.

Considerando os dados dos Censos no período 2005-2011, constata-se que cerca de 36,8% dos ucranianos permaneceram no mesmo local de residência, 33,8% mudaram para outro local dentro do mesmo município, cerca de 10,3% residiam num município diferente em 2005 e 14,9% viviam num país estrangeiro. Confirma-se assim que a população ucraniana tem preferência em manter a sua residência no mesmo município. Além disso, o projeto THEMIS expõe que a comunidade ucraniana prefere viver em bairros com alta ou alguma concentração de ucranianos; deste modo, 59% referem ser altamente relevante este fator, 36% referem que alguma concentração é preferencial, embora 62% mencionem que essa concentração (ou falta dela) em geral não faz diferença (Fonseca & Pereira, 2016).

**Tabela 5** – Concentração da população ucraniana por distrito em Portugal (%).

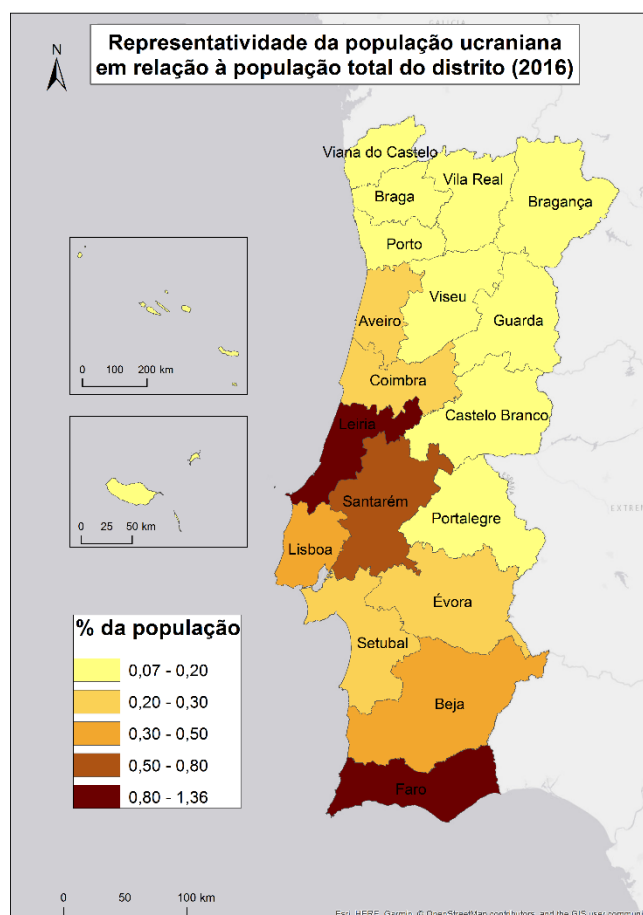
<b>Anos</b> <b>Distritos</b>	2002	2006	2009	2012	2016
Aveiro	8,47	7,58	6,00	5,95	5,97
Beja	2,11	1,50	1,32	1,43	1,80
Braga	4,52	3,07	3,68	3,82	3,95
Bragança	0,45	0,46	0,37	0,46	0,52
Castelo Branco	1,84	1,51	1,18	1,06	1,04
Coimbra	2,89	2,90	2,95	3,22	3,07
Évora	1,80	1,98	1,31	1,37	1,34
Faro	12,47	19,58	19,91	18,19	17,72
Guarda	0,50	0,99	0,82	0,75	0,66
Leiria	11,14	10,83	10,11	10,33	11,04
Lisboa	23,49	18,43	25,82	28,02	28,69
Portalegre	0,66	0,73	0,62	0,54	0,54
Porto	6,70	8,94	7,71	6,80	6,43
Santarém	12,18	8,63	7,18	7,03	6,85
Setúbal	2,12	5,62	6,08	6,25	6,25
Viana do Castelo	0,60	0,86	0,75	0,71	0,60
Vila Real	0,98	0,95	0,67	0,66	0,47
Viseu	3,28	1,95	1,68	1,74	1,71
Açores	0,87	0,94	0,54	0,51	0,36
Madeira	2,94	2,54	1,30	1,13	1,01
<b>Total absoluto</b>	<b>16808</b>	<b>41530</b>	<b>52293</b>	<b>44074</b>	<b>34490</b>

Fonte: elaboração própria segundo relatório estatístico anual do SEF do ano 2002; Estatística SEF do ano 2006, 2009, 2012 e 2016.

Nota: O ano 2002 contempla apenas a população com autorizações de permanência e títulos de residência, pois é a única que está disposta por distritos nesse ano apesar de o total de ucranianos residentes legalmente em Portugal ser maior (62434 indivíduos). Nos restantes anos é considerada a população total residente legalmente em Portugal.

Observando a concentração geográfica dos ucranianos em Portugal, Malheiros (2005:111) menciona que em 2001 as nacionalidades da Europa de Leste concentram-se na Área Metropolitana de Lisboa (AML), principalmente nos prolongamentos a norte e a sudeste, e no Algarve. Esta tendência de concentração principalmente em Lisboa e Faro é realmente notória ao longo dos anos ao observarmos a tabela 5. Lisboa revela assim aumentos graduais mesmo em altura de crise económica, aumentando cerca de 3% entre 2009 e 2016, atingindo assim o valor mais elevado face aos restantes distritos em 2016 (28,69%). Em contrapartida, Faro regista uma diminuição no mesmo período, de cerca de 2%, apesar de posicionar-se em todos os anos analisados no top 2 (a seguir a Lisboa). Os restantes distritos em destaque, ou seja, com maior número de imigrantes ucranianos ao longo dos anos são: Aveiro, apesar da redução observada entre 2002 e 2009, estabilizando em cerca de 6% a partir deste último ano; Porto, com aumentos significativos em 2002 (6,70%) e 2006 (8,94%), no entanto registando uma ligeira quebra para 2016 (6,43%); Santarém, apesar de apresentar diminuições de população ucraniana graduais, passando de 12,18% em 2002 para 6,85% em 2016; Setúbal, com acréscimos populacionais, passando de 2,12% em 2002 para 6,25% em 2016; e Braga, mantendo cerca de 4% de ucranianos desde 2009.

No entanto, tendo em conta a proporção de população ucraniana face ao número total de residentes por distrito em 2016, denota-se que a população ucraniana toma maior destaque, sobretudo nos distritos com reduzido número de ucranianos, com exceção do Algarve. Assim, segundo a figura 16, Faro (1,35%) e Leiria (0,81%) são os distritos onde a população ucraniana tem mais representatividade relativa. Outros distritos onde a população tem maior peso relativo são Santarém, registando cerca de 0,52%, e Beja, com cerca de 0,41%. Observa-se também que apesar do número de ucranianos ser reduzido em alguns distritos, como Évora, Setúbal, Coimbra ou Aveiro (tabela 5), estes tornam-se mais notórios quando analisados face ao total populacional dos distritos (figura 16). Pode-se assim concluir que os imigrantes ucranianos são mais notórios ao longo do litoral, sobretudo no sul e no centro, com destaques para o Algarve e a Grande Lisboa, registando-se também uma sobre-representação nos distritos de Leiria e Santarém.



**Figura 16** – Representatividade da população ucraniana em relação à população total do distrito (2016).

Fonte: elaboração própria segundo os dados da BGRI (2011); Estatística SEF (2016).

Nota: Utilizada a população por distrito da BGRI 2011, visto não haverem dados mais atuais (de 2016).

### (3) Redes sociais

Observando o último ponto, as redes sociais da comunidade imigrante ucraniana, verifica-se que estas, numa primeira fase, influenciam a decisão migratória dos ucranianos para Portugal e prestam assistência quando estes pretendem iniciar o movimento, e, numa segunda fase, auxiliam na integração dos recém-chegados na sociedade de destino.

A primeira fase passa pela partilha de informações e de experiências entre os familiares, amigos e conterrâneos que se encontram no país de destino – Portugal, e aqueles que nutrem desejo em migrar no país de origem – Ucrânia. Os migrantes pioneiros podem assim transmitir informações acerca das oportunidades de emprego ou habitacionais no país de destino, da forma como se processa a obtenção de documentos legais ou outras questões da vida quotidiana e, também, das suas perceções relativamente ao modo de acolhimento na sociedade de destino e à opinião que esta tem dos migrantes ucranianos (Massey 1990; Massey, Arango, Hugo, Kouaouci, Pelligrino, Taylor 2005 em Fonseca et al., 2014). Deste modo, as informações transmitidas ao país de origem na forma de *feedback* positivo, podem estimular novas migrações, resultando assim em causalidade cumulativa, ao contrário do *feedback* negativo, que leva ao desencorajamento à migração (como se sucedeu com a emergência da crise económica em Portugal) (Massey, 1990; de Haas 2010; Engbersen, Snel, van Meeteren, 2013 em Fonseca et al., 2014). O projeto THEMIS confirma assim que a maioria dos entrevistados (79%) conheciam alguém antes de chegarem a Portugal, aumentando a proporção entre 2010 e 2011 (chegando a ser 100%) e para as mulheres, posicionando-se nos 85%. A frequência dos contactos da população imigrante ucraniana em Portugal e a população ucraniana no país de origem antes da migração é realmente notória, registando-se sobretudo comunicações diárias (33%) e mensais (22%), efetuadas essencialmente por telefone ou *Skype* (60%). Além disso, observa-se também a influência do *feedback* positivo dos ucranianos residentes em Portugal no período de férias no país de origem, registando-se 60% que têm interesse em se deslocarem para Portugal devido às informações e conselhos obtidos de ‘outros’. Ademais, as redes sociais não só influenciam a decisão da migração, como auxiliam financeiramente na preparação da viagem e respetiva chegada. Deste modo, segundo o projeto THEMIS, cerca de 33% pediram empréstimos a indivíduos ou instituições e cerca de 19% dos ucranianos receberam o dinheiro. A maioria recebeu assim ajuda financeira principalmente de familiares (pais e marido) e amigos, que se encontram na Ucrânia ou em Portugal, denotando-se assim o poder dos imigrantes ucranianos em Portugal em auxiliar ‘outros’ que se encontram no país de origem e pretendem migrar (Fonseca et al., 2014). Deste

modo, ainda segundo o projeto THEMIS, as agências de viagem perderam assim importância ao longo do tempo, principalmente após os anos 2000, pois apenas 42% mencionaram que necessitaram realmente da sua assistência e entre 2010 e 2011 nenhum dos migrantes as utilizou como mediador (Fonseca et al. 2014), preferindo apoiar-se na rede de ucranianos em Portugal.

Numa segunda fase, as redes sociais podem ser benéficas no acolhimento e integração dos migrantes na sociedade de destino. Baganha et al. (2010) mencionam que as comunidades imigrantes além de funcionarem como uma ponte entre o país de origem e de destino, através do fornecimento de informações, apoio financeiro ou outro tipo de apoio aos potenciais migrantes, também ajudam na procura de habitação e do primeiro emprego e fornecem apoio emocional. Assim, após os indivíduos tomarem a decisão em migrar e chegarem ao país de destino, as redes sociais são determinantes para o sucesso da integração dos recém-chegados na ‘nova’ sociedade. Numa primeira fase da chegada de população ucraniana, muitos ficavam alojados no característico “alojamento em família”, partilhando assim a habitação com outros imigrantes de leste. Deste modo, segundo Baganha et al. (2010), conseguiam ‘juntos’ ultrapassar as rendas altas da habitação em Portugal e integrar o mercado laboral português, através do contacto com os seus compatriotas. Todavia, na maior parte dos casos “quando se dá a reunificação familiar, verifica-se um esforço de autonomização e independência a nível do espaço de residência, optando por situações que asseguram uma maior privacidade afetiva e relacional” (Mendes, 2010:200). Ademais, as conexões sociais podem ser fundamentais para o ingresso no mercado de trabalho. Mumshi (2003) em Baganha et al. (2004) refere que como os recém-chegados desconhecem à partida os procedimentos formais no ingresso no mercado de trabalho, nomeadamente em como procedem à resposta a anúncios de emprego ou à inscrição no Instituto de Emprego e Formação Profissional, ‘outros’ podem auxiliá-los neste sentido. Deste modo, os dados do THEMIS confirmam que a população imigrante ucraniana em Portugal apoiou outros conterrâneos (principalmente amigos), na procura de habitação (67%), no fornecimento da própria habitação (71%) para os recém-chegados, na pesquisa de emprego (74%), bem como na obtenção de documentos (54%). No entanto, além das redes sociais serem importantes na integração no mercado laboral ou na procura de habitação, são também valiosas no apoio emocional fornecido dos imigrantes. Boyd & Nowak (2012) em Fonseca et al. (2014) ressaltam que as redes familiares e pessoais ajudam assim aos recém-chegados a manter um senso de identidade e comunidade, nomeadamente através de práticas sociais transnacionais, como o festejo de datas comemorativas ucranianas em Portugal.

Em suma, a reunificação familiar, a concentração geográfica e as redes sociais não podem ser analisadas separadamente, estando as três dimensões interligadas. Deste modo, a reunificação familiar é impulsionada pelas redes sociais; a concentração geográfica pelas redes sociais e reunificação familiar; e as redes sociais tanto possibilitam a reunificação familiar, como a concentração geográfica. Ao observarmos a comunidade ucraniana em Portugal, denota-se assim que a reunificação familiar é um processo que é influenciado pelos migrantes pioneiros (ex. pais), na medida em que como estes mantêm as conexões sociais com o país de origem, motivam outros a migrar (ex. filhos). Assim, é provável que aqueles que vieram devido à reunificação familiar fiquem a residir nos municípios dos respetivos familiares, tal como os que vieram por terem amigos ou conhecidos em Portugal ficarem a residir nos mesmos municípios dos seus conterrâneos, visto os migrantes pioneiros auxiliarem os recém-chegados no processo de integração em Portugal (ex. habitação, mercado de trabalho, etc.). Assim, as redes sociais fomentam não só a ‘união’ da comunidade ucraniana no país de destino, aproximando familiares, amigos ou conhecidos, como aumentam a concentração de população ucraniana em certos locais em Portugal.

#### **4.4 Integração**

No domínio da sociologia, Rui Pena Pires (1999) em Ramos (2011) refere que num plano micro, o termo integração é geralmente usado para designar o modo como os atores são incorporados num espaço social comum, por outro lado, num plano macro, destaca o modo como são compatibilizados diferentes subsistemas sociais. Entzinger & Biezeveld (2003) completam referindo que quanto mais integrada está uma sociedade, mais próximos são os indivíduos ou grupos integrantes uns em relação aos outros.

Antes de analisar o termo ‘integração’, deve referir-se que este está relacionado com um outro – a ‘aculturação’. Na ótica das migrações, segundo Berry (1997) em Phillimore (2011:4), a teoria da aculturação “affects both the host and the newcomer populations as they meet and adapt to the advent of a more diverse society, in practice more change tends to be experienced by one group than another”. Deste modo, a interação entre duas culturas diferentes num dado espaço pode surtir quatro estratégias (entre elas a integração), enunciadas por Berry (1997):

- i. Integração – quando há interesse da parte dos indivíduos em manterem a sua cultura original, mas também em participarem como parte integrante de uma maior rede social, interagindo com outros grupos;



- ii. Assimilação – acontece quando os indivíduos não desejam manter a sua identidade cultural e procuram interagir com outras culturas.
- iii. Separação – afirma-se quando os indivíduos evitam estabelecer outros contactos para além da sua cultura original.
- iv. Marginalização – acontece quando os indivíduos não têm a possibilidade de manter a sua cultura, nomeadamente devido à perda cultural forçada e não estabelecem relações com outros, por exemplo devido a sentimentos de exclusão ou discriminação.

Segundo Berry (1991) em Berry (1997:6), a “integração somente pode ser “livremente” escolhida e perseguida com sucesso por grupos não dominantes quando a sociedade dominante é aberta e inclusiva para a diversidade cultural”. Deste modo, a estratégia de integração somente pode ser alcançada, de acordo com Berry & Kalin (1995) em Berry (1997), em sociedades claramente multiculturais, com baixos níveis de preconceito e elevada aceitação da diversidade cultural.

Phillimore (2011) de acordo com Berry (1997) refere que a estratégia de aculturação com efeitos mais positivos sociais e psicológicos é de facto a integração. Através da integração, os recém-chegados têm a possibilidade de manter a sua identidade cultural enquanto desenvolvem relacionamentos com a sociedade dominante.

A integração é assim definida como um processo bidirecional, tanto dependente da população de acolhimento, como da população recém-chegada (ECRE, 1999 em Strang & Ager, 2010). Deste modo, a integração abriga uma dupla perspetiva – a inserção e a inclusão. A inserção observa-se quando o indivíduo “passa a ter acesso às oportunidades da sociedade, podendo escolher se as utiliza ou não” (Roque Amaro, 2000). Por outro lado, a inclusão verifica-se quando a sociedade se “organiza de forma a abrir as suas oportunidades para todos, reforçando-as e tornando-as equitativas” (idem). Assim, a inserção refere-se à predisposição do indivíduo para fazer parte da sociedade e a inclusão quando se verifica o inverso (Roque Amaro, 2003).

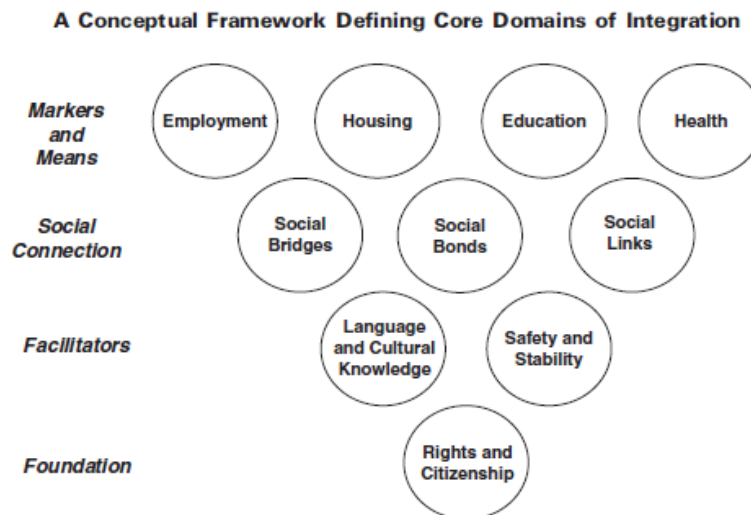
A Comissão Europeia (2003) em Entzinger & Biezeveld (2003:17) reforça o sentido bidirecional da integração e completa que a mesma deve ser entendida como:

“ (...) as a two-way process based on mutual rights and corresponding obligations of legally resident third country nationals and the host society which provides for full participation of the immigrant. This implies on the one hand that it is the responsibility of the host society to ensure that the formal rights of immigrants are in place in such a way that the individual has the possibility of participating in economic, social, cultural and civil life and on the other, that immigrants respect the fundamental norms and values of the host society and participate actively in the integration process, without having to relinquish their own identity”.

Favel (1998:3) em Phillimore (2011:3) acredita que o termo integração é utilizado para caracterizar “abordagens progressistas, tolerantes e inclusivas para lidar com minorias étnicas”, neste caso com os requerentes de asilo. Ager & Strang (2004) in Phillimore (2011) referem fatores positivos e negativos que podem afetar o processo de integração. Os fatores positivos incluem assim o acesso à educação e formação, habitação, emprego e capital social; por outro lado, os negativos referem-se às atitudes negativas observadas em relação aos requerentes de asilo e refugiados, nomeadamente, *bullying* ou abuso racial, sentimentos como medo ou insegurança, entre outros.

De acordo com ECRE (1999) em Strang & Ager (2010), é da responsabilidade da sociedade ‘anfitriã’ criar as condições necessárias, de modo a permitir a integração. Especial atenção tem sido dada à identificação das condições apropriadas de modo a fomentar a integração. Deste modo, a integração além de ser uma troca efetivamente bidirecional, passa pela garantia dos direitos e da cidadania, fundamentalmente por parte Estados membros da EU, aos requerentes de asilo e refugiados, de modo a torná-los, segundo a Convenção de Genebra de 1951, “Full and Equal Citizens” (Ager & Strang, 2008:4).

A integração é bem-sucedida de acordo com Ager & Strang (2008) se forem desenvolvidos quatro domínios: o (1) fundamento base, ou seja, os direitos e cidadania; os (2) facilitadores, potenciados pelo conhecimento linguístico e cultural e segurança e estabilidade; as (3) conexões sociais possibilitadas pelo capital social, como as “*social bridges*”, “*social bonds*” e “*social links*”; e, por último, os (4) marcadores e meios da integração, por meio do emprego, habitação, educação e saúde (figura 17).



**Figura 17 – Estrutura conceitual dos principais domínios da integração.**

Fonte: Ager & Strang (2008).

Irá então proceder-se à análise dos diferentes domínios da estrutura concetual que define a integração:

**(1) Fundamento base – direitos e cidadania.**

Segundo Duke et al. (1999) em Ager & Strang (2008), a cidadania plena é um pré-requisito para a integração, bem como para a participação na vida cívica e política.

No entanto, a cidadania depende de duas clássicas distinções, o sistema “*jus sanguinis*” e o sistema “*jus soli*”. O primeiro é baseado no princípio da descendência, ou seja, o acesso à plena cidadania e aos direitos envolventes (ex. direito ao voto) são transmitidos de uma geração para outra por meio das “linhas de sangue”. Deste modo, a cidadania e o estatuto político são adquiridos por meio da filiação, isto é, por via de se ser filho/a de um nacional. Por outro lado, o sistema “*jus soli*” baseia-se no princípio da territorialidade. Nesse sistema, a população residente ou nascida num dado território usufrui dos mesmos direitos e tem acesso facilitado à cidadania, independentemente da sua ascendência ou duração de residência no território. No caso dos recém-chegados (ex. imigrantes ou refugiados) esses direitos podem ser adquiridos gradualmente, havendo assim um período de transição (Entzinger & Biezeveld, 2003:12).

No entanto, mesmo que os imigrantes ou os refugiados ainda se encontrem na fase de transição ou não sejam naturalizados, segundo o conceito de ‘cidadania civil’, deverão ser tratados da mesma forma que os nacionais do país de acolhimento. Este conceito foi definido como garantia de modo a que estes usufruam de direitos e obrigações

semelhantes aos da generalidade da sociedade (Comissão Europeia, 2000 em Entzinger & Biezeveld, 2003).

Segundo Marshall (1950), é fundamental a expansão de direitos sociais, económicos e jurídico-políticos (emitidos por parte da sociedade), de modo a incluir, neste caso os refugiados, nas esferas de direito e participação, estimulando a cidadania ativa e a plena democracia. Os refugiados devem, por sua vez, estar preparados para se adaptarem ao estilo de vida da comunidade hospedeira (Baneke, 1999 em Ager & Strang, 2008), vivendo assim harmoniosamente na sociedade de acolhimento (Ager & Strang, 2008).

Strang & Ager (2010) referem que os próprios refugiados veem os direitos e a cidadania com fundamentais por forma a serem assumidos como cidadãos 'iguais' e respeitáveis pelos cidadãos já estabelecidos.

## **(2) Facilitadores – conhecimento linguístico e cultural e segurança e estabilidade.**

Hale (2000) em Ager & Strang (2008) refere que certos fatores atuam como barreiras para a integração, que influenciam nomeadamente a participação económica e social, neste caso dos requerentes de asilo. Deste modo, o papel do Estado passa pela remoção dessas barreiras, a nível linguístico e cultural e em termos da segurança e estabilidade.

Segundo Ança (2008), “o domínio da LP [é] uma das vias mais poderosas para a integração dos estrangeiros, tanto a nível individual (garantia da autonomia) como coletivo (harmonia social) ”. Além disso, segundo Estrela (2013), o conhecimento linguístico é considerado uma das prioridades para a integração, nomeadamente no mercado de trabalho e no estabelecimento de redes sociais na sociedade de acolhimento (considerados os patamares seguintes da estrutura conceptual de Strang & Ager, 2010).

A remoção de barreiras culturais também é um dos pontos importantes a ser considerado, principalmente quando os recém-chegados se ajustam a uma cultura diferente (Ager & Strang, 2008). Os autores, através das entrevistas realizadas a alguns refugiados, transmitem a importância da partilha entre os refugiados e a comunidade envolvente, de modo a ser impulsionado o mútuo entendimento e a combater o isolamento dos primeiros. A multiculturalidade significa assim a aceitação e o

reconhecimento das diversas minorias etnoculturais (Munro, 1979 em Heisler, 1992), o que permite a existência de um conflito ‘positivo’ que potencia uma maior expressão por parte dos diferentes elementos da sociedade e a sua consequente arte de chegar a um *modus convivendi* (Bauman, 2005 em Estevens, 2017). Isto permite um atenuar de tensões potencialmente violentas e uma sociedade onde a diferença, “a democracia ou o espaço público e o coletivo são privilegiados” (Estevens, 2017:59).

É importante também que os requerentes de asilo se sintam seguros na sociedade de acolhimento, sendo também a principal razão porque pedem asilo de acordo com a Convenção de Genebra de 1951. Ager & Strang (2008) ressaltam que os recém-chegados não se iriam integrar na sociedade de acolhimento e sentir-se ‘em casa’ na ausência de segurança (física) e paz. Além disso, os autores mencionam também que a estabilidade é um fator relevante, na medida em que quando os refugiados se movem para outro lugar, perde-se o senso de comunidade e preservação de relações sociais. Os autores referem também a importância de se dar continuidade no acesso aos serviços públicos, pois caso haja rotura dessa continuidade, mais difícil será acompanhar devidamente a integração dos refugiados.

### **(3) Conexões sociais – ‘social bridges’, ‘social bonds’ e ‘social links’.**

As conexões sociais são fundamentais no processo de integração. Além de serem valiosas fontes de informação e fornecerem apoio no acesso aos marcadores e meios anunciados por Strang & Ager (2010), servem também como suporte emocional aos requerentes de asilo e refugiados, tal como irá ser explícito seguidamente.

Hale (2000) em Ager & Strang (2008:178) refere que as relações com “‘like-ethnic groups’ is seen to have various benefits contributing towards effective integration”. Deste modo, as ‘social bonds’, ou seja, os contactos de mais proximidade, com membros da família, amigos ou conhecidos da mesma etnia, nacionalidade ou religião, podem ser benéficas para dar ‘voz’ aos refugiados, bem como manter os seus próprios costumes, religião, língua e trocar informações acerca do país de origem (Duke et al. 1999 em Ager & Strang, 2008). Além disso, as ‘social bonds’ podem ser de auxílio aos refugiados na compreensão do novo idioma (traduções), bem como na garantia de habitação e na procura de emprego (Gericke et al., 2017).

As ‘social bridge’, ou seja, as conexões estabelecidas entre os refugiados e a comunidade nativa, possibilitam o acesso ao conhecimento cultural, o qual,

consequentemente, facilita a integração dos refugiados no novo contexto social e laboral (Cederberg, 2015 em Gericke et al., 2017), bem como noutros domínios. Ager & Strang (2008) completam referindo que a integração tem mais sucesso quando existem realmente demonstrações de amizade por parte da sociedade de acolhimento para com os refugiados, o que traz maior segurança a estes e evidencia que a ‘sua’ presença não é ressentida.

As ‘*social links*’, segundo Ager & Strang (2008), correspondem às relações entre os indivíduos e as estruturas do estado ou outras organizações e aqueles que nelas estão envolvidos. Estas, segundo Ryan (2011) em Gericke et al. (2017), enquadram-se no capital social vertical, ou seja, referem-se a contactos estabelecidos com diferentes níveis sociais, possuindo assim mais recursos e conhecimento face ao capital social horizontal, que deriva de origens e recursos semelhantes. Deste modo, as ‘*social links*’ correspondem assim a conexões estabelecidas entre os refugiados e as assistentes sociais, organizações não-governamentais (ONG), voluntários e outras instituições ou indivíduos, que os auxiliam no processo de integração na sociedade de acolhimento, através de um suporte mais estruturado (Gericke et al., 2017).

#### **(4) Marcadores e meios da integração – emprego, habitação, educação e saúde.**

Ager et al. (2002) em Ager & Strang (2008:4) adotaram a representação de “public outcomes”, como o emprego, a habitação, a educação e a saúde com base na Convenção de Genebra de 1951 para demonstrar que os refugiados são “Full and Equal Citizens” (Ager & Strang, 2008:4). Deste modo, estas áreas além de serem marcadores da integração são também os meios através dos quais esta é alcançada. Em seguida irá proceder-se à análise dos quatro marcadores e meios enunciados.

*Emprego.* Segundo um testemunho de uma mulher do Ruanda em França: “to me integration is work, if we work we are integrated” (ECRE, 2000:40).

O emprego assalariado está consagrado no artigo 17º da Convenção de Genebra de 1951 e de acordo com Knox (1997) em Bloch (1999) é a chave para uma integração bem-sucedida, pois potencia a interação com a sociedade de acolhimento e o aprimorar dos conhecimentos linguísticos, assegurando também a capacidade de o refugiado se autossustentar e reconstruir o futuro, bem como o aumento da sua autoestima e confiança.

O European Council on Refugees and Exiles (2000) refere que alguns tipos de aptidões ou conhecimentos não são transferíveis de uns países para os outros. Deste modo, Ager & Strang (2008) sugerem a ‘aposta’ na formação profissional e aperfeiçoamento linguístico, de modo a fomentar a empregabilidade dos refugiados nos países de acolhimento. O reforço de competências facilita também que estes se sintam mais preparados para ingressar no mercado de trabalho, pois, as suas qualificações por vezes não são reconhecidas (mesmo sendo elevadas), ocorrendo situações de discriminação por parte dos empregadores ‘no momento’ da contratação (ECRE, 2000).

*Habitação.* A habitação é um direito fundamental, explícito nomeadamente pelas Nações Unidas em cerca de 12 publicações (UNHCR, 1997 em ECRE, 1999b) e no artigo 21º da Convenção de Genebra de 1951. É, também, um meio necessário para obter segurança e estabilidade: “the difference between a house and a home is the difference between a place to stay and a place to live. A home is a place of safety, security and stability, the lack of which was the main reason refugees left their country of origin” (Refugee Housing Panel em ECRE, 1999b:5).

No entanto, alguns refugiados sentem-se discriminados principalmente pelos senhorios quando pretendem aceder à habitação na sociedade de acolhimento: “Não digas ao dono da casa que vocês são refugiados, apenas digas que o teu marido trabalha como professor. Se eles sabem que vocês são refugiados, nunca conseguirão a casa” (Refugiado do Iraque na Dinamarca, ECRE 1999b:12).

O ECRE (1999) menciona que é cada vez mais difícil os senhorios aceitarem refugiados, muitas vezes porque estes dependem dos rendimentos da Segurança Social ou são incapazes de fornecer uma renda adiantada. Face ao referido, o ECRE menciona algumas propostas de modo a integrar os refugiados na habitação, nomeadamente capacitar os refugiados, envolver mais atores no processo (ex. agências imobiliárias) e promover campanhas informativas de modo a identificar os senhorios ‘amigáveis’ dos requerentes de asilo. Cabe às ONG um papel de auxílio e dinamização dos pontos referidos.

*Educação.* Segundo Ager & Strang (2008), a educação permite que os refugiados se tornem membros mais construtivos e ativos na sociedade, além de fornecer competências e habilidades para se integrarem no mercado laboral.

No que diz respeito à educação das crianças, a escola pode ser um meio não só de obtenção de conhecimento, mas também de estabelecimento de conexões sociais. ECRE (2000:45) apresenta um testemunho dado pelo pai sobre a sua filha de oito anos,

de descendência Iraquiana, que demonstra que apesar da filha inicialmente ter enfrentado dificuldades na escola luxemburguesa, agora está bem integrada.

O reduzido apoio na aprendizagem da língua, bem como o experienciar isolamento e exclusão, podem ser realmente fatores-barreiras que põem em causa a integração na escola (Ager & Strang, 2008). No entanto, é dever tanto da sociedade de acolhimento como da criança-refugiada colaborar para a integração (sendo um processo bidirecional), discriminado no artigo 22º da Convenção de Genebra de 1951.

*Saúde.* De acordo com Ager & Strang (2008:172), a boa saúde considera-se como um importante recurso para o envolvimento ativo na nova sociedade, sendo também um direito que os refugiados possuem de acordo com o artigo 23º da Convenção de Genebra de 1951.

O ECRE (1999a) dá especial atenção ao *check-up* inicial que os requerentes de asilo deverão efetuar, de modo a evitar a transmissão de doenças na sociedade de acolhimento (ex. tuberculose e HIV). Destaca ainda, a importância de terem pleno direito no acesso aos serviços de saúde, bem como ao apoio psicológico para lidarem com experiências traumáticas.

No entanto, segundo o ECRE (1999a), deverão ser colmatadas as principais barreiras no acesso aos serviços de saúde, nomeadamente: linguísticas, que podem dificultar a comunicação entre o médico e o refugiado; a falta de informação sobre o funcionamento do serviço nacional de saúde; a falta de formação dos médicos para lidar com as necessidades dos refugiados; e a carência de confiança por parte dos requerentes, aspetos que poem em causa a integração destes.

Penninx (2005) menciona que é a interação entre a população recetora e a população-recém-chegada que determina a direção e os resultados intermediários e finais do processo de integração. No entanto, apesar de serem parceiros fundamentais, população autóctone e recém-chegados têm acesso desigual em termos de recursos e poder, visto que é a sociedade recetora que define as políticas de integração, nomeadamente de imigrantes e refugiados. Deste modo, o autor enumera três lições importantes para a formulação de políticas de modo a melhorar o processo de integração dos migrantes:

- i. Transparência na admissão de imigrantes e clarificação da definição do seu estatuto legal e residencial, de modo a incrementar a cidadania e as oportunidades de participação do indivíduo;



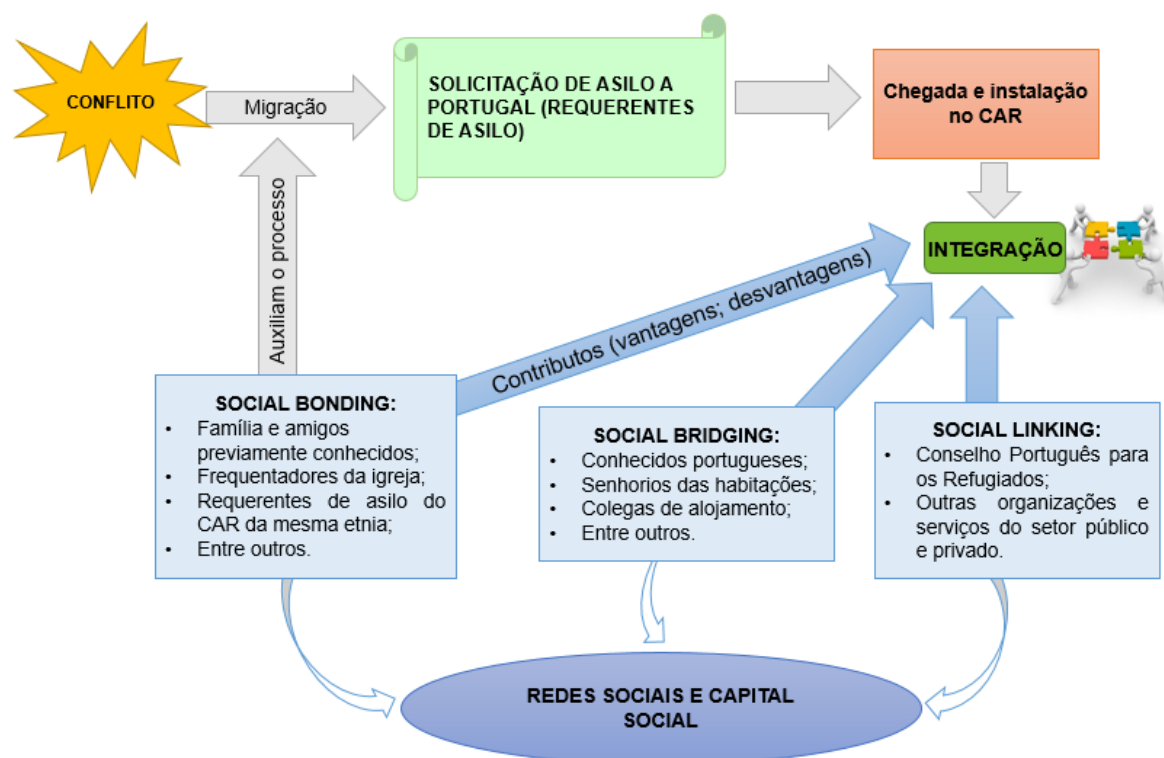
- ii. Políticas mais inclusivas que dão primazia aos domínios económico e social, com especial enfoque no mercado de trabalho, educação, habitação e saúde, bem como cultural (incluindo religião).
- iii. Combinação entre diretrizes políticas “top-down” e “bottom-up”, de modo a se estabelecerem estratégias de cooperação entre diversos atores no processo de integração nos vários níveis, alcançando-se assim uma sociedade mais diversificada e coesa.

É possível afirmar, então, que a integração é vista como o efeito mais positivo resultante da aculturação, observada quando há reduzido preconceito ou outras atitudes negativas para com os refugiados na sociedade de acolhimento (Berry, 1997 em Phillimore, 2011:4; Ager & Strang, 2004 em Phillimore, 2011). A integração é assim um processo bidirecional (Comissão Europeia, 2003 em Entzinger & Biezeveld, 2003), envolvendo a sociedade de acolhimento e os requerentes de asilo, estando relacionada diretamente com outros conceitos, como a inclusão e inserção (Roque Amaro, 2000). Os domínios fundamentais da integração, segundo Ager & Strang (2008), são portanto o emprego, a habitação, a educação e a saúde. As conexões sociais segundo os mesmos autores são fundamentais para o alcance desses domínios e, também, para a criação de amizades na sociedade de acolhimento e o combate ao isolamento (Strang & Ager, 2010). Na base da integração dos refugiados deve estar a promoção da plena cidadania e a garantia de direitos por parte da sociedade de acolhimento, bem como a remoção de barreiras culturais e linguísticas e a promoção da segurança e estabilidade que facilitam a integração dos mesmos (Ager & Strang, 2008). Em suma, a integração é um processo contínuo e as políticas na sociedade de acolhimento deverão ser mais inclusivas, combinadas com diretrizes “top-down” e “bottom-up” para a efetiva integração dos refugiados (Penninx, 2005).

#### **4.5 Modelo de análise**

De modo a descrever o quadro teórico de uma forma sucinta, foi construído um modelo de análise que tem a função de esquematizar os conceitos chave abordados ao longo da investigação, ilustrar a interligação entre estes e facilitar a leitura do problema em estudo (Matos, 2011; Quivy & Campenhoudt, 1998). Deste modo, foi elaborado um esquema (figura 18), que interliga os quatro conceitos analisados ao longo do capítulo cinco, aplicando-os ao caso concreto dos requerentes de asilo ucranianos em Portugal. A articulação lógica destes conceitos (conflito, requerentes de asilo, redes sociais e

integração) sob a forma de modelo de análise, ajudam a perceber o percurso dos requerentes de asilo ucranianos desde o país de origem até à sua integração na sociedade de acolhimento (Portugal), através das redes sociais.



**Figura 18** – Esquema do modelo de análise. Fonte: autora.

Observando o modelo, apesar de existirem outras razões para se verificarem pedidos de asilo por parte dos requerentes ucranianos, o conflito é considerado o principal motivo para a ocorrência desta prática (ver capítulo 4.1.1). Por esta razão, a população ucraniana pediu asilo principalmente a partir do ano 2013 (ver capítulo 4.1.2).

Dado a presença forte da comunidade ucraniana em Portugal (ver capítulo 4.3.2), os familiares e amigos são assim vistos como um dos fatores que levam a que os requerentes de asilo ucranianos escolham Portugal como país de destino. Deste modo, como se pode observar no modelo (figura 18) e como foi exposto no capítulo 4.3.1, as *social bonds* podem ter um papel fundamental no início do movimento migratório.

No entanto, os recém-chegados para além de estabelecerem conexões com as *social bonds* podem formar outras ligações. Estes, ao pedirem proteção internacional a Portugal, para além de beneficiarem de direitos próprios dos requerentes de asilo explícitos ao longo do capítulo 4.2.1, podem ficar no CAR, um espaço que permite a sua integração em Portugal (ver capítulo 2) e o alargamento da rede social. Deste modo, os

requerentes ucranianos numa primeira instância têm a oportunidade de contactar com os familiares, amigos e conhecidos com quem tiveram contacto previamente no país, e, para além disso, com outros requerentes de asilo instalados no CAR, bem como, com os funcionários do centro. No entanto, a estas conexões adicionam outras com o passar do tempo de permanência em Portugal, aumentando assim o seu capital social na rede.

Neste seguimento, os requerentes de asilo ucranianos podem beneficiar de três tipos de conexões sociais em Portugal: as *social bonds* – relações de mais proximidade, formadas pelos familiares e amigos previamente conhecidos em Portugal, bem como pelos amigos destes, os frequentadores da igreja, requerentes de asilo do CAR da mesma etnia, entre outros; as *social bridges* – relações em que se verifica um certo distanciamento do requerente em relação à pessoa em causa, constituídas pelos requerentes de asilo do CAR de etnia diferente, conhecidos portugueses, senhorios das habitações, colegas de alojamento, entre outros; e, as *social links* – relações consideradas mais formais, com o CPR e outras organizações e serviços do setor público e privado encaminhadas pela primeira organização. Estes e outros atores estão discriminados no capítulo seguinte (ver capítulo 5.2).

Apesar destes três tipos de conexões sociais serem diferentes na sua génese, são cruciais nos vários domínios da integração (ver capítulo 4.4). Alguns dos atores destas conexões são mencionados como fundamentais por proverem habitação, emprego, educação, auxiliarem na remoção de barreiras linguísticas, etc. (ver capítulo 5.2), o que ilustra o poder do capital social na integração.

Todavia, é importante ressaltar quem são os outros atores que compõem os três tipos de conexões sociais, quais os contributos que cada tipo de conexão social fornece aos requerentes de asilo ucranianos para que a sua integração seja efetivamente mais positiva (embora esta “positividade” possa ser questionada no âmbito das *social bonds*), bem como o que pode ser alvo de melhoria futuramente neste sentido. Deste modo, estes pontos serão aprofundados ao longo dos capítulos 5 e 6.

## **5. Requerentes de asilo ucranianos em Portugal: características, redes e integração**

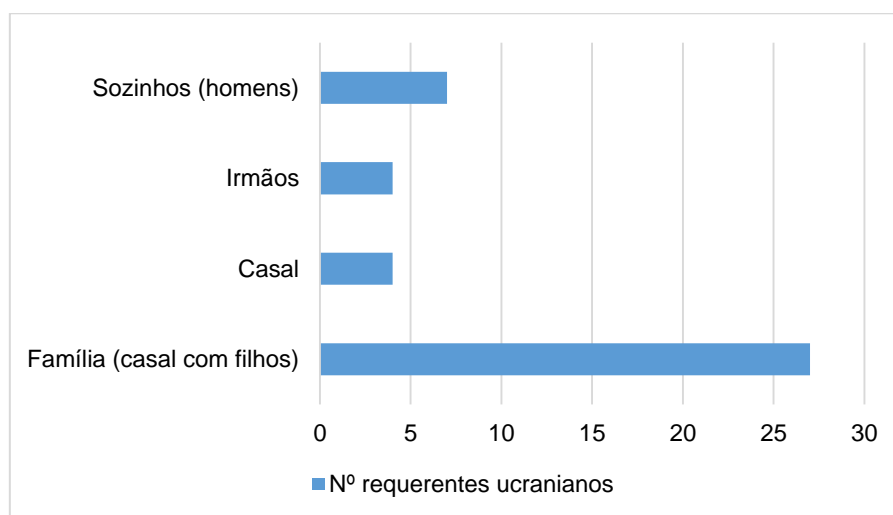
Na corrente investigação foram aplicadas 18 entrevistas semiestruturadas a requerentes de asilo ucranianos que tinham pedido asilo em 2016 e 2017. Estas foram aplicadas individualmente e em grupos de duas pessoas, dependendo se o requerente solicitou proteção a Portugal sozinho ou acompanhado de familiares. As entrevistas em grupo permitiram a obtenção de informação mais rica, pois possibilitaram escutar mais do que um membro do agregado familiar. Deste modo, foram realizadas sete entrevistas individuais, a homens, e onze em grupo, aplicadas a casais com filhos, mas também a casais e requerentes que solicitaram estatuto com irmãos.

A aplicação das entrevistas visou principalmente: identificar os motivos que levaram os requerentes de asilo ucranianos a pedir asilo, verificando, deste modo, se o conflito é realmente notório como sendo uma dessas razões; identificar as razões que levaram os requerentes a escolher Portugal como país de destino e se efetivamente os familiares, amigos ou conhecidos tiveram impacto no processo de decisão; analisar a rede social dos requerentes ucranianos entrevistados e de que forma esta influencia o seu processo de integração em Portugal; compreender em que medida o CPR potenciou o estabelecimento de conexões sociais aos requerentes entrevistados; e, por último, identificar alguns fatores sugeridos pelos requerentes que estimulam a sua integração bem como as suas expetativas futuras.

Neste seguimento, este capítulo encontra-se dividido em três partes: i) inicialmente são observadas as características gerais dos requerentes de asilo ucranianos entrevistados, designadamente idade, sexo, se vieram sozinhos ou acompanhados, bem como identificadas as razões dos pedidos de asilo e os motivos que os levaram a escolher Portugal, entre outras particularidades úteis para descrever em que situação se encontram; ii) posteriormente, no segundo subtópico, é dado enfoque à identificação das redes sociais estabelecidas pelos requerentes ucranianos e à forma como estas lhes conferem apoio na sua integração em Portugal; e, por último, iii) são observadas as propostas sugeridas pelos requerentes entrevistados que visam melhorar a sua integração em Portugal, bem como as suas expetativas quanto ao futuro.

### 5.1 Características gerais, pedidos de asilo e escolha do país de destino

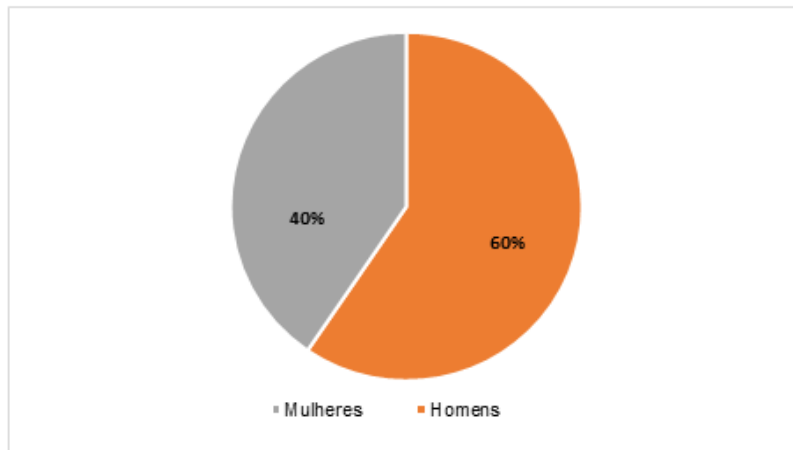
No total das 18 entrevistas realizadas, registaram-se 42 requerentes de asilo ucranianos, contabilizados todos os indivíduos do agregado familiar. Neste sentido, pela análise da figura 19, observa-se uma maior representatividade sobretudo de famílias (casais com filhos), sendo que estes representam sete agregados familiares, perfazendo cerca de 27 requerentes de asilo no total (contabilizando os pais e os filhos). Também têm forte preponderância os homens que requereram o estatuto sozinhos, representando também sete requerentes. Além disso, registaram-se dois requerentes (homens) que pediram estatuto juntamente com irmãos, perfazendo quatro requerentes no total e dois casais, que correspondem igualmente a quatro pedidos de asilo.



**Figura 19** – Situação familiar dos requerentes de asilo ucranianos entrevistados no momento em que requereram asilo em Portugal.

Fonte: Base de dados dos entrevistados pela autora (2017/2018).

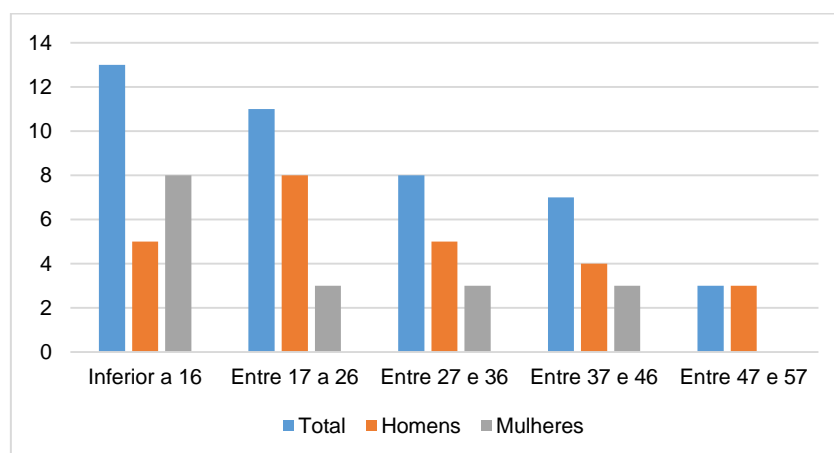
Dos 42 requerentes de asilo, 25 são do sexo masculino (maioria) e 17 são do sexo feminino. Treze dos requerentes são crianças e jovens até aos 16 anos de idade. Deste modo, considerando apenas os homens e as mulheres com idade superior a 18 anos de idade, existem 20 homens e apenas 9 mulheres, observando-se assim uma fraca expressão de requerentes de asilo ucranianas (mulheres) entrevistadas (figura 20).



**Figura 20** – Representação de homens e mulheres requerentes de asilo ucranianos entrevistados.

Fonte: Base de dados dos entrevistados pela autora (2017/2018).

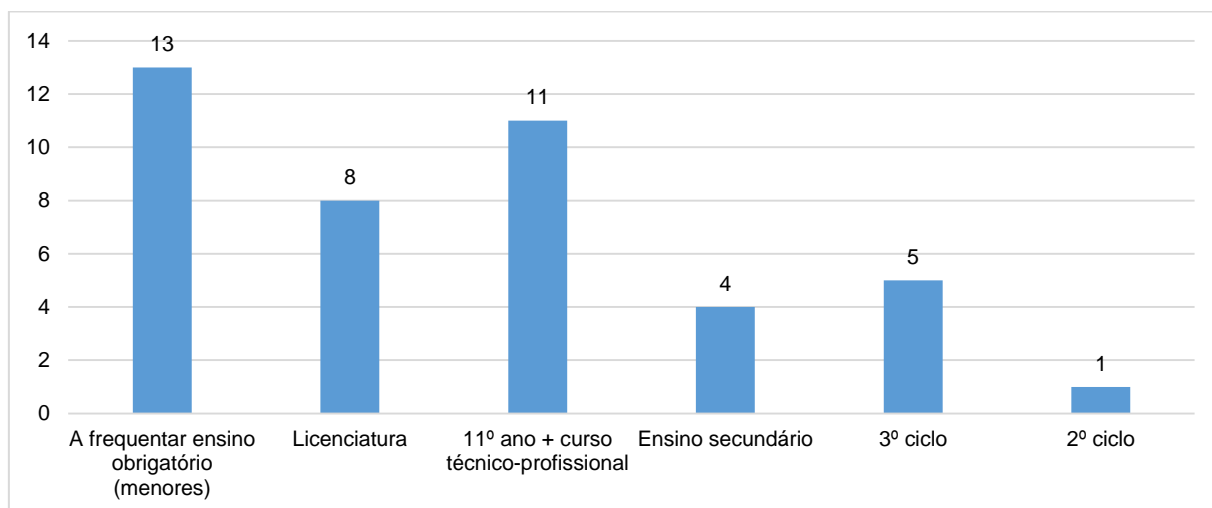
Observando a idade dos requerentes de asilo ucranianos (figura 21) verifica-se a predominância de crianças e jovens (até aos 16 anos) e as faixas etárias entre os 17 e os 26 e entre os 27 e os 36 anos, representadas sobretudo por jovens casais e dois conjuntos de irmãos. Relativamente às mulheres, estas distribuem-se igualmente pelas três faixas etárias centrais e a sua idade máxima é de 44 anos de idade em comparação com a dos homens que é ligeiramente superior, de 57 anos. As mulheres entrevistadas requereram estatuto sobretudo juntamente com os seus maridos e filhos; por outro lado, os homens, apesar de também pedirem asilo juntamente com as suas famílias também requereram o estatuto individualmente, o que explica assim a inexistência de mulheres na faixa etária entre 47 e os 57 anos de idade e a sobrerrepresentação dos homens nas faixas etárias jovens.



**Figura 21** – Idade dos requerentes de asilo ucranianos entrevistados.

Fonte: Base de dados dos entrevistados pela autora (2017/2018).

Observando o grau de instrução dos requerentes de asilo ucranianos entrevistados, observa-se que estão representados maioritariamente jovens que ainda estão a frequentar o ensino obrigatório português. Segundo os dados disponíveis, cinco jovens frequentam o ensino pré-escolar, quatro o ensino básico e igualmente quatro o 2º ciclo. Já os seus pais, segundo a figura 22, concluíram na Ucrânia maioritariamente o ensino secundário (de 11 anos de escolaridade) efetuado em simultâneo um curso técnico profissional (11 requerentes) e cerca de 8 requerentes referiram possuir o grau de licenciatura. Todavia, cerca de 10 requerentes possuem qualificações equivalentes e abaixo ao ensino secundário, o que explica também a diversidade de profissões exercidas, desde qualificadas a pouco qualificadas (tabela 6).



**Figura 22** – Grau de instrução dos requerentes de asilo ucranianos entrevistados. Fonte: Base de dados dos entrevistados pela autora (2017/2018).

**Tabela 6** – Profissões desempenhadas no país de origem (Ucrânia) pelos requerentes de asilo entrevistados. Fonte: Base de dados dos entrevistados pela autora (2017/2018).

Profissões desempenhadas pelos requerentes de asilo ucranianos entrevistados na Ucrânia			
Mulheres		Homens	
Cozinheira e pasteleira	2	Construção civil	5
Cabeleireira e esteticista	3	Mineiro	1
Engenheira alimentar	1	Pescador	1
Médica	1	Motorista de autocarro	2
Dentista	1	Artesão	1
Transportes e logística	1	Técnico de marketing	1
<b>Total</b>	<b>9</b>	Engenheiro (civil, mecânico, elétrico e informático)	4
		Técnico eletricista	1
		Transportes e logística	2
		Não indicaram profissão	2
		<b>Total</b>	<b>20</b>

Tendo em atenção a tabela 6, além de se verificar a diversidade de profissões desempenhadas pelos requerentes de asilo ucranianos no país de origem antes de solicitarem asilo, observa-se a separação entre as profissões mais e menos qualificadas. Neste sentido, as profissões mais notórias nas mulheres são cabeleireira e esteticista, bem como cozinheira e pasteleira. Quanto aos homens, observa-se a predominância de trabalhadores do ramo da construção civil, engenheiros e motoristas de autocarro. Observando na generalidade, os homens desempenharam trabalhos mais desqualificados face à generalidade das mulheres, podendo ser devido ao facto de haver um número reduzido de mulheres na amostra face ao número total de homens existentes, o que permite por outro lado haver uma maior diversidade de profissões exercidas por requerentes homens.

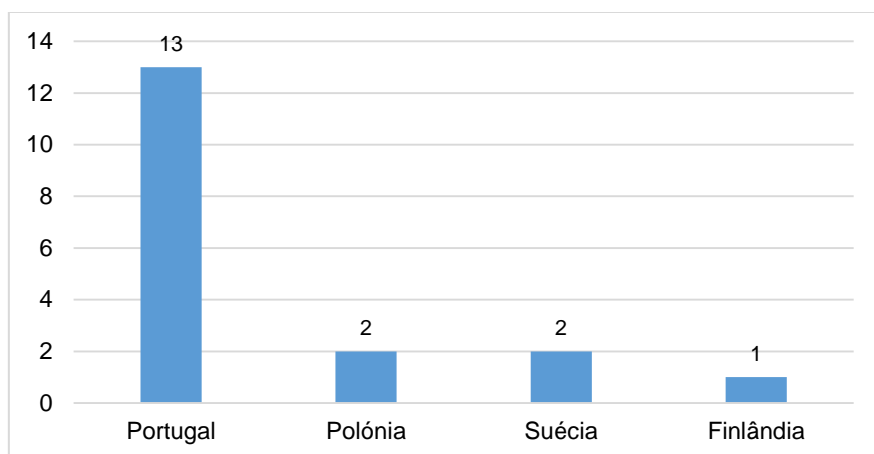
Observando a última *oblast* de residência na Ucrânia dos requerentes de asilo ucranianos entrevistados antes de se deslocarem para o primeiro país de asilo (figura 23), nomeadamente para Portugal, a maioria residia nas regiões leste e sul da Ucrânia. Neste sentido, cerca de 24 requerentes de asilo (9 famílias) residiam maioritariamente em Donetsk, 6 requerentes residiam na Criméia (2 famílias) e cerca de 4 em Kharkiv (1 família), consideradas zonas de conflito. No entanto, registaram-se também requerentes provenientes do centro-leste, de Chernigov (2 requerentes, 2 famílias) e Sumy (1 requerente) e da capital (2 requerentes, 1 família).



**Figura 23** – Última *oblast* de residência dos requerentes de asilo ucranianos entrevistados. Fonte: Humanitarian Data Exchange e base de dados dos entrevistados pela autora (2017/2018).



Analisando a escolha do primeiro país de destino dos requerentes de asilo ucranianos, verifica-se que cerca de cinco agregados familiares entrevistados já tinham pedido asilo anteriormente à Polónia, Suécia e Finlândia. Estes pedidos foram efetuados maioritariamente por homens (três individualmente e um conjunto de dois irmãos), mas também por uma família. No entanto, a maioria, cerca de 13 agregados (32 requerentes), pediram efetivamente asilo pela primeira vez em Portugal (figura 24).



**Figura 24** – Primeiro país de asilo dos agregados familiares ucranianos analisados.

Fonte: Base de dados dos entrevistados pela autora (2017/2018).

De modo a justificar as razões que levaram os requerentes de asilo ucranianos entrevistados a escolherem Portugal, serão primariamente analisadas as razões que os levaram a pedir asilo.

Considerando as razões dos pedidos de asilo dos requerentes ucranianos entrevistados, estas devem-se a seis fatores, alguns intimamente relacionados:

- i. Guerra civil;
- ii. Recrutamento militar;
- iii. Perseguição religiosa devido à anexação da Crimeia;
- iv. Ameaça de morte;
- v. Perseguição devido ao combate à corrupção;
- vi. Melhoria das condições económicas.

Alguns destes pontos muitas das vezes foram conjugados com outros, ou seja, cada entrevistado ressaltou um ou vários fatores no decorrer da entrevista que considera relevantes para justificar o seu pedido de asilo.

Os requerentes de asilo ucranianos entrevistados relatam assim episódios aflitivos de cenário de guerra, referindo que solicitaram asilo devido à situação de guerra civil que enfrentaram no país de origem (i):

*"Parte da casa ficou destruída por bombas, a criação, hortas. Nós encontramos-nos no ponto mais quente do conflito (...) as casas estão sem vidros, sem portas (...). Decidimos partir quando vimos crianças a morrer. O amigo do filho mais velho no caminho entre a casa e a escola morreu após inclinar-se para ver uma granada, só não morreram mais crianças porque ele protegeu as restantes com o seu corpo (...)" (Adulto feminino, família 9, casal com filhos).*

*"Nós em 'casa' estamos em guerra, pelo menos nós achamos isso (...) nem temos em 'casa' meios para conseguirmos ganhar dinheiro para existirmos" (Adulto masculino, família 4, casal).*

*"Os nossos vizinhos ficaram com a casa ardida, temos tudo destruído na proximidade" (Adulto feminino). Posteriormente, como deslocados noutra região da Ucrânia durante dois anos e meio: "alugar casa era algo irreal, o suporte que nos davam era insuficiente" (Adulto masculino, família 2, casal com filhos).*

Denota-se também que, além do surgimento do conflito, os indivíduos salientam as dificuldades económicas que enfrentaram na Ucrânia, considerado também um dos motivos para pedirem asilo (vi). Neste sentido, observa-se pelos testemunhos das duas famílias citadas anteriormente que, além da guerra, estas não conseguem fazer face às despesas com as necessidades básicas que têm no país de origem, não possuindo meios para sequer existirem (adaptado, família 4). A família 2 refere também que por terem reduzido suporte financeiro por parte do Estado (dispensado para os deslocados da Ucrânia), optaram por pedir proteção internacional. Denota-se assim que a necessidade de proteção internacional e a melhoria das condições de vida são duas variáveis que podem caminhar em conjunto, tal como foi alvo de análise no ponto 5.3.1., quando abordados os migrantes mistos.

Os requerentes masculinos entrevistados mencionam também como principal razão para a solicitação de asilo, o recrutamento militar realizado na Ucrânia devido ao conflito (ii). Deste modo, estes referem:

*"Eu estava sob perigo, podia ser recrutado para a guerra e podia morrer" (Adulto masculino, requerente individual 22).*

*"Fui perseguido ilegítimamente pelo Estado, eles queriam mandar-me para a guerra. Enviavam-me notificações mas eu como morava noutra morada, nunca as recebi (...) fugi para não ser preso (...). Não sei há quanto tempo recebia essas cartas" (Adulto masculino, requerente individual 12).*

*"Nós estamos em guerra e eu tenho obrigação militar devido à minha idade" (Adulto masculino). A esposa completa: "No trabalho podia estar sentada uma senhora de Donbass e outra da Rússia e havia casos quase de luta entre as clientes, devido ao patriotismo" (Adulto feminino, família 11, casal com filhos).*

Na última entrevista transcrita, o entrevistado refere a obrigação militar a que estava sujeito e a sua esposa menciona a dificuldade em gerir as clientes no seu local de trabalho em que umas eram pró-russas e outras pró-ucranianas, o que levava a que a entrevistada assistisse a casos de briga entre as mesmas. Observa-se assim que a decisão em abandonar o país torna-se mais fácil quando na conjuntura do casal ambos estão insatisfeitos com a situação vivida na Ucrânia.

Outra das razões referidas por uma família como razão por pedirem asilo foi a perseguição religiosa vivenciada na Crimeia após a anexação deste território à Rússia (iii). Esta família menciona:

*"Perseguição por parte da Rússia por motivos religiosos, depois de entrarmos na Crimeia em Fevereiro de 2014. Foi muito violento (...) depois fomos para a parte central da Ucrânia mas fomos acusados de colaborar com a Rússia e, por essa razão, tivemos que ir embora da Ucrânia" (Adulto masculino, família 7, casal com filhos).*

Foram também identificadas mais duas razões (registadas por três requerentes) não relacionadas diretamente com o conflito entre a Ucrânia e Rússia, a perseguição devido ao combate à corrupção na polícia rodoviária (v) e indivíduos que são ameaçados de morte caso voltem ao país de origem (iv). Estes relatam:

*"No ano 2014 eu era voluntário contra o suborno na polícia rodoviária que temos no país, que cobram dinheiro a toda a gente. Nós éramos contra a corrupção, funcionávamos como voluntários (...) ameaçaram-me entre 3 a 5 anos de prisão (...) o conflito também não trouxe nada de bom, os tanques também podiam chegar a nós a qualquer momento (...) eu não posso ser recrutado para o serviço militar porque tenho incapacidade visual e problemas no pâncreas" (Adulto masculino, requerente individual 18).*

*"Sinto-me desprotegido no meu país (...) somos ameaçados de morte (...) podem-nos matar (...) levaram-nos a nossa mãe, depois seríamos nós (...) tenho sérios problemas. O exército não me mete medo mas também não quero ir matar pessoas (...) " (Adulto masculino, requerentes irmãos 17).*

Observando agora os motivos que levaram a que os requerentes de asilo ucranianos entrevistados escolham Portugal como país de destino, foram assinalados fatores como:

- i. Terem família e amigos em Portugal;
- ii. Residirem muitos imigrantes ucranianos em Portugal;
- iii. Terem organizações que apoiam os refugiados;
- iv. Ser um país politicamente neutro, pacífico e com população amigável;
- v. Ser um país que não tem serviço militar obrigatório;
- vi. Ser possível legalizarem-se;
- vii. Ser um país longe da Ucrânia;
- viii. O clima ser atrativo.

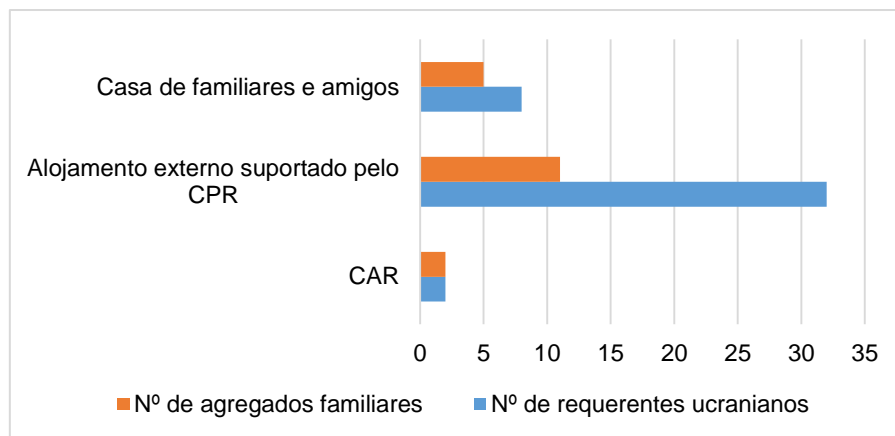
Os requerentes entrevistados referem assim terem escolhido Portugal devido a possuírem família e amigos estabelecidos em Portugal, na medida em que estes influenciaram a sua escolha do país de destino. Além disso, sabiam que estes podiam garantir-lhes apoio inicial (ex. alojamento), bem como fornecer-lhes outras informações úteis adicionais, nomeadamente sobre o programa de acolhimento de requerentes de asilo em Portugal (i). Os solicitantes entrevistados revelam assim:

*"Como vive cá a nossa tia, escolhemos este país e não outro qualquer" (Adulto feminino, família 1, casal)*

*"Porque está cá a mãe e sabíamos que tínhamos onde ficar os primeiros tempos" (Adulto feminino, família 11, casal com filhos).*

*"Porque temos cá amigos, que estão cá há 17 anos e eles aconselharam-nos, convidaram e falaram sobre o programa dos refugiados" (Adulto feminino, família 6, casal com filhos).*

Deste modo, com o apoio prestado por familiares e amigos, muitos dos requerentes entrevistados enquanto estavam a cargo do CPR encontravam-se a residir em casa dos mesmos em vez de permanecerem nas instalações do CAR ou noutro alojamento suportado pelo CPR. Deste modo, cerca de cinco agregados familiares (8 requerentes) num universo de 18 agregados permaneceram em casa de familiares e amigos e usufruíram do apoio direto destes. Os restantes 13 agregados (34 requerentes), permaneceram num alojamento externo apoiado pelo CPR ou nas instalações do CAR (figura 25). Contudo, tendo em conta os dados, observa-se a importância do CPR em prover habitação aos requerentes, visto que a maioria ficou alojada inicialmente num dos dois alojamentos suportados pelo CPR.



**Figura 25** – Alojamento inicial dos agregados familiares e dos respetivos requerentes de asilo entrevistados enquanto estiveram a cargo do CPR.

Fonte: Base de dados dos entrevistados pela autora (2017/2018).

Outro dos motivos ressaltado pelos requerentes em se deslocarem para Portugal prende-se com o facto deste país ter uma grande diáspora de imigrantes ucranianos, fator que lhes garante apoio no país de acolhimento (ii). Os dois requerentes expõem:

*"Há uma grande diáspora de ucranianos em Portugal, eu sinto-me ucraniano e não russo" (Adulto masculino, requerente individual 13).*

*"Foi o meu empregador que escolheu Portugal, porque o país tem uma forte comunidade de imigrantes russos e ucranianos para me ajudar" (Adulto masculino, requerente individual 8).*

Os requerentes entrevistados também referiram que antes de pedirem proteção internacional procuraram saber quais as organizações que operam no domínio do asilo nos países de destino (iii). Estes salientam:

*"Se formos até ao território desocupado não somos propriamente bem-vindos e não temos organizações que defendem os nossos direitos, por isso viemos para aqui. Noutras regiões nós somos desnecessários (...) eles acham-nos 'estrangeiros', porque viemos dum território ocupado. (...) Lemos sobre Portugal na internet [num fórum] e soubemos que o país tem organizações que nos ajudam neste sentido, como o SEF, por isso é que viemos" (Adulto feminino, família 15, casal filhos).*

*"O nosso amigo do secundário que está em Portugal falou-nos em experimentarmos o programa do CPR, que ajuda os refugiados" (Adulto feminino, família 9, casal com filhos).*

*"Um amigo falou-me do SEF e do CPR, disse-me que dá para viver em Portugal e que não ia morrer à fome, por isso vim para cá" (Adulto masculino, requerente sozinho 18).*

Através dos relatos observa-se que uma família de requerentes não se iria sentir bem-vinda noutras regiões da Ucrânia caso se deslocasse para estas em busca de proteção, por ser proveniente de um território ocupado. Além disso, esta família refere que na Ucrânia não há organizações que defendam os seus direitos, por isso preferiram deslocar-se para Portugal. Deste modo, esta família, tal como outras referidas, tomaram conhecimento do CPR bem como do SEF antes de se deslocarem para Portugal. Assim, esta consciência de que estas entidades os podem ajudar, foi uma das razões que os motivaram a escolher Portugal.

Também foi referido pelos requerentes ucranianos entrevistados que apesar de Portugal ser um dos países mais pobres, é um dos países com mais pontos positivos, designadamente: politicamente neutro, sem problemas de terrorismo, pacífico e com uma população calma e amigável (iv). Os entrevistados referem assim:

*"Primeiro, por ser um país muito longe da Ucrânia e, segundo, por ser um país politicamente neutro, longe de todos, que não tem problemas de terrorismo (...). Eu percebo que é um dos países mais pobres mas os países mais ricos atraem os terroristas e o resto (...) 'non-stop'. O objetivo não é sair da guerra e ir para um sítio terrorista" (Adulto masculino, requerente sozinho 3).*

*"País pacífico, sem problemas (...) vemos vídeos na internet, gostamos muito do país e quisemos ficar cá" (Adulto masculino, requerente sozinho 17).*

*"As pessoas são muito amigáveis, calmas, ponderadas, gostaria muito de viver nesta atmosfera. Li muito sobre Portugal." (Adulto masculino, requerente sozinho 16).*

E, além disso, referem também como fator positivo o facto de Portugal não ter serviço militar obrigatório (v):

*"Aqui não há exército oficial e recrutamento. Nós temos dois meninos, viemos depois da guerra e temos muito medo, não queremos que prestem serviço, nem que andem a matar ninguém" (Adulto feminino, Família 9, casal com filhos).*

Outro dos motivos que os entrevistados referiram que os motivou a escolher Portugal foi a possibilidade de se tornarem residentes com estatuto legal no país de acolhimento (vi). Os entrevistados mencionam:

*"Tendo em conta todas as avaliações, Portugal é o país mais real para obtermos os documentos (...) é importante termos tudo oficial e não vivermos com medo, termos uma vida plena" (Adulto masculino, Família 10, casal com filhos)*

*"Lemos na internet que Portugal recebe refugiados da Crimeia e que uma senhora tinha recebido o estatuto em Portugal, esse foi o principal motivo" (Adulto masculino, família 7, casal com filhos).*

Além dos fatores mencionados, os solicitantes entrevistados mencionam que também elegeram Portugal por ficar distante da Ucrânia (vii) e por ter um clima agradável e propício para a resolução dos seus problemas de saúde (viii). Os respetivos requerentes salientam:

*"Queria ir para um sítio mais longe da fronteira da Ucrânia e devido ao clima, dou-me muito mal com o frio e sempre sonhei ver o oceano" (Adulto homem, requerente sozinho 46).*

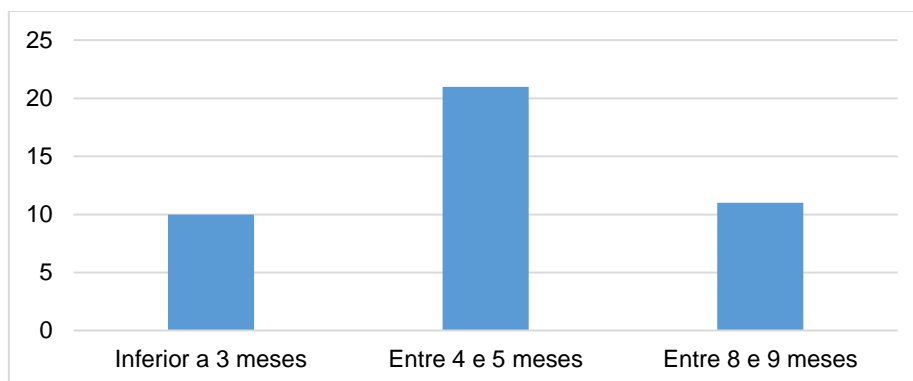
*"O filho mais novo tem problemas respiratórios, o clima húmido e marítimo é muito saudável" (Adulto mulher, família 9, casal com filhos).*

Pela observação destes motivos, podemos verificar que a maior parte dos requerentes de asilo ucranianos entrevistados tratam-se na verdade de migrantes mistos, sobretudo se tivermos em conta que os motivos que os levaram a escolher Portugal como país de destino são razões que os migrantes económicos poderiam igualmente considerar. Deste modo, os requerentes de asilo entrevistados focam-se em variáveis que vão para além do sentimento de segurança. De entre estas, destacam-se a presença de familiares e amigos (i), bem como de imigrantes ucranianos em Portugal (ii), o facto de o país ser politicamente neutro, pacífico e com população amigável (iv), a facilidade em se legalizarem (vi), a distância em relação ao país de origem (vii) e o clima (viii), excluindo-se os fatores específicos que estão mais associados aos requerentes de asilo.

Analisadas as características gerais dos requerentes de asilo ucranianos entrevistados, as razões dos pedidos de asilo e quais os motivos que os levaram a deslocar-se para Portugal e não para outro país em busca de proteção internacional, torna-se necessário identificar também qual o tempo de permanência dos entrevistados a cargo do CPR até estes serem encaminhados para outras instituições e qual o estatuto legal que possuem no presente.

Deste modo, começando por analisar o tempo de permanência dos requerentes no CAR (no momento em que estes foram entrevistados), observa-se que aqueles que permanecem menos tempo (inferior a 3 meses) a cargo do CPR são os que ainda se encontram em fase de admissibilidade, ou seja, o seu processo ainda é alvo de análise pelo SEF em conjunto com o CPR. Os restantes entrevistados referem ter permanecido mais tempo no CPR, entre quarto a cinco meses (21 requerentes) e entre oito a nove meses (11 requerentes). O tempo de permanência destes é mais extenso porque os

respetivos processos já foram alvo de análise e decisão, passando a estar a cargo da instituição seguinte, o ISS – requerentes que já obtiveram estatuto de refugiado ou proteção subsidiária, ou a SCML – requerentes que solicitaram recurso (figura 26).

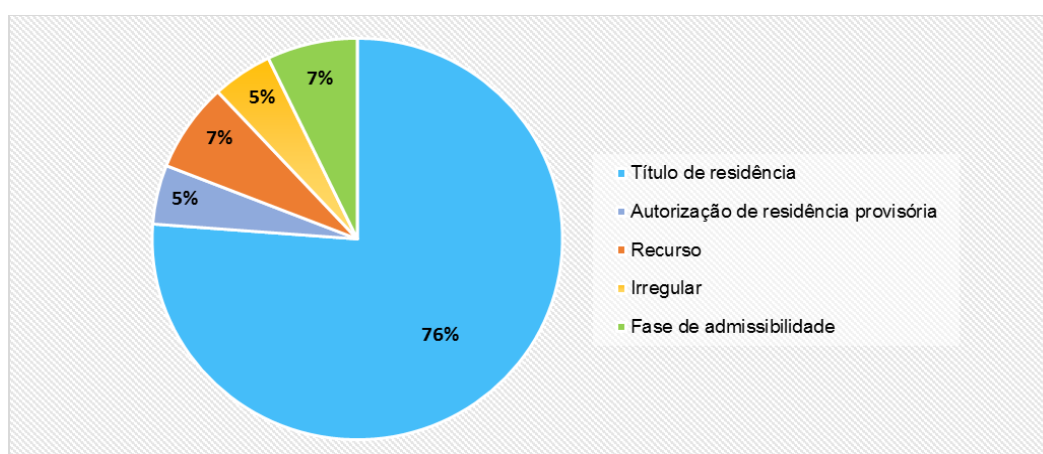


**Figura 26** – Tempo de permanência no CAR dos requerentes de asilo entrevistados a cargo do CPR.

Fonte: Base de dados dos entrevistados pela autora (2017/2018)  
e confrontados os dados internos do CPR.

Nota: Contabilizados os meses de permanência dos requerentes entrevistados no CAR até Dezembro de 2017.

Observando a situação dos pedidos de asilo dos requerentes entrevistados até ao momento, observa-se que a maioria possui título de residência e autorização de residência provisória (81%). Verifica-se também que 5% dos requerentes vivem em situação irregular em Portugal; cerca de 7% estão em recurso e igualmente 7% aguardam ainda decisão quanto ao pedido, pois formularam-no recentemente (figura 27).



**Figura 27** – Situação dos pedidos de asilo dos requerentes ucranianos entrevistados.

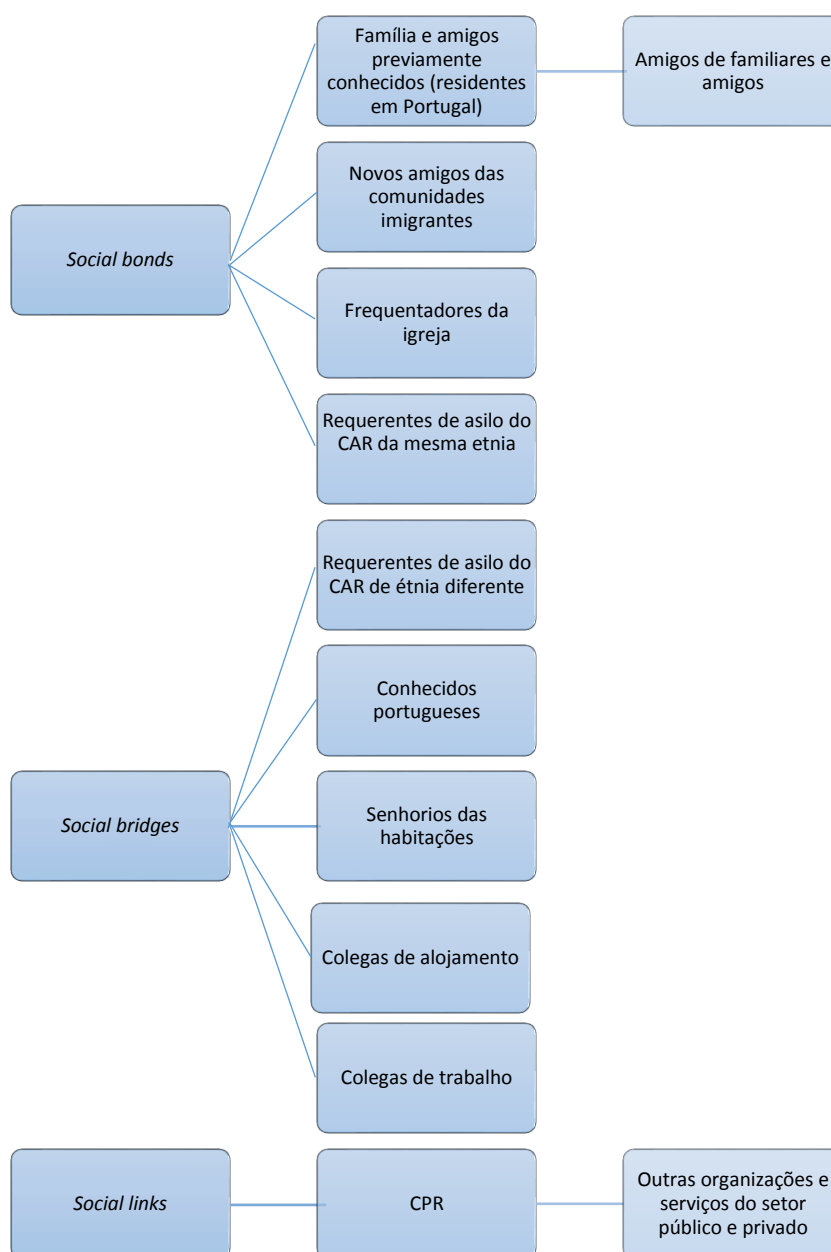
Fonte: Base de dados dos entrevistados pela autora (2017/2018) e confrontados os dados internos do CPR.



## **5.2 Redes sociais – ‘quem’ colabora e ‘como’ influencia o processo de integração em Portugal?**

Tal como foi alvo de análise no ponto anterior, os requerentes ucranianos entrevistados antes de escolherem o país de destino contactaram com família e amigos que se encontram em Portugal, e, após a sua chegada, estes foram um suporte fundamental para os primeiros tempos de presença. Além destas conexões previamente estabelecidas, os requerentes referiram outras formadas em Portugal após a sua chegada, nomeadamente no CAR e noutros locais que frequentam (como de culto), também mencionando ligações com a comunidade imigrante ucraniana em Portugal, com a comunidade nativa e com algumas instituições proporcionadas pelo CPR, entre outras.

Deste modo, para uma melhor perceção das redes sociais formadas pelos requerentes de asilo ucranianos foi elaborado um esquema que as pretende sintetizar (figura 28), tendo por base as 18 entrevistas realizadas. Este esquema foi organizado segundo a perspetiva das conexões sociais de Ager & Strang (2008) (explorada no capítulo 4.4), de modo a ser compreendida a relevância dos três tipos de conexões na integração dos requerentes entrevistados.



**Figura 28** – Rede social formada pelos requerentes de asilo ucranianos entrevistados.

Fonte: autora.

As redes sociais estabelecidas pelos requerentes ucranianos entrevistados são várias (figura 28); no entanto, através do discurso dos solicitantes observa-se que as redes sociais mais frequentes são principalmente com os indivíduos da mesma etnia, nomeadamente com familiares e amigos que vivem em Portugal, com os requerentes do CPR falantes de russo, com outras comunidades imigrantes que falem russo/ucraniano, nomeadamente no seio da igreja, bem como com os funcionários do CPR. Este fator é notório, pois quando questionados acerca das redes sociais por si estabelecidas, os requerentes entrevistados referem:

*"Conhecemos ucranianos, moldavos, russos, búlgaros e falamos. Portugueses também, pois o meu marido como já fala bem português, já tem alguns amigos. Com o tempo adaptamo-nos, aprendemos a língua, encontramos conhecidos, amigos. (...) A tia e o tio tinham amigos, travamos amizades com eles também, por vezes à mesa ou simplesmente vimo-los na rua e começámos a falar" (Adulto feminino, família 1, casal).*

*"Como não falo português, não tenho portugueses no meu círculo de amigos e não pratico o português (...). Falo com outros russos, moldavos, ucranianos e outros da antiga União Soviética" (Adulto masculino, requerente sozinho 3).*

*"Além dos amigos que nos convidaram para Portugal, outros da igreja, refugiados ucranianos como nós do CPR e que agora até vão morar perto de nós (...) outros refugiados da Guiné e Síria (...) senhorios responsáveis pela habitação e colegas de trabalho angolanos e portugueses" (Adulto feminino, família 6, casal com filhos).*

*"Falamos com refugiados com situação idêntica à nossa, da Ucrânia, África e Ásia. Também conhecemos um muçulmano russo que vive do outro lado do rio e ainda um ucraniano de lá. Em geral todos do CPR, com quem partilhamos a habitação, que entretanto conhecemos e pessoal da mesquita que frequentamos" (Adulto masculino, família 7, casal com filhos).*

*"Com quem partilho a casa, com os "nossos", com portugueses do café e os meus vizinhos, o senhor Pedro, é fácil fazer conversa com eles sobre futebol" (Adulto masculino, requerente sozinho 18).*

*"O Vasily que conheci no CPR, nós ajudamo-nos mutuamente, passamos também tempo juntos, exploramos Lisboa (...) e o professor de língua portuguesa e a assistente social ajuda-nos sempre, bem como o departamento de emprego" (Adulto masculino, requerente sozinho 13).*

Observa-se também que os requerentes entrevistados, além de contactarem com os familiares e amigos que os convidaram a deslocarem-se para Portugal, desenvolveram também laços de amizade com os amigos destes. Pode-se assim afirmar que os familiares e amigos (primários) podem ser uma ponte de ligação para o desenvolvimento de outras conexões sociais e também influenciarem o aumento do capital social dos entrevistados.

Através das transcrições mencionadas, denota-se também que apesar de os entrevistados terem contacto com a comunidade portuguesa, a conexão com esta ainda se revela pouco sólida, devido principalmente à barreira linguística. Até ao momento da entrevista, os entrevistados apenas contactaram com vizinhos, com alguns indivíduos em estabelecimentos de restauração (conversas ocasionais no café), no local de emprego e com os proprietários das habitações arrendadas, não se observando assim o desenvolvimento de fortes laços relacionais com a população autóctone.

Além destas ligações, através dos relatos denota-se também o desenvolvimento de conexões com os funcionários do departamento social, de emprego e com os professores de língua portuguesa do CPR.

Os funcionários do CPR além de serem uma conexão social também podem ser uma ponte de ligação caso fomentem o desenvolvimento de relações sociais entre os requerentes e outros atores (pessoas ou instituições). No decorrer da entrevista, os entrevistados mencionaram algumas instituições que conheceram através do CPR, nomeadamente:

*"Houve dois workshops, um sobre a elaboração de currículos em Novembro e outro sobre a igualdade de género no trabalho, a CITE. Tivemos também excursões em Évora e em Lisboa" (Adulto masculino, requerente sozinho 13).*

*"O CPR encaminhou-nos para tirar um curso de língua portuguesa na faculdade de Letras" (Adulto feminino, família 2, casal com filhos).*

*"Apresentaram-me com quem moro, a Segurança Social, o advogado, o IEFP, as finanças, o centro de saúde, os hospitais, bancos e o SEF" (Adulto masculino, requerente sozinho 14).*

*"Somente com a Santa Casa, com mais ninguém" (Adulto masculino, requerente sozinho 3).*

Os entrevistados ucranianos referiram assim ter estabelecido através do CPR conexões com outras organizações e serviços tanto do sector público como do privado. Assim sendo, do setor público referiram o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, um órgão de decisão que os assiste ao longo do processo de asilo; o Instituto de Emprego e Formação Profissional; o Instituto da Segurança Social; a Faculdade de Letras, onde foi possível realizarem um curso de língua portuguesa; e, a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, que lhes proporcionou um *workshop* sobre a igualdade de género no trabalho. Do sector privado mencionaram ter estabelecido ligação com a SCML, uma organização sem fins lucrativos, e com outras do setor privado mas com fins lucrativos, como bancos e finanças, ou seja, organizações privadas a quem, porventura, os requerentes necessitam de recorrer no dia-a-dia.

Após a identificação das redes formadas pelos requerentes de asilo ucranianos entrevistados, seguidamente irá ser analisado o papel que estas tiveram na sua integração na sociedade de acolhimento.

Apesar dos requerentes de asilo entrevistados terem estabelecido várias conexões sociais, incluindo *social bonds*, *bridges* e *links*, apenas alguns dos atores identificados

são considerados relevantes na sua integração, até ao momento. Esta relevância é medida pelo nível e tipo de auxílio prestado aos requerentes, segundo os relatos incluídos nas suas entrevistas, em que explicitam por quem e de que forma foram ajudados em Portugal. Neste quadro, identificam-se os principais atores e os seus contributos para a integração dos requerentes de asilo ucranianos entrevistados, sob a perspetiva de *social bonds*, *bridges* e *links* formadas.

Nas *social bonds* estabelecidas pelos requerentes, os familiares e amigos que se encontram em Portugal, os frequentadores da igreja, os amigos da comunidade imigrante ucraniana e os requerentes de asilo do CAR da mesma etnia são mencionados como os principais atores que contribuem para a sua integração, prestando um acompanhamento próximo aos entrevistados.

Os familiares e amigos que se encontram em Portugal auxiliaram principalmente na satisfação das suas necessidades básicas (alimentação, roupa, ajuda monetária, etc.), no fornecimento e procura de habitação, de emprego e na remoção de barreiras linguísticas, funcionando como tradutores e intérpretes, deslocando-se com os entrevistados a várias organizações e serviços, nomeadamente ao SEF, ao ISS, ao estabelecimento de ensino e ao centro de saúde, entre outros. Este acompanhamento é notório sobretudo devido à dificuldade de comunicação entre os requerentes e os profissionais.

Várias famílias sublinham assim o auxílio prestado pelos familiares e amigos. Um conjunto de irmãos entrevistados juntamente com a mãe presente (parente que os convidou para virem para Portugal) referem que o acompanhamento da mãe e de amigos é essencial na tradução de alguns documentos, acompanhamento médico e inscrição na escola. A mãe dos respetivos irmãos menciona ajudar:

*"Se é preciso traduzir algum documento, a minha filha fala e escreve bem português e ajuda-nos, além disso os amigos deles também ajudam a perceber a linguagem de alguns documentos e eu acompanho-os ao médico e inscrevi um deles numa escola profissional" (Adulto feminino, requerentes irmãos 5).*

Além destes, outra família menciona o apoio prestado pela família que os convidou a deslocarem-se para Portugal através de suporte financeiro, verificado no pagamento de uma caução, para que os mesmos pudessem arrendar uma habitação, no fornecimento de produtos alimentares e de roupa e no acompanhamento dos entrevistados a vários locais como intérpretes. A família entrevistada relata:

*“Os amigos que nos convidaram para Portugal deram-nos conselhos, um carro, ajudam-nos quando temos dificuldades materiais, quando não tínhamos dinheiro para pagar a caução da casa, deram-nos roupa e produtos alimentares quando mudamos de casa (...) traduzem-nos nos centros de saúde e na Segurança Social por telefone (...) foram também connosco ao SEF e ao Instituto da Mobilidade e dos Transportes por causa da troca da carta de condução” (Adulto feminino, família 6, casal com filhos).*

Outra família entrevistada nota que os tios que residiam em Portugal forneceram-lhes habitação e ajuda financeira quando chegaram, referindo que com o apoio prestado pela família não necessitavam do auxílio de “mais ninguém”, nem mesmo das organizações que os têm vindo a apoiar; no entanto, agradecem o apoio financeiro proveniente destas:

*“A tia ia connosco a todo o lado, não precisámos de ter recorrido a mais ninguém. Como também morávamos juntos, tanto a tia como o tio acompanhavam-nos (...). Nós não precisámos de mais ajuda, mas obrigada pela ajuda financeira que nos deram, nunca nos faltaram um único mês” (Adulto feminino, família 1, casal).*

Os frequentadores da igreja também colaboraram no acesso à habitação na sociedade de acolhimento, sendo este um dos domínios da integração, e com o respetivo recheio da casa. Uma família constata:

*“Está cá a mãe e sabíamos que tínhamos onde ficar os primeiros tempos. (...) As pessoas da nossa igreja quando mudamos de casa ajudaram-nos com tudo, desde camas, talheres, etc., foi assim também que encontramos habitação” (Adulto feminino, família 11, casal com filhos).*

Além destes, a comunidade imigrante ucraniana existente em Portugal e os requerentes de asilo russos e ucranianos do CPR são considerados valiosas fontes de informação, nomeadamente acerca das oportunidades de emprego existentes. Um solicitante entrevistado relata que encontrou emprego apenas por ouvir o idioma russo no espaço público:

*“Quando preciso de algum tipo de informações recorro a amigos da comunidade ucraniana e a alguns portugueses (...) arranjei trabalho ao andar na rua, ouvi vozes em russo e assim arranjei emprego” (Adulto masculino, requerente sozinho 49).*

Além disso, alguns dos requerentes entrevistados referem recorrer quando necessitam de algum tipo de informação primariamente aos solicitantes de asilo da mesma etnia e só depois destes aos funcionários do CPR, para validar as informações obtidas. A família 10 relata:

*"Quando precisamos de ajuda recorremos primeiro aos colegas russos e ucranianos do CPR, à internet mas também às assistentes sociais (...) Normalmente trocamos informações entre nós e depois vamos confirmar com a assistente social" (Adulto masculino, família 10, casal com filhos).*

Outras famílias confirmam o referido pela família anterior; no entanto, justificam o porquê de não recorrerem com frequência às *social links* formadas:

*"A informação sai de nós e nós próprios a passamos a outros e a recebemos de outros. Das organizações, CRP, SEF e Segurança Social nós não recebemos quaisquer informações (...). De início tentávamos ir às assistentes sociais, mas como percebemos que não fazia sentido, perguntávamos mas obtínhamos silêncio, não há uma relação de reciprocidade (...), comecei a perguntar aos meus vizinhos com quem moro, quem agora conheço ou aos refugiados" (Adulto masculino, família 7, casal com filhos).*

*"Quando tínhamos alguma pergunta recorriamos ao Anton e a Alina, que conhecemos no CPR e a si, só depois íamos à assistente social responsável por nós. Como tínhamos a barreira linguística, não sabíamos a quem podíamos recorrer" (Adulto feminino, família 15, casal com filhos).*

Observa-se assim, através do relato, que há uma fraca relação de reciprocidade estabelecida entre os requerentes entrevistados e os colaboradores das organizações, nomeadamente no CPR, quando os requerentes necessitam de obter informações. No entanto, também se observa a barreira linguística entre os trabalhadores do CPR e os requerentes de asilo, o que dificulta a comunicação entre ambos os grupos. Deste modo, os entrevistados justificam recorrerem em primeira instância aos seus semelhantes em busca de informações e posteriormente às assistentes sociais que os acompanham, de modo a confirmarem a informação obtida.

Nas *social bridges* formadas observa-se que apesar dos entrevistados terem contacto com vários atores, apenas alguns têm participado na sua integração, o que demonstra a sua importância mais reduzida neste processo, devido sobretudo à barreira linguística tal como já foi mencionado. Pode-se constatar apenas o auxílio prestado por um senhorio, que possibilitou o ingresso no mercado laboral de um casal, e os vizinhos portugueses, com quem os requerentes praticam a língua portuguesa, quando tal se proporciona, sendo isto um fator importante para a sua integração. O requerente entrevistado refere:

*"Falo com o nosso primo, com os nossos vizinhos, ficámos amigos dos amigos do primo, "os nossos", quem vêm da Ucrânia, Rússia, outros da Moldávia (...) com os nossos vizinhos, que são maioritariamente portugueses, aprendo a língua com eles" (Adulto masculino, família 4, casal).*

Por fim, as *social links* notórias são estabelecidas com os funcionários do CPR e a organização subsequente no processo de instalação em Portugal, que é responsável pelos requerentes de asilo em situação de recurso, a SCML. Os funcionários do CPR são referidos por proverem assistência material e imaterial, cursos de língua portuguesa, habitação, acesso a cuidados de saúde, assistência na educação dos jovens e crianças e iniciativas culturais.

Os requerentes referem assim usufruir do banco alimentar e de roupa, bem como de auxílio com traduções, no entanto também ressaltam a importância do “sorriso” além dos bens físicos. Um dos entrevistados refere:

*"Ajudam-me com alimentos, deram-me uns ténis e sobretudo alegram-me com sorrisos. Estamos habituados que além do material nada existe, mas o sorriso faz milagres. (...) Quando preciso de traduzir alguma coisa recorro a si, ao tradutor, às assistentes sociais, aos professores de português ou então aos amigos que sabem português" (Adulto masculino, requerente sozinho 16).*

Entre outros fatores mencionados acima, observa-se a assistência do CPR na educação das crianças. Um casal com filhos menciona:

*"Pedimos ajuda às assistentes sociais a propósito da escola, livros, jardim-de-infância, nesse sentido o CPR ajuda, bem como a pagar parte da alimentação dos nossos filhos na escola" (Adulto feminino, família 9, casal com dois filhos).*

Um dos entrevistados sublinha assim que o CPR é uma organização que promove a integração dos requerentes de asilo por meio de algumas iniciativas acima referidas e através do desenvolvimento de alguns projetos, nomeadamente:

*"Eu entendo que o CPR ajuda na integração e a Santa Casa financeiramente, não acho que a Santa Casa organize projetos de integração, é sobretudo o CPR que tem excursões, curso língua portuguesa, alguns eventos" (Adulto homem, requerente sozinho 16).*

Em suma, observa-se que o auxílio prestado aos requerentes é de facto mais notório nas *social bonds* e nas *social links* constituídas, visto que as *social bridges* estabelecidas entre os entrevistados e a comunidade autóctone ou os requerentes de asilo do CPR de etnia diferente ainda são pouco significativas, não se observando assim a constituição de fortes laços relacionais, sobretudo devido à dificuldade linguística. Todavia, existem alguns aspetos menos positivos tanto nas *social bonds* como nas *social links*.



As *social bonds*, tal como pudemos constatar através dos testemunhos dos entrevistados, são conexões de acompanhamento próximo e de entreaajuda, desenvolvidas principalmente entre os familiares e amigos que influenciaram a decisão migratória dos entrevistados, a comunidade imigrante e os requerentes de asilo do CPR de origem étnica semelhante. Verificamos então que as *social bonds* são fundamentais na provisão das necessidades básicas e eliminação da barreira linguística, essenciais no início do processo da integração. No entanto, o desenvolvimento de fortes *social bonds* pode por em causa a formação e continuidade de conexões com as *social bridges* e as *social links*, já que um requerente dificilmente irá recorrer à ajuda destas últimas conexões quando tem ao seu dispor auxílio não só de alguém com quem tem mais confiança mas com quem fala a mesma língua, limitando assim consequentemente as suas oportunidades na sociedade de acolhimento.

Por outro lado, as *social links* são conexões estabelecidas sobretudo com os funcionários do CPR com o propósito de orientar e fornecer as ferramentas necessárias para uma melhor integração na sociedade de acolhimento. Tal como referido, observa-se uma barreira linguística entre os trabalhadores do CPR e os requerentes de asilo, o que dificulta a comunicação entre ambas as partes. Os requerentes têm de facto comunicado fundamentalmente com a sua rede social (“ucraniana”) em Portugal (considerada a sua fonte primária de informação), referindo que estes são os seus principais portadores de informação dado a barreira linguística, considerando as *social links* como secundárias, e recorrendo a estas apenas para confirmar as informações obtidas através das *social bonds* ou quando é realmente necessário. Todavia, põe-se a questão sobre até que ponto será esta uma opção viável para uma plena integração.

O CPR, como responsável no acolhimento e integração dos requerentes de asilo, deve assim procurar mitigar essa barreira linguística sentida pelos requerentes ucranianos, nomeadamente providenciando mais informações no idioma russo/ucraniano, fomentando a recorrência a serviços de interpretação e, também, colocando ao dispor colaboradores que compreendam o idioma e que forneçam apoio aos requerentes. Isto revela-se essencial para inverter o ciclo que se inicia, em que os requerentes entrevistados contactam mais com as *social bonds* em detrimento dos restantes tipos de conexões.

### **5.3 Propostas dos requerentes em prol da integração e expetativas futuras**

No decorrer da entrevista foi perguntado aos requerentes entrevistados o que podia ser melhorado no CPR de modo a fomentar a sua integração em Portugal e quais as suas expetativas futuras.

Analisando o primeiro ponto, os requerentes entrevistados identificaram cerca de nove formas de melhorarem o seu processo de integração na nova sociedade de acolhimento, nomeadamente:

- i. Quebra da barreira linguística;
- ii. Realização de sessões de esclarecimento e no fornecimento de uma base compilada com informações dos seus direitos;
- iii. Apresentação de outras organizações não-governamentais;
- iv. Troca de experiências profissionais, formação e procura de emprego;
- v. Encaminhamento para consultas dentárias e oftalmológicas;
- vi. Acompanhamento psicológico;
- vii. Ocupação de tempos livres e eventos culturais;
- viii. Análise dos processos de solicitação de asilo num tempo mais reduzido;
- ix. Possibilidade de escolha (real) do município de residência.

Os requerentes de asilo entrevistados referem assim a importância de possuírem mais informações na língua russa/ucraniana no CPR, visto não dominarem a língua portuguesa e terem dificuldades em se expressarem em inglês e francês (i). Os entrevistados referem ser necessário quebrar a barreira linguística:

*"Era bom o CPR ter mais informações na língua russa, porque há muita gente que não domina o português, o inglês ou o francês" (Adulto feminino, família 15, casal com um filho).*

*"Ter mais informações na nossa língua, em como explicar os nossos problemas de saúde em português, porque um tradutor não anda connosco" (Adulto feminino, família 2, casal com filhos).*

Além disso, os entrevistados referem também ser importante realizar sessões de esclarecimento, bem como ser-lhes fornecida uma base de informações compiladas com linhas orientadoras (pacote de informações), de modo a informá-los acerca dos seus direitos nos vários meios da integração: educação, saúde, emprego, habitação, formação cívica, entre outras (ii). Os entrevistados ressaltam assim:

*"O CPR também podia fazer sessões de esclarecimento sobre como obter o abono de família, empreendedorismo, conhecermos melhor a lei do asilo, quais os impostos que temos que pagar, onde podemos aceder a algumas leis (...)" (Adulto masculino, família 10, casal com filhos).*

*"Além de formação e procura de emprego, podia haver uma base compilada com informações sobre os direitos dos refugiados, a onde podemos recorrer, a que serviços, educação, etc." (Adulto masculino, requerente individual 3).*

*"Queríamos saber mais acerca do funcionamento do sistema de educação em Portugal após a escola, como funciona a escolha dos cursos, o ingresso no ensino superior, que nos dessem mais informações acerca disso" (Adulto feminino, família 9, casal com filhos).*

*" (...) darem-me a conhecer os meus direitos e deveres, imagine que aqui eu não atravesso a estrada no verde mas no vermelho, eu não disponho de nenhuma informação (...) eu não sei onde ir e onde ficam organizações que me podem ajudar" (Adulto masculino, requerente individual 49).*

No sentido da última transcrição, os requerentes salientam também a importância de lhes serem apresentadas outras organizações além do CPR (iii). Um requerente entrevistado refere que novas ligações sociais, por exemplo a outras ONGs, podiam ser de grande ajuda para a satisfação de algumas das necessidades básicas que enfrentam, nomeadamente na obtenção de vestuário:

*"Era interessante conhecer outras organizações não-governamentais ou fundações que ajudam pessoas como eu, para que me possam ajudar com roupa, porque aqui não tenho para o meu tamanho e com alimentação, porque não chega o que recebo para sobreviver, apesar de já ter perguntado à Santa Casa de Misericórdia de Lisboa e à Cruz Vermelha" (Adulto masculino, requerente sozinho 16).*

Além dos pontos já referidos, os requerentes entrevistados referem a importância de obterem formação e auxílio na procura de emprego, bem como a troca de experiências profissionais entre a sociedade de destino e os requerentes (iv). A troca de experiências tem como objetivo a familiarização dos requerentes com as técnicas de trabalho que são utilizadas em Portugal, que diferem do país de origem, potenciando assim o ingresso no mercado laboral num tempo mais reduzido. Os requerentes entrevistados discriminam assim mencionando:

*"Auxiliar-nos na procura de emprego porque não chega o que recebemos" (Adulto masculino, requerente sozinho 13).*

*"Queríamos que o CPR nos desse mais informações ou que nos apresentasse pessoas da nossa profissão, que nos explicasse como funciona a nossa profissão em Portugal (...) que nos oferecessem algum curso para reafirmar as nossas habilitações" (Adulto feminino, família 9, casal com filhos).*

*"Queríamos receber algum tipo de especialização no emprego, conhecimento na minha área (...) podiam organizar um curso ou trocas de experiências em grupo para cada profissão no CPR, para ficarmos a saber como cada profissão trabalha em Portugal e o que é necessário aprimorar, porque em Portugal pode-se trabalhar de uma forma mais moderna" (Adulto masculino, família 10, casal com filhos).*

Outro ponto que os requerentes entrevistados consideram importante ressaltar é haver mais encaminhamento para consultas dentárias e oftalmológicas no CPR, sugerindo a possibilidade de serem estabelecidos mais protocolos entre algumas clínicas e o CPR para o efeito, de modo a melhorar a sua saúde (v). Uma família de requerentes de asilo ucraniana sublinha esta necessidade:

*"Temos um problema com os dentes. Nós não podemos ir a um dentista e arranjá-los neste momento, só nos restam 'moedas' do dinheiro que recebemos (...) precisamos de encaminhamento ao dentista, podermos ter algum tipo de desconto" (Adulto feminino, família 6, casal com um filho).*

Neste sentido, os entrevistados referiram também a necessidade de acompanhamento psicológico enquanto requerentes de asilo no CPR (vi):

*"Gostaria que tivéssemos acompanhamento psicológico, para irmos conversar de vez em quando" (Adulto masculino, requerentes irmãos 17).*

A ocupação dos tempos livres (vii) também mereceu a atenção dos solicitantes entrevistados. Estes sublinham a necessidade de serem desenvolvidas atividades no CPR que ocupem os seus tempos livres, bem como a possibilidade de serem divulgados os eventos culturais que estão a ser realizados no país (ou na proximidade) a que os requerentes possam assistir/participar, mas que por ventura desconheçam. Além disso, os entrevistados salientam que o desenvolvimento de mais atividades organizadas e acompanhadas pelos funcionários do CPR pode possibilitar a união dos requerentes, considerada necessária, bem como o combate do isolamento. Os entrevistados neste sentido referem:

*"Queria que me ajudassem a arranjar emprego (...) e saber quando são algumas festividades, eventos, talvez participar em movimentos para não ficar sempre em casa e passar o tempo de uma forma interessante" (Adulto masculino, requerente sozinho 14).*

*“Haverem mais eventos culturais, alguns cursos interessantes, passarem filmes em diferentes línguas para entreter as pessoas que muitas vezes ficam sentadas, parece que abandonadas. Alguns eventos internos podem influenciar a integração, como cursos de etiqueta ou de limpeza e organização do espaço. É preciso unir as pessoas através de um programa. Até podemos ser voluntários na biblioteca ou organizarmos jogos de desporto mas alguém dos trabalhadores sociais tem que desenvolver isso” (Adulto masculino, requerente sozinho 16).*

Por fim, dois requerentes de asilo irmãos referem que a sua integração depende da duração da análise dos processos de pedido de proteção internacional (viii), referindo que quanto mais reduzido o tempo de análise, mais bem-sucedida é a integração. No entanto, os solicitantes mencionam que as pessoas ficam um período muito longo a aguardar a decisão, não podendo assim ingressar no mercado laboral ou estudar, sendo forçadas a manter-se a cargo das organizações que as apoiam ao longo deste processo. Estes requerentes de asilo referem:

*“É necessário as pessoas estarem menos tempo a cargo das instituições e terem a oportunidade de entrarem nas estruturas do país (...) receberem os documentos, conseguirem o emprego, oportunidade de estudarem, etc. Acontece que as pessoas ficam a cargo do CPR ou da Santa Casa e não podem nem trabalhar, nem estudar durante 1 ou 2 anos, é importante as pessoas terem algo para se ocuparem. É importante acelerar este processo, para as pessoas receberem os documentos e começarem a trabalhar (...) ou irem embora” (Adulto masculino, requerentes irmãos 5).*

Os requerentes entrevistados frisam assim que é fundamental obterem *feedback* o mais rápido possível quanto à decisão final relativa ao seu processo e terem ocupação dos tempos livres enquanto aguardam por esta.

Referem ainda a importância de escolherem o local exato de residência, nomeadamente o respetivo município (ix). Essa escolha é essencial após a obtenção do estatuto de refugiado, quando os requerentes deixam de serem suportados pelo CPR, passando, então, a ter apoio do ISS. No entanto, os requerentes entrevistados contestam que a escolha do município não é, de facto, uma escolha consciente, informada e atempada, referindo:

*“Tivemos apenas dois minutos para nos decidirmos se íamos para Viseu, se não, ficávamos sem apoios (...). Nós queríamos ir para Setúbal ou Faro. Vimos na internet esses locais e gostamos mais, pensamos no nosso filho, sempre é um clima mais quente” (Adulto feminino, família 15, casal com filhos).*

*" (...) Não me deram a opção de escolher a habitação, nem a mim nem a ninguém. (...) Deram-me cinco minutos para escolher o meu próximo destino, tal como aos restantes que estavam comigo na sala, como podemos escolher nesse tempo se nunca vimos as cidades, nunca lá fomos, não temos nenhuma perspetiva (...). Deviam ter dadas mais informações sobre os locais, onde ficam, sobre a população, etc. e não apenas meras palavras desconhecidas (...) tem que ser uma escolha consciente. Eu vivo em Lisboa há três meses, tenho o meu círculo social, habitação, perspetivas de trabalho e o que me oferecem é: escolhe e vai-te embora e é assim para todos" (Adulto masculino, requerente sozinho 12).*

Através dos relatos, observa-se que os requerentes referem não ter tido tempo suficiente para escolher o próximo local de destino. Além disso, mencionam também a falta de informação e exposição acerca dos possíveis lugares de destino, por forma a decidirem conscientemente.

No entanto existem casos de famílias que não tiveram mesmo possibilidade de escolha do município, o que as levou a renunciar ao apoio do ISS, preferindo estabelecer-se num local de residência escolhido por eles, em Lisboa. Estes referem:

*"Não quisemos ir para Coimbra porque para nós é uma cidade desconhecida, é longe e aqui nós já encontramos escola e jardim-de-infância para os nossos filhos e habitação. (...) O mais importante é que encontramos habitação em Lisboa, ninguém quer contrair contrato com pessoas como nós e como nós conseguimos, não a queremos perder indo para Coimbra. Nós perguntamos acerca da nova cidade e disseram-nos que não nos garantiam habitação, apenas escolheram-nos esta cidade" (Adulto feminino, família 9, casal com filhos).*

*"Querem transitar-nos para Castelo Branco mas nós não vamos para lá definitivamente (...) os que foram para lá voltaram depois para Lisboa ou para o Porto, onde há mais perspetivas de habitação e de emprego (...) Queremos ficar perto de Lisboa para termos mais oportunidades e para o bem do futuro dos nossos filhos. As melhores universidades são em Lisboa, temos que pensar em perspetiva. Não faz sentido ir para outro sítio travar amizades e depois mudarmo-nos novamente para Lisboa" (Adulto masculino, família 10, casal com filhos).*

Os requerentes transcritos acima referem que por já terem desenvolvido a sua rede social, bem como por possuírem habitação e perspetivas de emprego no primeiro local de chegada, não pretendem deslocar-se para outro município de forma a não quebrar o seu processo de integração. Além disso, os solicitantes ucranianos referem que nas Áreas Metropolitanas têm mais oportunidades de emprego, habitação e perspetivas de educação, em comparação às restantes regiões (ex. Castelo Branco); este é, assim, outro dos motivos referidos pelos entrevistados para não quererem sair de Lisboa.

Neste sentido, um adulto masculino explica os motivos que, do ponto de vista dos requerentes de asilo, os levam a não querer deslocar-se para outros municípios, propondo uma solução, caso seja obrigatória esta decisão:

*“ (...) Para modernizar o CPR, isto devia ser feito assim: quando chega aqui uma pessoa, o processo da mesma deve ser acelerado, para que a mesma não tenha tempo de se integrar na cidade, de se habituar ao local. Aqui as pessoas estão há seis, há oito meses e vão depois para outro local. É um novo trauma psicológico, porque as pessoas já têm tudo, as crianças têm escola, eles próprios têm amigos, já conhecem o meio e essa transição pode ser traumática para todos, por isso é que eles já não querem ir”*  
(Adulto masculino, família 10, casal com filhos).

O entrevistado refere que os requerentes ao permanecerem numa determinada cidade durante alguns meses começam por se integrar nesta. Começam assim a desenvolver as conexões sociais, têm habitação e perspetivas de emprego (tal como já foi referido anteriormente) e os seus filhos ingressam na escola, tornando-se assim cada vez mais difícil abandonarem esta cidade em detrimento de uma nova. Neste sentido, o entrevistado sublinha que a transição forçada para outro município pode gerar traumas psicológicos, pois os requerentes quebram o processo de integração já iniciado. No entanto, caso seja obrigatório os entrevistados mudarem-se para outro município, o entrevistado propõe que o processo dos requerentes de asilo seja analisado num tempo mais reduzido para que os mesmos não tenham tempo de se integrarem na primeira cidade estabelecida, facilitando assim essa transição.

Considerando o segundo ponto em análise neste subcapítulo, foi questionado aos entrevistados ucranianos as suas expectativas futuras, deste modo, na generalidade, os entrevistados têm uma imagem muito positiva de Portugal e tencionam fixar-se no país. Os requerentes referem-se à sociedade autóctone como bondosa, ressaltando também que não sentem discriminação por parte desta, não tencionando assim partir para outro destino. Os entrevistados referem:

*“ (...) a sociedade é bondosa, mesmo que falemos mal português tentam explicar e ouvem-nos, tratam bem os nossos filhos e não nos chamam de refugiados nem de estrangeiros”* (Adulto masculino, família 4, casal com filhos).

*“Queremos ficar cá, gostamos deste país, das pessoas, recebem bem os migrantes”*  
(Adultos masculinos, requerentes irmãos 5).

Os requerentes além de nutrirem desejo de permanecerem em Portugal, pretendem integrar-se na sociedade fundamentalmente através de quatro domínios enunciados pelos próprios ao longo das entrevistas:

- i. Emprego (e empreender);
- ii. Habitação;
- iii. Educação;
- iv. Cidadania.

Relativamente aos dois primeiros domínios, os solicitantes ucranianos destacam encontrar um emprego a curto prazo e empreenderem (i), bem como terem uma habitação própria futuramente (ii). Nesse sentido, afirmam:

*"Gostamos do país, das pessoas, não tencionamos ir embora. (...) Queremos encontrar um emprego e viver como toda a gente. Empreender, se não, trabalhamos por conta de outrem, mas não planeamos ir embora" (Adulto feminino, família 1, casal).*

*"Quando obter o estatuto, tenho a possibilidade de encontrar um emprego. Entretanto tenho falado com uns conterrâneos e temos pensado em abrir uma associação que ajuda os migrantes a empreenderem (...) mas preciso antes da língua e dos documentos" (Adulto masculino, requerente sozinho 3).*

*"Encontrar um emprego com contrato e depois pedir um crédito de habitação. Também ter um negócio próprio é um plano, bem como ficar cá" (Adulto masculino, família 2, casal com filhos).*

Através dos testemunhos acima transcritos, observa-se que os entrevistados ucranianos têm vontade de criar um negócio próprio e até mesmo uma associação de ajuda aos imigrantes, tal como menciona o requerente masculino 3.

Além das expectativas quanto ao emprego e à habitação, os requerentes ucranianos sublinham a educação. Este fator está evidenciado quando os entrevistados ressaltam que tencionam aprender a língua portuguesa, bem como quando referem que pretendem obter novas qualificações para o exercício de uma nova profissão em Portugal (iii). Este aspeto torna-se ainda mais importante quando os entrevistados têm filhos. Nas suas respostas, mencionam:

*" (...) queremos aprender a língua, receber o certificado de habilitações traduzido ou aprender outra profissão e educar os nossos filhos e ter mais eventualmente" (Adulto masculino, família 7, casal com filhos).*

*"Estudar, quero ser condutora de autocarro, não quero lavar panelas e descascar legumes para sempre. Dar educação à nossa filha e melhorar as condições da habitação (...) trabalhar, viver em Portugal, receber a nacionalidade e ter um cão" (Adulto feminino, família 6, casal com filhos).*



*"Trabalhar e viver aqui, mas antes queremos aprender a língua para percebermos onde vamos trabalhar ou talvez obter novas qualificações" (Adulto masculino, família 11, casal com filhos).*

Além das expectativas anteriores mencionadas, a família 6 sublinha também, como um dos objetivos futuros, o desejo de obterem a nacionalidade portuguesa (iv), alcançando assim a cidadania plena, substantiva e formal, na sociedade de acolhimento.

## 6. Perspetiva institucional dos ucranianos em Portugal: visão da dirigente do CPR

Foi realizada uma entrevista à Dr.<sup>a</sup> Maria Teresa Tito de Moraes Mendes, Presidente da Direção do CPR, de modo a ser captada a sua perspetiva acerca das razões que explicam os pedidos de asilo ucranianos para Portugal e qual o impacto do conflito neste sentido. Procurou-se também compreender qual o padrão das redes sociais formadas pelos requerentes de asilo ucranianos em Portugal e, além disso, de que forma o CPR tem potenciado o aumento da rede formada por aqueles, bem como a sua integração.

A realização desta entrevista teve como propósito a produção de informação mais fidedigna, visto que é confrontado o ponto de vista institucional com o dos requerentes de asilo entrevistados (capítulo 5).

Refletindo primariamente acerca das razões que explicam os pedidos de asilo ucranianos em Portugal, nomeadamente a partir de 2015, quando se verificou a chegada da grande vaga de requerentes de asilo ucranianos (cerca de 368), a Presidente da Direção do CPR explica alguns dos motivos que os levam a escolher Portugal:

*“Procuraram talvez países que já conheciam. Porque muitos dos que vêm para cá, já tinham estado até como imigrantes ou tinham familiares em Portugal. Portugal é assim um país que lhes é mais familiar para pedirem proteção internacional”.*

Considerando os pedidos de asilo da população ucraniana efetuados inicialmente (2015) face ao presente (2017), a Dr.<sup>a</sup> Maria Teresa Tito de Moraes Mendes ressalta que estes têm diminuído, ocorrendo também alterações nos motivos que os justificam. Nesse sentido, a Presidente da Direção do CPR menciona:

*“Agora sobressaem mais as necessidades económicas face às de proteção, nomeadamente a necessidade de reconstrução das suas próprias vidas. A fundamentação dos pedidos até tem vindo a ser mais fraca e tem havido mais recusas do que anteriormente na apreciação dos pedidos”.*

Chegados a Portugal, os requerentes de asilo ucranianos usufruem do suporte de conterrâneos, nomeadamente de familiares e amigos. Na perspetiva da Presidente da Direção do CPR, estes apoiam-se numa rede social mais concentrada, ou seja, nas ‘social bonds’ (referidas por Ager & Strang, 2008), que os auxiliam na integração. A mesma refere:

*“Têm um suporte que muitos refugiados não têm, porque é uma comunidade já maior, do que por exemplo os Sírios e os Iraquianos, que não têm uma rede familiar ou de amigos e têm mais tendência a sair do país do que os ucranianos (...) É preciso e é vantajoso que haja uma comunidade que já conhecem e que ajudam a abrir portas para os recém-chegados para uma maior integração”.*

Apesar da comunidade imigrante poder fornecer apoio, não podem ser forçadas as relações sociais dos requerentes de asilo e refugiados. A Dr.<sup>a</sup> Maria Teresa Tito de Moraes Mendes sublinha a soberania dos requerentes e a delicadeza que é necessária para se lidar com esta situação.

Quanto às instituições que os requerentes de asilo contactam através do CPR, a Presidente da Direção do CPR refere que os requerentes são encaminhados para outros atores do grupo operativo mediante a fase em que se encontra o seu processo. Os solicitantes de asilo lidam diretamente com o CPR, no entanto são encaminhados para o SEF sempre que seja necessário, para o ISS quando o pedido de asilo é aceite e para a SCML quando o pedido é declinado, ficando um destes dois últimos atores responsáveis pelos mesmos, após o CPR.

Deste modo, quando os requerentes de asilo ficam a cargo do ISS, são distribuídos aleatoriamente pelas regiões no território nacional, independentemente do facto de terem amigos ou conhecidos; no entanto, quando ficam a cargo da SCML, permanecem em Lisboa. No seguimento, quando questionado à Dr.<sup>a</sup> Maria Teresa Tito de Moraes Mendes se as conexões sociais estabelecidas pelos requerentes ucranianos influenciam a escolha do local de habitação (municípios) após abandonarem o CAR e começarem a ser apoiados pelo ISS, a Presidente da Direção do CPR refere o seguinte:

*“Eles quando saem do CPR são apoiados pela Segurança Social e durante o tempo que estiveram cá (três, quatro meses) não têm tempo suficiente para fazer essa escolha por eles e a Segurança Social distribui os mesmos aleatoriamente. Não vai procurar os sítios onde estão os ucranianos”.*

E, completa:

*“Caso os requerentes se autonomizem mais depressa, aí através das redes sociais eles próprios podem ir para uma região, no entanto prescindindo do apoio da Segurança Social”.*

Os atores referidos são as principais ‘pontes de ligação’ fornecidas através do CPR; no entanto, os requerentes de asilo também contactam frequentemente com o Instituto do

Emprego e Formação Profissional, sendo para tal encaminhados pelo Gabinete de Inserção Profissional do CPR. A Dr.<sup>a</sup> Maria Teresa Tito de Moraes Mendes menciona que o estabelecimento de parcerias e redes de contactos com outros atores em prol da integração é fulcral para apoiar devidamente os requerentes de asilo e refugiados. No entanto, a mesma denota que:

*“O trabalho em parceria é fundamental para uma boa integração e muitas vezes as organizações fecham-se um pouco pelo muito trabalho que têm e não trocam boas práticas umas com as outras por falta de tempo ou competitividade devido aos financiamentos reduzidos”.*

Deste modo, apesar de ser positivo para os requerentes de asilo ucranianos terem apoio dos contrerrâneos estabelecidos em Portugal, observa-se alguma carência de suporte institucional ao estabelecimento dessas redes, fator visível no modo aleatório como os requerentes são distribuídos pelas regiões. Além disso, verifica-se também a necessidade de criação, através do CPR, de mais parcerias e ‘pontes de ligação’ entre os solicitantes de asilo ucranianos e outros atores.

## **7. Balanço do estágio e do projeto de investigação e os seus resultados**

Este relatório proporcionou explorar duas partes do estágio realizadas em simultâneo, referindo-se a primeira ao desempenho das minhas funções como estagiária no CAR e à compreensão crítica do funcionamento do CPR e, a segunda, a uma investigação que teve como objetivo a análise do papel das redes sociais na escolha de Portugal como país de destino pelos requerentes de asilo ucranianos e, também, a análise do papel daquelas enquanto facilitadoras da integração no país de acolhimento.

Através deste trabalho desenvolveu-se gradualmente uma colaboração *win-win* entre a investigadora e o CPR, o que permitiu à primeira obter retorno de informações para a sua pesquisa, através do contacto com o CPR e da reunião dos contributos dos refugiados ucranianos por via da aplicação das entrevistas. Já o CPR, pôde beneficiar do trabalho da estagiária e, também, da investigação realizada, cujas conclusões pretendem incluir alguns contributos destinados a melhorar a integração dos requerentes (ucranianos e não só) em Portugal, visto tratar-se de um dos atores que integram a sua rede social.

Seguidamente será efetuado um balanço das duas partes do estágio concretizadas.

Relativamente à primeira parte do estágio, as funções desenvolvidas por mim no CAR consistiram em providenciar aos requerentes os direitos mencionados na lei do asilo nº 26/2014. Deste modo, essas funções passaram fundamentalmente por fornecer alimentação e roupa aos solicitantes de asilo, auxiliar na procura de habitação, encaminhá-los para os serviços de saúde e a farmácia, realizar traduções e funcionar como intérprete de russo e ucraniano, entre outras. Tendo em consideração todas as atividades desenvolvidas ao longo do estágio destaca-se efetivamente que o CPR tem um papel fundamental na integração dos requerentes, existindo, todavia, alguns aspetos que devem ser alvo de reflexão:

- a sobrelotação do CAR – até o centro ter espaço disponível para acolher os requerentes é necessária a procura de habitação externa; verificou-se que esta procura pode ser facilitada, por um lado, através da manutenção de relações com agências imobiliárias e senhorios, de forma a aumentar a confiança nos requerentes de asilo como futuros inquilinos e, por outro, através de campanhas informativas, de modo a consciencializar as pessoas relativamente à integração dos requerentes na habitação, enquanto um direito fundamental;
- a carência de centros de atendimento do CPR e de parcerias para a obtenção de medicação gratuita, uma vez que os requerentes somente podem deslocar-se ao CAR para a obtenção da declaração em como podem recebê-la; por outro

lado, existe somente parceria com uma farmácia, o que aumenta consequentemente o fator tempo e custo para os requerentes; assim deveria existir a possibilidade de ter mais centros de atendimento (ex. no CACR) e de se estabelecerem parcerias com outras farmácias;

- a barreira linguística enfrentada pelos requerentes de asilo russos e ucranianos, observada pelo frequente recurso aos serviços de tradução e intérprete realizados pela estagiária devido à carência de funcionários no CAR que dominem o idioma, podendo esta ser colmatada pelo CPR, se este dispuser de mais informações no idioma russo/ucraniano, bem como fomentar o recurso a serviços de interpretação e ter ao dispor colaboradores que compreendam o idioma e forneçam apoio neste sentido. Contudo, numa perspetiva de contenção de custos, outras alternativas poderão passar por: apoio voluntário para traduções e interpretações; parcerias com universidades, nomeadamente com alunos que estudem línguas e que estejam dispostos em colaborar e a aprender; parcerias com o IEFP, através das quais os inscritos no Centro de Emprego poderão contribuir com traduções e interpretações mediante um valor simbólico; despesas de transporte, suportáveis pelo CPR. Estas iniciativas também poderão incluir a ajuda de ex-refugiados que queiram colaborar com o CPR.

Colaborar com o CAR através da realização das tarefas acima mencionadas foi de facto uma forma muito gratificante de contribuir para a integração dos requerentes de asilo em Portugal, especialmente no processo de procura de habitação, mas também na remoção das barreiras linguísticas, no caso dos solicitantes ucranianos. A realização destas tarefas foi também uma forma de observar alguns aspetos que podem ser melhorados no CPR, como a criação de parcerias (com farmácias), a manutenção e alargamento de conexões sociais (com senhorios e agências imobiliárias) e o desenvolvimento de mais campanhas informativas neste sentido, para além de se desenvolver um maior esforço para mitigar a barreira linguística existente, de modo a melhorar a integração dos requerentes de asilo ucranianos em Portugal.

Todavia, gostaria de ter tido a oportunidade de participar também num outro género de funções ao longo da realização do estágio, ou seja, de ter exercido algumas tarefas noutros departamentos, como o da integração e/ou do emprego, nos quais pudesse aplicar algumas das competências adquiridas ao longo do mestrado. No entanto, considero também que o tempo de estágio não permitiu essa concretização.

Refletindo acerca da segunda parte do estágio, ao longo da investigação observou-se pela análise teórica-conceptual, bem como pela análise empírica (entrevistas realizadas

aos requerentes de asilo ucranianos), que o conflito entre a Ucrânia e a Rússia foi de facto um instigador para o aumento dos pedidos de asilo em Portugal. Neste sentido, além de ter sido observado um aumento de deslocados internos na Ucrânia desde o início do ano 2014, bem como dos pedidos de asilo a países da UE, como no caso de Portugal, os requerentes entrevistados realçaram através dos seus testemunhos a presença do conflito armado, referindo terem pedido proteção internacional devido ao país estar a atravessar um período de guerra civil, não querendo também serem recrutados involuntariamente para prestarem serviço militar.

Neste sentido, realçaram ter escolhido Portugal devido a este poder fornecer-lhes paz e segurança, ter organizações que apoiam os refugiados e ser um país que não tem serviço militar obrigatório. Todavia, apesar das razões que se devem ao conflito serem realmente notórias, os requerentes ucranianos entrevistados salientaram motivos de outro teor para terem pedido asilo e escolhido Portugal como país de destino. Os entrevistados ucranianos sublinham o facto de pedirem proteção também com o objetivo de melhorarem as suas condições económicas, tal como sucede com os migrantes económicos. Além disso, preferem deslocar-se para Portugal devido a diminuírem o risco da migração associado, pois têm o suporte da forte comunidade ucraniana no país, nomeadamente de familiares e amigos, destacando ainda ser possível legalizarem-se. Deste modo, observou-se que os requerentes ucranianos entrevistados evidenciaram características de migrantes mistos num momento de recessão originada pelo conflito vivido em Donbass. Neste sentido, a própria Dr.<sup>a</sup> Maria Teresa Tito de Moraes Mendes, Presidente da Direção do CPR, ressalta (na entrevista) que os requerentes ucranianos têm vindo a destacar mais as necessidades económicas face às de protecção, à medida que o conflito se tem vindo a prolongar.

Tendo em conta a entrevista da Presidente da Direção do CPR e os testemunhos dos requerentes ucranianos, a comunidade ucraniana já instalada (familiares e amigos) é de facto mobilizadora para a sua decisão em migrar para Portugal e se integrar na sociedade de acolhimento. Todavia, existem outros atores que perfazem a sua rede social e que auxiliam no seu processo de integração. As redes sociais mais notórias que os requerentes ucranianos revelaram ao longo das entrevistas incluem, para além de familiares e amigos ucranianos previamente conhecidos, três outros tipos de conexões sociais: as *social bonds* – contactos de mais proximidade, correspondendo a conexões formadas fundamentalmente com as comunidades imigrantes em Portugal (principalmente as que falam russo/ucraniano), incluindo os frequentadores da igreja e os requerentes de asilo da mesma etnia do CAR; as *social bridges* – ligações formadas sobretudo com alguns vizinhos, senhorios, colegas de trabalho e com os requerentes

de asilo de etnia diferente do CAR, no entanto são relações pouco sólidas e algumas de contacto mais esporádico; e, por fim, as *social links* – conexões que possibilitam aos requerentes obterem um suporte mais estruturado, ligações formadas essencialmente com os funcionários do CPR. Foi também referido pelos requerentes o encaminhamento do CPR para outras organizações e serviços do setor público e privado, apesar de considerarem que lhes deveriam ser apresentadas mais ONG através do CPR, de modo a alargarem o seu quadro de relações institucionais e melhorarem a sua integração. Do ponto de vista do CPR, a criação de parcerias revela-se fundamental para a integração dos requerentes; no entanto, denotam-se alguns obstáculos para a celebração destas, como o fator tempo e a competitividade entre organizações.

Através dos testemunhos dos requerentes ucranianos, observa-se que apesar destas conexões serem diferentes na sua génese, forneceram contributos fundamentais para a sua integração, o que denota o poder dos diferentes tipos de capital social na sua rede. Deste modo, os três tipos de conexões sociais proporcionaram:

- *social bonds* – um acompanhamento próximo aos requerentes, auxiliando sobretudo na satisfação das suas necessidades básicas, por via da provisão de habitação, da procura de emprego e fundamentalmente da remoção da barreira linguística, funcionando muitas vezes como tradutores e intérpretes para os requerentes;
- *social bridges* – o ingresso no mercado laboral e a prática da língua portuguesa; no entanto essas conexões evidenciam-se pouco desenvolvidas sobretudo devido à barreira linguística;
- *social links* – focaram-se essencialmente em fornecer conexões institucionais e ferramentas aos requerentes para uma melhor integração na sociedade, incluindo a provisão de assistência material, cursos de língua portuguesa, contratos de habitação, acesso a cuidados de saúde e educação, bem como iniciativas culturais; no entanto, observa-se novamente a questão da barreira linguística, neste caso entre os trabalhadores do CPR e os requerentes de asilo, o que dificultou a comunicação.

Pelos contributos prestados pelos três tipos de conexões, constata-se que apenas as *social bonds* conseguem mitigar as barreiras linguísticas sentidas pelos requerentes. Neste sentido, os entrevistados referem recorrer às *social links* para confirmar as informações obtidas pelas *social bonds*, já que estas últimas são a sua fonte primária na obtenção de esclarecimentos. Esta preferência pelas *social bonds* pode limitar a formação de ligações com as *social bridges* e *links*, bem como o alcance de novas oportunidades e a consequente integração na sociedade, visto os requerentes



recorrerem mais a um tipo de conexão em detrimento de outras. Os requerentes propõem, como forma de melhorar a sua integração em Portugal, dispor de mais informações no CPR no seu idioma, fomentar o recurso a serviços de interpretação, bem como a organização ter colaboradores que compreendam a sua língua.

Além das propostas de integração já mencionadas, os requerentes de asilo ucranianos enunciaram outras ao longo da realização das entrevistas. Destas ressalta-se: a necessidade de prestação de mais esclarecimentos aos requerentes por parte do CPR, bem como o fornecimento de mais informações acerca dos seus direitos nos vários meios da integração; serem realizadas sessões que possibilitem a troca de experiências profissionais entre a sociedade de destino e os requerentes, de modo a que estes fiquem familiarizados com as técnicas de trabalho que se praticam em Portugal e como estas diferem das do seu país de origem; haver mais encaminhamento médico, com possível estabelecimento de protocolos entre o CPR e algumas clínicas, nomeadamente dentárias e de acompanhamento psicológico; haver ocupação dos tempos livres dos requerentes e divulgação dos eventos culturais existentes, de modo a fomentar a união dos requerentes, o contato com os autóctones e o combate ao isolamento; analisar os processos dos requerentes de asilo num tempo mais reduzido, por forma a que a integração seja mais-bem sucedida, sem que os requerentes passem um período muito longo a cargo das entidades responsáveis; e, por fim, a possibilidade de poderem escolher o seu município de residência, após deixarem de ser suportados pelo CPR e passarem a estar a cargo do Instituto da Segurança Social, visto os entrevistados referirem que a escolha não é devidamente informada, considerando-a mesmo forçada em alguns casos. A Dr.<sup>a</sup> Maria Teresa Tito de Moraes Mendes refere que este procedimento de distribuição aleatória dos requerentes é devido aos mesmos não terem condições para decidir o seu próximo destino, visto permanecerem no CAR um curto período de tempo (3 a 4 meses), até serem apoiados pelo ISS. No entanto, os solicitantes consideram esta decisão como um dos fatores que quebra o seu processo de integração, a sua estabilidade emocional e a manutenção das relações sociais, visto referirem permanecer na primeira cidade mais de 6 meses e começar aí a estabelecer novas relações, que são interrompidas no momento de encaminhamento para outras localidades.

Apesar de se verificarem aspetos a melhorar para que a integração dos requerentes de asilo seja mais-bem sucedida, Portugal é um país que lhes agrada. Os requerentes referem-se à sociedade de acolhimento como sendo bondosa, ressaltando também que não sentem discriminação por parte desta, não tencionando assim deslocar-se para outro destino, já que este é considerado também um destino pacífico. Os entrevistados ucranianos têm assim como expetativas futuras encontrarem um emprego a curto prazo

e a possibilidade de empreenderem em Portugal, aprimorarem as suas qualificações para eventualmente exercerem uma nova profissão, adquirirem habitação própria e obterem a cidadania.

A integração é sem dúvida um processo bidirecional, dependente dos requerentes e da sociedade de acolhimento. Observados os pontos que aqueles consideram ser necessário melhorar, cabe à sociedade também ajustar-se neste sentido. Nesta lógica, observando as duas partes do estágio, para que a integração dos requerentes em geral e dos ucranianos em particular seja efetivamente melhor em Portugal, espero que possa ser fomentado no CPR:

- estabelecimento de parcerias – oferecendo assim mais comodidade e acesso aos cuidados de saúde aos requerentes;
- aposta em mais centros de atendimento no CPR, localizados em outros espaços (ex. CACR) – oferecendo mais comodidade aos requerentes, diminuindo assim o tempo e custo das deslocações ao CAR. Esta proposta poderá também contemplar um veículo que poderá funcionar com um posto de atendimento ambulatorio, onde os funcionários do CPR em regime rotativo efetuariam as suas funções de uma forma mais próxima aos requerentes. O percurso seria anunciado não só nos espaços físicos do CPR (CAR e CACR) mas também nas redes sociais (ex. página de *facebook* do CPR, página *web* do CPR, etc.).
- aposta em mais campanhas informativas, possibilitando a integração habitacional;
- mitigação da barreira linguística enfrentada pelos requerentes de asilo (ucranianos), disponibilizando mais informações no CPR no seu idioma, de modo aos requerentes estarem bem esclarecidos e informados; nesta perspetiva faz também sentido os requerentes terem um pacote informativo acerca dos seus direitos e deveres, bem como a quem podem recorrer no seu idioma;
- realização de sessões no CPR que possibilitem a troca de experiências profissionais entre a sociedade de acolhimento e os requerentes, fomentando a criação de redes sociais, ocupação de tempos livres e o ingresso no mercado de emprego;
- proporcionar aos requerentes de asilo (ucranianos) conexões com outras *social links* – apresentando outras ONG para que estes saibam a quem podem recorrer e integrem-se melhor na sociedade;
- ocupação dos tempos livres dos requerentes organizada e acompanhada pelos funcionários do CPR – através do desenvolvimento de atividades organizadas nasce a possibilidade de fortalecimento das redes sociais entre os requerentes

de asilo no CAR, o combate do isolamento, para além de ser uma forma de desenvolver as capacidades dos requerentes enquanto os seus processos de asilos estão a ser alvo de análise pelo SEF e o estabelecimento de empatia entre os requerentes e os funcionários, que têm poder de influenciar positivamente a integração dos requerentes;

- proporcionar a escolha do município de residência (dentro de um quadro de possibilidades), dado o tempo de permanência dos requerentes ucranianos no CAR ser maioritariamente igual ou superior a 4 meses (chegando a ser entre 8 a 9 meses, em alguns casos), um período relativamente extenso, durante o qual os processos são alvo de análise pelo SEF, tornando-se necessário refletir se efetivamente a distribuição aleatória dos requerentes pelos municípios não é uma quebra no seu processo de integração, visto que esta situação leva a um corte com as redes sociais, vínculos considerados pela Presidente da Direção do CPR como uma porta de entrada para a integração.

A realização deste relatório permitiu não só compilar os pontos que carecem de intervenção para que a integração dos requerentes de asilo, em especial dos ucranianos, seja efetivamente melhor, mas também refletir na importância das redes sociais neste sentido, através da análise dos contributos prestados pelos atores mencionados. Além disso, esta investigação possibilitou também compreender que a integração pode passar pela contribuição de diferentes atores de diversos meios, origens e ocupações, podendo ser possível qualquer membro da sociedade fazer parte deste processo, desde que esteja predisposto a incluir o próximo, embora seja também necessária uma predisposição do próprio requerente.

Estudos futuros poderão incidir na verificação de forma como os requerentes de asilo ucranianos alargaram (eventualmente) as suas redes sociais em Portugal e se estão a integrar na sociedade portuguesa ao longo dos anos (pesquisa das trajetórias socioprofissionais e geográficas). Ademais, será relevante compreender qual o papel das *social bonds* na integração, analisando melhor as suas contribuições negativas e positivas ao longo das várias fases do percurso dos requerentes de asilo no país de acolhimento.

## Bibliografia

ACNUR (16 de Agosto de 2017). Famílias passam por dificuldades em zona de conflito na Ucrânia. <http://www.acnur.org/portugues/noticias/noticia/familias-passam-por-dificuldades-em-zona-de-conflito-na-ucrania/> . Site consultado em Fevereiro de 2018.

Ager, A., & Strang, A. (2008). Understanding integration: A conceptual framework. *Journal of refugee studies*, 21(2), 166-191. Disponível em: <https://academic.oup.com/jrs/article/21/2/166/1621262> .

Aires, L. (2011). Paradigma qualitativo e práticas de investigação educacional. Disponível em: [https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/2028/4/Paradigma Qualitativo%20281%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o atualizada%29.pdf](https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/2028/4/Paradigma%20Qualitativo%20281%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o%20atualizada%29.pdf) .

Aleksandra, J., (3 de Dezembro de 2014). География и демография вынуженных переселенцев с Донбасса. [Geografia e demografia dos deslocados internos de Donbass]. Disponível em Live Journal: <http://kireev.livejournal.com/1110689.html>. Site consultado em Fevereiro de 2018.

Anastasia, F. & Solodko, A. (1 de Abril de 2016). UKRAINIANS SEEK ASYLUM IN THE EU: REAL REFUGEES OR ECONOMIC MIGRANTS? Disponível em CEDOS: <https://cedos.org.ua/en/migration/ukraintsi-prosiat-prytulok-u-yes-spravdi-bizhentsi-chy-ekonomichni-mihranty>. Site consultado em Março de 2018.

Ança, M. H. (2008). Língua portuguesa em novos públicos. Disponível em: [http://repositorio.esepf.pt/bitstream/20.500.11796/924/2/SeE\\_13LinguaPortuguesa.pdf](http://repositorio.esepf.pt/bitstream/20.500.11796/924/2/SeE_13LinguaPortuguesa.pdf)

Arango, J. (2003). La explicación teórica de las migraciones: luz y sombra. *Migración y desarrollo*, (1). Disponível em: [http://webs.ucm.es/info/gemi/descargas/articulos/42ARANGO\\_La\\_Explicacion\\_Teorica\\_Migraciones\\_Luces\\_Sombras.pdf](http://webs.ucm.es/info/gemi/descargas/articulos/42ARANGO_La_Explicacion_Teorica_Migraciones_Luces_Sombras.pdf) .

Averin, S., (13 de Março de 2017). Linha de contato com Ucrânia se torna fronteira oficial de Donbass. Disponível em Sputniknews: <https://br.sputniknews.com/europa/201703137875444-donbass-fronteira-nacional/>. Site consultado em Janeiro de 2018.

Baganha, M. I., Marques, J. C., & Góis, P. (2004). Novas migrações, novos desafios: A imigração do Leste Europeu. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (69), 95-115. Disponível em: <http://rccs.revues.org/1340#tocto2n1>.

Baganha, M. I., Marques, J. C., & Góis, P. (2010). Imigração ucraniana em Portugal e no sul da Europa: a emergência de uma ou várias comunidades?. *Imigração ucraniana em Portugal e no sul da Europa: a emergência de uma ou várias comunidades?*, 1-244. Disponível em: [https://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/629\\_Estudo\\_Comun\\_3.pdf](https://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/629_Estudo_Comun_3.pdf).

Banton, M. (2011). Conflicts. In: Bertrand Badie, Dirk Berg-Schlosser & Leonardo Morlino, (eds.), *International Encyclopedia of Political Science* (pp. 394-399). SAGE Publications. Disponível em: <http://b-ok.xyz/book/2517462/3d0752>.

Barata, P. (2014). "A Ucrânia, a UE e a Rússia: *Softpower versus Realpolitik*". *JANUS.NET e-journal of International Relations*, Vol. 5, N.º 1, Maio-Outubro 2014. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/4135/413536171003.pdf>.

Base Geográfica de Referenciação de Informação, do INE (2011). Disponível em: <http://mapas.ine.pt/download/index2011.phtml>.

Bebler, A. (2015). Crimea and the Russian-Ukrainian conflict. Browser Download This Paper. Disponível em: [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=2576142](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2576142).

Berry, J. W. (1997). Immigration, acculturation, and adaptation. *Applied psychology*, 46(1), 5-34. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/2124/ae46eabcafa64cf8a9e43f08bbcb8fefb0d1.pdf>.

Bettiol, C. (8 de Fevereiro de 2018). UCRAINA: La rivoluzione raccontata da un ragazzo qualunque. Disponível em East Journal: <http://www.eastjournal.net/archives/88064>. Site consultado em Fevereiro de 2018.

Bloch, A. (1999). Refugees in the job market: a case of unused skills in the British economy. In *Refugees, citizenship and social policy in Europe* (pp. 187-210). Palgrave Macmillan, London.

Brass, D. J., & Labianca, G. (1999). Social capital, social liabilities, and social resources management. In *Corporate social capital and liability* (pp. 323-338). Springer, Boston, MA. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Giuseppe\\_Labianca/publication/251481942\\_SOCIAL\\_CAPITAL\\_THE\\_SOCIAL\\_LEDGER\\_AND\\_SOCIAL\\_RESOURCES\\_MANAGEMENT/links/542041130cf241a65a1c19f8.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Giuseppe_Labianca/publication/251481942_SOCIAL_CAPITAL_THE_SOCIAL_LEDGER_AND_SOCIAL_RESOURCES_MANAGEMENT/links/542041130cf241a65a1c19f8.pdf).

Caldeira, M. J. B. M. (2011). Migrações Laborais e processos de integração no mercado de trabalho – o caso dos imigrantes da Europa de Leste no Grande Porto e dos portugueses em Genebra, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho. Disponível em:

[https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/19706/4/Tese\\_MariaJos%C3%A9\\_Caldeira\\_2011.pdf](https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/19706/4/Tese_MariaJos%C3%A9_Caldeira_2011.pdf) .

Centro de Acolhimento para Refugiados. Disponível em: <http://www.refugiados.net/novosite/car/car.html>. Consultado a 20 de Dezembro de 2017.

Comissão Europeia (27 de Dezembro de 2017). European Civil Protection and Humanitarian Aid Operations. Disponível em: <http://ec.europa.eu/echo/node/2978>. Site consultado em Fevereiro de 2018.

Conselho Português para os Refugiados. Apresentação. Disponível em: <http://refugiados.net/1cpr/www/apresentacao2.php>. Consultado a 19 de Dezembro de 2017.

Convenção de Genebra de 1951. Disponível em: [http://refugiados.net/1cpr/www/legislacao/leis/asilo1/conv\\_0.html](http://refugiados.net/1cpr/www/legislacao/leis/asilo1/conv_0.html). Site consultado em Março de 2018.

Crush, J., Chikanda, A., & Tawodzera, G. (2012). The third wave: Mixed migration from Zimbabwe to South Africa. Kingston: Southern African Migration Programme.

Disponível em:

[https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/45007325/CJAS\\_Article.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1524427551&Signature=bLhdhljTHWvYiJ6pN8HpV8Y3Nnk%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DThe\\_Third\\_Wave\\_Mixed\\_Migration\\_from\\_Zimb.pdf](https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/45007325/CJAS_Article.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1524427551&Signature=bLhdhljTHWvYiJ6pN8HpV8Y3Nnk%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DThe_Third_Wave_Mixed_Migration_from_Zimb.pdf) .

DIRETIVA 2004/83/CE DO CONSELHO de 29 de Abril de 2004. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/ALL/?uri=CELEX:32004L0083> . Site consultado em Março de 2018.

Diretiva do Conselho 2003/9/CE DO CONSELHO de 27 de Janeiro de 2003. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/ALL/?uri=CELEX:32003L0009>. Site consultado em Março de 2018.

Diretiva do Conselho 2005/85/CE de 1 de Dezembro de 2005. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/ALL/?uri=CELEX:32005L0085> . Site consultado em Março de 2018..

ECRE (1999a). Good Practice Guide on the Integration of Refugees in the European Union: Health. Disponível em: <http://www.refworld.org/docid/4652feff2.html> .

ECRE (1999b). Good Practice Guide on the Integration of Refugees in the European Union: Housing. Disponível em: <http://www.refworld.org/docid/465300b52.html> .

ECRE (2000). Bridges and fences: refugee perceptions of integration in the European Union. Disponível em: [http://repository.forcedmigration.org/show\\_metadata.jsp?pid=fmo:1891](http://repository.forcedmigration.org/show_metadata.jsp?pid=fmo:1891) .

Ellingsen, T. (2000). Colorful community or ethnic witches' brew? Multiethnicity and domestic conflict during and after the cold war. *Journal of Conflict Resolution*, 44(2), 228-249. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/pdf/174664.pdf?refreqid=excelsior%3Adce448a585cbc85f416cf3fc22549e0d> .

Entzinger, H., & Biezeveld, R. L. (2003). Benchmarking in immigrant integration. Disponível em: [https://ec.europa.eu/home-affairs/sites/homeaffairs/files/e-library/documents/policies/legal-migration/pdf/general/benchmarking\\_final\\_en.pdf](https://ec.europa.eu/home-affairs/sites/homeaffairs/files/e-library/documents/policies/legal-migration/pdf/general/benchmarking_final_en.pdf) .

Estatística do Conselho Português para os Refugiados. Disponível em: <http://refugiados.net/1cpr/www/estatisticas.php> . Site consultado em Junho de 2018.

Estatística SEF. População estrangeira residente em Portugal. Disponível em: <https://sefstat.sef.pt/distritos.aspx> . Site consultado em Abril de 2018.

Estevens, A. (2017), *A Cidade Neoliberal. Conflito e arte em Lisboa e em Barcelona*. Editores Le Monde Diplomatique e Deriva.

Estrela, V. L. G. M. (2013). O Leste em Portugal: a integração de imigrantes ucranianos e a educação de adultos. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/20067748.pdf> .

European Social Survey (2012). Disponível em: <http://www.europeansocialsurvey.org/> . Site consultado em Dezembro de 2017.

Europeia, C. (2012). Glossário de Migração e Asilo. *Rede Europeia das Migrações*. Página consultada em, 10. Disponível em: [https://rem.sef.pt/pagespt/docspt/glossariothesaurus/glossario\\_migracao\\_asilo.pdf](https://rem.sef.pt/pagespt/docspt/glossariothesaurus/glossario_migracao_asilo.pdf) . Site consultado em Março de 2018.

Eurostat (16 de Março de 2017). Asylum in the EU Member States. 1.2 million first time asylum seekers registered in 2016. Disponível em: <http://ec.europa.eu/eurostat/documents/2995521/7921609/3-16032017-BP-EN.pdf/e5fa98bb-5d9d-4297-9168-d07c67d1c9e1> . Site consultado em Março de 2018.

Eurostat (20 de Março de 2015). Asylum in the EU. The number of asylum applicants in the EU jumped to more than 625 000 in 2014. Disponível em: <http://ec.europa.eu/eurostat/documents/2995521/6751779/3-20032015-BP-EN.pdf/35e04263-2db5-4e75-b3d3-6b086b23ef2b> . Site consultado em Março de 2018.

Eurostat (4 de Março de 2016). Asylum in the EU Member States. Record number of over 1.2 million first time asylum seekers registered in 2015. Disponível em: <http://ec.europa.eu/eurostat/documents/2995521/7203832/3-04032016-AP-EN.pdf/790eba01-381c-4163-bcd2-a54959b99ed6> . Site consultado em Março de 2018.

Fernandes, R. C. (2015). Os Estados Unidos e a transição para a multipolaridade: a crise na Ucrânia. *Relações Internacionais* (R: I), (45), 25-43. Disponível em: [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1645-91992015000100002](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992015000100002) .

Folheto explicativo do Centro de Acolhimento para Refugiados: <http://www.refugiados.net/novosite/car/car.pdf>. Consultado a 21 de Dezembro de 2017.

Fonseca, M. L., & Pereira, S. (2016). Migration of Ukrainian Nationals to Portugal: The Visibility of a New Migration Landscape. In *Ukrainian Migration to the European Union* (pp. 179-192). Springer, Cham. Disponível em: [https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-319-41776-9\\_11](https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-319-41776-9_11)

Fonseca, M. L., Esteves, A., & McGarrigle, J. (2016). The Economic Crisis as a Feedback-Generating Mechanism? Brazilian and Ukrainian Migration to Portugal. In *Beyond Networks* (pp. 113-133). Palgrave Macmillan, London.

Fonseca, M. L., Pereira, S., & Esteves, A. (2014). Migration of Ukrainian Nationals to Portugal: Changing flows and the critical role of social networks. *Central and Eastern European Migration Review*, 3(1), 115-130.

Franco, L. (2016). O ano da Ucrânia. *JANUS 2015-2016-Integração regional e multilateralismo*, 24-25. Disponível em: [http://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/2917/1/1.8\\_LiviaFranco\\_Ucrania.pdf](http://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/2917/1/1.8_LiviaFranco_Ucrania.pdf) .

Freedman, L. (2014). Ukraine and the art of crisis management. *Survival*, 56(3), 7-42. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/00396338.2014.920143> .



Gericke, D., Burmeister, A., Löwe, J., Deller, J., & Pundt, L. (2017). How do refugees use their social capital for successful labor market integration? An exploratory analysis in Germany. *Journal of Vocational Behavior*.

Groom, R.,J.,A. (2011). Conflict resolution. In: Bertrand Badie, Dirk Berg-Schlosser & Leonardo Morlino, (eds.), *International Encyclopedia of Political Science* (pp. 394-399). SAGE Publications. Disponível em: <http://b-ok.xyz/book/2517462/3d0752> .

Gurak, D. T., & Caces, F. (1992). Migration networks and the shaping of migration systems. *International migration systems: A global approach*, 150-176. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Douglas\\_Gurak/publication/200820361\\_Migration\\_networks\\_and\\_the\\_shaping\\_of\\_migration\\_systems/links/57645efb08ae1658e2ee1274/Migration-networks-and-the-shaping-of-migration-systems.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Douglas_Gurak/publication/200820361_Migration_networks_and_the_shaping_of_migration_systems/links/57645efb08ae1658e2ee1274/Migration-networks-and-the-shaping-of-migration-systems.pdf) .

Haug, S. (2008). Migration networks and migration decision-making. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 34(4), 585-605. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13691830801961605> .

HEISLER, Barbara; (1992); "The Future of Immigrant Incorporation: Which Models? Which Concepts?"; *International Migration Review*, Vol. 26, No. 2, Special Issue: The New Europe and International Migration (Summer, 1992), pp. 623-645. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/pdf/2547074.pdf?refreqid=excelsior%3Ae6594faae1eed608b1c08017ac082f24> .

Humanitarian Data Exchange. Ukraine administrative level 1 (oblast) boundary polygons. Disponível em: <https://data.humdata.org/dataset/ukraine-administrative-boundaries-as-of-q2-2017> . Site consultado em Setembro de 2018.

Jennings, S. R. et al. (2017). An Assessment of the Donbas Region of Ukraine. Strategic and Operational Recommendations for USAID's Country Development Cooperation Strategy 2017-2022. Disponível em: [http://pdf.usaid.gov/pdf\\_docs/pa00mpjs.pdf](http://pdf.usaid.gov/pdf_docs/pa00mpjs.pdf) .

Kindler, M., Ratcheva, V., & Piechowska, M. (2015). Social networks, social capital and migrant integration at local level. European literature review. In IRiS Working Paper Series No. 6/2015. Disponível em: [https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/37667085/IRiS-WP-6-2015.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1522873777&Signature=PcL1zd1VFMUNnZ9knITgXZGEdaY%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DSocial\\_networks\\_social\\_capital\\_and\\_migra.pdf](https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/37667085/IRiS-WP-6-2015.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1522873777&Signature=PcL1zd1VFMUNnZ9knITgXZGEdaY%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DSocial_networks_social_capital_and_migra.pdf)

Kokcharov, A., (22 de Setembro de 2017). Ukraine-Russia conflict. Disponível em IHS Markit: <https://ihsmarkit.com/research-analysis/ukraine-russia-conflict.html>. Site consultado em Fevereiro de 2018.

Koser, K. (1997). Social networks and the asylum cycle: The case of Iranians in the Netherlands. *International migration review*, 591-611. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/pdf/2547287.pdf?refreqid=excelsior:f7fb4ac5f484969318c509272d233b5e> .

Koser, K., & Pinkerton, C. (2002). The social networks of asylum seekers and the dissemination of information about countries of asylum. Disponível em: [http://www.urbanlab.org/articles/Koser\\_2002\\_SocialNetworksOfAsylumSeekers.pdf](http://www.urbanlab.org/articles/Koser_2002_SocialNetworksOfAsylumSeekers.pdf) .

Lei nº 26/2014, de 5 de maio. Disponível em: <https://sites.google.com/site/leximigratoria/lei-do-asilo> . Site consultado em Março de 2018.

Machovets, K. (18 de Outubro de 2014). Хроника войны на Донбассе: от митингов к танкам. [Crônica da guerra no Donbass: de comícios a tanques]. Disponível em mediarnbo: <http://mediarnbo.org/2014/10/18/hronika-voinyi-na-donbasse-ot-mitingov/?lang=ru>. Site consultado em Janeiro de 2018.

Malheiros, J. (2005). Migrações. Medeiros, CA (Direcção) *Geografia de Portugal– Sociedade, Paisagens E Cidades*, 2, 87-125.

Marques, J. C., Góis, P., & de Castro, J. M. (2014). Impacto das políticas de reagrupamento familiar em Portugal (Vol. 53). ACIDI, IP. Disponível em: <https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/177157/ESTUDO+53.pdf/966d8e07-8fea-4088-ad3f-1e2149ce6b38> .

Mendes, M. M. F. (2010). *Imigração, Identidades e Discriminação: imigrantes russos e ucranianos na área metropolitana de Lisboa*. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Marshall, T. H. (1950). *Citizenship and social class* (Vol. 11, pp. 28-29). Cambridge.

Matos, T. N. D. C. C. (2011). *A inserção dos refugiados reinstalados no mercado de trabalho-uma etapa num processo de integração? contributos para uma análise das dinâmicas de integração dos reinstalados em Portugal e na União Europeia* (Doctoral dissertation). Disponível em: [http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/9337/1/igotul001892\\_tm.pdf](http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/9337/1/igotul001892_tm.pdf) .

Meirinhos, M., & Osório, A. (2016). O estudo de caso como estratégia de investigação em educação. *EduSer-Revista de educação*, 2(2). Disponível em: <https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/3961/1/O%20estudo%20de%20caso%20como%20estrat%C3%A9gia%20de%20investiga%C3%A7%C3%A3o%20em%20educ%C3%A7%C3%A3o.pdf> .

Moreno, L. (2016). Rede social [Red social; Social network]. In J. A. Rio Fernandes, L. López Trigal & Eliseu S. Sposito (orgs.), *Dicionário de Geografia Aplicada. Terminologia da análise, do planeamento e da gestão do território* (pp. 434-435). Porto: Porto Editora.

Neumayer, E. (2004). Asylum destination choice: what makes some West European countries more attractive than others?. *European Union Politics*, 5(2), 155-180. Disponível em: [http://eprints.lse.ac.uk/610/1/EUPolitics\\_5\(2\).pdf](http://eprints.lse.ac.uk/610/1/EUPolitics_5(2).pdf) .

Nicolai, N. P. (2015). Understanding the Other Ukraine: Identity and Allegiance in Russophone Ukraine. In: Agnieszka Pikulicka-Wilczewska & Richard Sakw (eds.), *Ukraine and Russia: People, politics, propaganda and perspectives*. E-International Relations Publishing. Disponível em: <http://www.e-ir.info/wp-content/uploads/2015/03/Ukraine-and-Russia-E-IR.pdf> .

Penninx, R. (2005). Integration of migrants: Economic, social, cultural and political dimensions. The new demographic regime: Population challenges and policy responses, 5, 137-152. Disponível em: [https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/41809089/The\\_New\\_Demographic\\_Regime\\_-\\_Population\\_20160131-1381217z17ji.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1529006608&Signature=xtpkKKBXh8DdIRrY%2BxC5Cko%2FjF4%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DThe\\_new\\_demographic\\_regime\\_population\\_ch.pdf#page=149](https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/41809089/The_New_Demographic_Regime_-_Population_20160131-1381217z17ji.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1529006608&Signature=xtpkKKBXh8DdIRrY%2BxC5Cko%2FjF4%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DThe_new_demographic_regime_population_ch.pdf#page=149) .

Pereira, C. S. (2014). Ucrânia: crónica de uma crise anunciada». *Revista de Ciências Militares*, 2(2). Disponível em: [https://www.ium.pt/cisdi/revista/Artigos/Artigo\\_58.pdf](https://www.ium.pt/cisdi/revista/Artigos/Artigo_58.pdf) .

Phillimore, J. (2011). Refugees, acculturation strategies, stress and integration. *Journal of Social Policy*, 40(3), 575-593. Disponível em: [http://eprints.bham.ac.uk/1397/1/PHILLIMORE\\_Refugees%2C\\_acculturation\\_strategies%2C\\_stress\\_and\\_integration\\_-\\_Social\\_Policy.pdf](http://eprints.bham.ac.uk/1397/1/PHILLIMORE_Refugees%2C_acculturation_strategies%2C_stress_and_integration_-_Social_Policy.pdf)

Pohjola, A. (1991). Social Networks-Help or Hindrance to the Migrant?. *International migration*, 29(3), 435-444.

Pomeranz, L. (2014). A crise na Ucrânia. Disponível em: [http://www.bresserpereira.org.br/terceiros/2014/junho/14.06.Crise\\_na\\_Ucr%C3%A2nia.pdf](http://www.bresserpereira.org.br/terceiros/2014/junho/14.06.Crise_na_Ucr%C3%A2nia.pdf) .

Portes, A. (1998). Social capital: Its origins and applications in modern sociology. Annual review of sociology, 24(1), 1-24. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/pdf/223472.pdf?refreqid=excelsior%3A046fea9bf91e86ea487375f7f58cbdbc> .

Prazeres, J. (2014). O conflito na Ucrânia sob o ponto de vista da segurança e defesa. Disponível em: [http://database.jornaldefesa.pt/crises\\_e\\_conflitos/russia/JDRI%20094%20240314%20ucrania.pdf](http://database.jornaldefesa.pt/crises_e_conflitos/russia/JDRI%20094%20240314%20ucrania.pdf) .

Projetos em curso no Conselho Português para os Refugiados. Disponível em: <http://refugiados.net/1cpr/www/projectos.php>. Consultado a 18 de Junho de 2018.

Putnam, R. D. (2007). E pluribus unum: Diversity and community in the twenty-first century the 2006 Johan Skytte Prize Lecture. Scandinavian political studies, 30(2), 137-174. Disponível em: <https://macaulay.cuny.edu/eportfolios/benediktsson2013/files/2013/04/Putnam.pdf> .

Quivy, R., & Van Campenhoudt, L. (1998). Manual de investigação em ciências sociais.

Ragin, C., (1994). Constructing Social Research. The Unity and Diversity of Method, Thousand Oaks: Pine Forge.

Ramos, E. G. (2011). Integração social dos descendentes de imigrantes: o papel do associativismo imigrante na Área Metropolitana de Lisboa (Doctoral dissertation). Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/2568> .

Regulamento de estágios profissionais no âmbito dos cursos de 2º ciclo. Disponível em: [http://www.igot.ulisboa.pt/wpcontent/uploads/2016/04/REGULAMENTOESTAGIO\\_IGO\\_T.pdf](http://www.igot.ulisboa.pt/wpcontent/uploads/2016/04/REGULAMENTOESTAGIO_IGO_T.pdf). Consultado a 4 de Dezembro de 2017.

Relatório anual de atividades do Conselho Português para os Refugiados de 2016. Disponibilizado pelo Conselho Português para os Refugiados.

Relatórios estatísticos anuais do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Disponível em: <https://sefstat.sef.pt/relatorios.aspx> . Site consultado em Abril de 2018.

Richmond, A., H. (1988) «Sociological Theory of International Migration: the case of refugees», in Current Sociology, nº30 (2), pp. 7-25. Disponível em:

<https://yorkspace.library.yorku.ca/xmlui/bitstream/handle/10315/8016/Current%20Sociology-1988-Richmond-7-25.pdf?sequence=1&isAllowed=y> .

Roman, E. (2015). Mediterranean Flows into Europe. Refugees or Migrants?.

MECHANISM of integration and regional cooperation, 77. Disponível em:

[http://www.iemed.org/recursos-compartits/pdfs/MedOccidental\\_Forum2016\\_Dossier%20EN.pdf#page=78](http://www.iemed.org/recursos-compartits/pdfs/MedOccidental_Forum2016_Dossier%20EN.pdf#page=78).

Roque Amaro (2000); “A Exclusão Social Hoje”; Cadernos do ISTA, nº9. Disponível

em: [http://www.triplov.com/ista/cadernos/cad\\_09/amaro.html](http://www.triplov.com/ista/cadernos/cad_09/amaro.html) .

Roque Amaro. Coord. [et al]. (2003); “A luta contra a pobreza e a exclusão social;

Bureau Internacional do Trabalho. Genebra. Disponível em:

[http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/pub\\_luta.pdf](http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/pub_luta.pdf) .

Segodnya (29 de janeiro de 2018). Кого заберут в армию в 2017-м: повестки получат молодые люди и мужчины с высшим образованием. [Quem será levado para o exército em 2017: jovens e homens com educação superior receberão a convocação].

Disponível em: <https://www.segodnya.ua/ukraine/kogo-zaberut-v-armiyu-v-2017-m-povestki-poluchat-molodye-lyudi-i-muzhchiny-s-vysshim-obrazovaniem--786932.html>.

Site consultado em Fevereiro de 2018.

Slovo i Dilo (2 de Fevereiro de 2018). Как изменилось количество переселенцев в Украине за 2016-2017 годы. [Evolução do número de deslocados na Ucrânia de 2016 para 2017]. Disponível em:

<https://ru.slovoidilo.ua/2018/02/02/infografika/obshhestvo/kak-izmenilos-kolichestvo-pereselencev-ukraine-2016-2017-gody> . Site consultado em Fevereiro de 2018.

Sönmez, Z. (1989). THE ROLE OF SOCIAL NETWORKS IN THE MOVEMENT OF SYRIAN REFUGEES TO NEIGHBOURING COUNTRIES. Social networks, 641.

Disponível em:

<http://insamer.com/rsm/files/THE%20ROLE%20OF%20SOCIAL%20NETWORKS%20IN%20THE%20MOVEMENT%20OF%20SYRIAN%20REFUGEES%20TO%20NEIGHBOURING%20COUNTRIES.pdf> .

Sousa, L. (1999). Percursos de inserção de refugiados em Portugal: sós ou acompanhados?: um estudo sobre as dificuldades de inserção de refugiados em Portugal (Doctoral dissertation). Disponível em:

<https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/2106/1/Sousa%201999%20Percursos%20de%20Inser%C3%A7%C3%A3o%20de%20Refugiados%20em%20Portugal.pdf> .

Strang, A., & Ager, A. (2010). Refugee integration: Emerging trends and remaining agendas. *Journal of Refugee Studies*, 23(4), 589-607. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Alison\\_Strang/publication/273038727\\_Refugee\\_Integration\\_Emerging\\_Trends\\_and\\_Remaining\\_Agendas/links/56e7ecc508aea51e7f3af25d.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Alison_Strang/publication/273038727_Refugee_Integration_Emerging_Trends_and_Remaining_Agendas/links/56e7ecc508aea51e7f3af25d.pdf) .

Sushko, I, & Kulchytska, K. (08 de Outubro de 2015). Is Ukraine a 'migration threat' to the EU?. Disponível em Euroactiv: <https://www.euractiv.com/section/justice-home-affairs/opinion/is-ukraine-a-migration-threat-to-the-eu/> . Site consultado em Março de 2018.

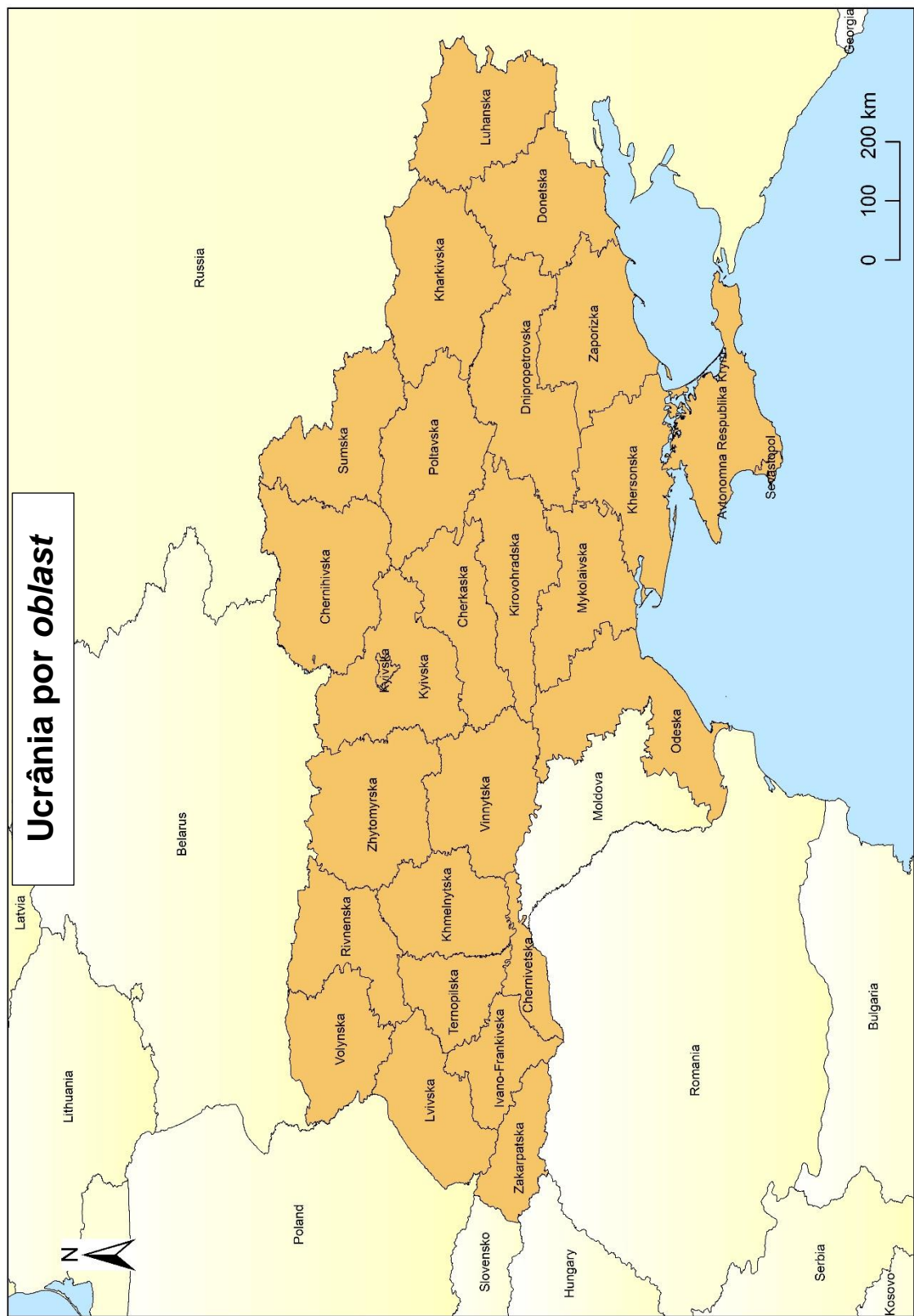
Truzzi, O. (2008). Redes em processos migratórios. *Tempo social*, 20(1), 199-218. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v20n1/a10v20n1> .

UNHCR (14 de Agosto de 2015). Ukraine: Internally displaced people. Disponível em: [http://unhcr.org.ua/images/gallery/IDP\\_Map/ukr\\_IDPs\\_A4L\\_14.08.2015.jpg](http://unhcr.org.ua/images/gallery/IDP_Map/ukr_IDPs_A4L_14.08.2015.jpg) . Site consultado em Fevereiro de 2018.

Van Hear, N., Brubaker, R., & Bessa, T. (2009). Managing mobility for human development: The growing salience of mixed migration. Disponível em: [https://mpira.ub.uni-muenchen.de/19202/1/MPRA\\_paper\\_19202.pdf](https://mpira.ub.uni-muenchen.de/19202/1/MPRA_paper_19202.pdf).

Anexos

I. Mapa Ucrânia por oblast





## II. Estrutura de entrevista aplicada aos requerentes de asilo ucranianos



Instituto de Geografia  
e Ordenamento do Território  
UNIVERSIDADE DE LISBOA

### Aplicação de entrevistas na temática: “Requerentes de asilo ucranianos em Portugal. Motivações, redes sociais e integração”.

#### Objetivos da entrevista:

- Identificar as motivações (razões) dos requerentes de asilo ucranianos na escolha do país de proteção – Portugal;
- Perceber a influência das redes sociais dos refugiados ucranianos no decorrer do processo de integração;
- Compreender a importância do CPR no estabelecimento de conexões entre os requerentes de asilo/ refugiados e outros atores em prol da integração.
- Outros aspetos relevantes neste domínio.

FAMÍLIA Nº \_\_\_\_\_ DATA DE REALIZAÇÃO DA ENTREVISTA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

#### 1. Características gerais

1.1 Género \_\_\_\_\_

1.2 Idade \_\_\_\_\_

1.3 Naturalidade \_\_\_\_\_

1.4 Estado civil \_\_\_\_\_

1.5 Nº de membros no agregado familiar \_\_\_\_\_

1.5.1 Relação de parentesco dos que vivem consigo (n.º de pessoas em cada categoria):

Parente 1	Idade	Parente 2	Idade	Parente 3	Idade	Parente 4	Idade	Parente 5	Idade
Cônjuge _____		Cônjuge _____		Cônjuge _____		Cônjuge _____		Cônjuge _____	
Parceiro em união de facto _____		Parceiro em união de facto _____		Parceiro em união de facto _____		Parceiro em união de facto _____		Parceiro em união de facto _____	
Filho _____		Filho _____		Filho _____		Filho _____		Filho _____	
Filha _____		Filha _____		Filha _____		Filha _____		Filha _____	
Irmão _____		Irmão _____		Irmão _____		Irmão _____		Irmão _____	
Irmã _____		Irmã _____		Irmã _____		Irmã _____		Irmã _____	
Outro familiar: _____		Outro familiar: _____		Outro familiar: _____		Outro familiar: _____		Outro familiar: _____	
Outro não familiar: _____		Outro não familiar: _____		Outro não familiar: _____		Outro não familiar: _____		Outro não familiar: _____	



### 1.6 Habilitações literárias:

Ensino básico 1º ciclo \_\_\_\_  
Ensino básico 2º ciclo \_\_\_\_  
Ensino básico 3º ciclo \_\_\_\_  
Ensino secundário (11º ano) \_\_\_\_  
Curso técnico-profissional + 11º ano \_\_\_\_  
Licenciatura \_\_\_\_  
Mestrado \_\_\_\_  
Doutoramento \_\_\_\_

#### 1.6.1 Habilitações literárias dos que vivem consigo:

Parente 1	Parente 2	Parente 3	Parente 4	Parente 5
Ensino básico 1º ciclo ____ ____ Ensino básico 2º ciclo ____ ____ Ensino básico 3º ciclo ____ ____ Ensino secundário (11º ano) ____ Curso técnico-profissional + 11º ano ____ ____ Licenciatura ____ Mestrado ____ Doutoramento ____	Ensino básico 1º ciclo ____ ____ Ensino básico 2º ciclo ____ ____ Ensino básico 3º ciclo ____ ____ Ensino secundário (11º ano) ____ Curso técnico-profissional + 11º ano ____ ____ Licenciatura ____ Mestrado ____ Doutoramento ____	Ensino básico 1º ciclo ____ ____ Ensino básico 2º ciclo ____ ____ Ensino básico 3º ciclo ____ ____ Ensino secundário (11º ano) ____ Curso técnico-profissional + 11º ano ____ ____ Licenciatura ____ Mestrado ____ Doutoramento ____	Ensino básico 1º ciclo ____ ____ Ensino básico 2º ciclo ____ ____ Ensino básico 3º ciclo ____ ____ Ensino secundário (11º ano) ____ Curso técnico-profissional + 11º ano ____ ____ Licenciatura ____ Mestrado ____ Doutoramento ____	Ensino básico 1º ciclo ____ ____ Ensino básico 2º ciclo ____ ____ Ensino básico 3º ciclo ____ ____ Ensino secundário (11º ano) ____ Curso técnico-profissional + 11º ano ____ ____ Licenciatura ____ Mestrado ____ Doutoramento ____

### 1.7 Profissão:

---

#### 1.7.1 Profissão dos que vivem consigo:

---

---

### 1.8 Situação legal:

1.8.1 Pedido de proteção internacional (admissibilidade) \_\_\_\_

1.8.2 Autorização de residência provisória (ARP) \_\_\_\_

1.8.3 Título de residência (TR) \_\_\_\_

1.9 Data de chegada a Portugal: \_\_/\_\_/\_\_\_\_

1.10 Data de entrada no CAR \_\_/\_\_/\_\_\_\_ e saída \_\_/\_\_/\_\_\_\_

1.11 Desde que chegou a Portugal onde já se encontrou alojado/a?

---

---

---

#### 1.12 De momento encontra-se em alojamento:

CAR \_\_\_\_

Alojamento externo suportado pelo CPR (Vinha Grande – São João da Talha) \_\_\_\_

Alojamento externo suportado pelo CPR (Residencial Dona Fátima – Bobadela) \_\_\_\_

Alojamento externo custeado pelo CPR \_\_\_\_

Alojamento externo – casa de familiares \_\_\_\_

Alojamento externo – casa de amigos \_\_\_\_

Outro \_\_\_\_ Qual? \_\_\_\_\_

## **2. Razão do pedido de asilo**

2.1 Quais foram as motivações de vinda para Portugal?

---

---

---

---

---

---

---

2.2 Porquê Portugal e não outro país?

---

---

---

---

---

---

---

2.3 Já viveu noutro país da UE antes de vir para Portugal ou vivenciou deslocação interna na Ucrânia? Porquê?

---

---

---

---

---

## **3. Redes sociais para a integração**

3.1 Mantinha contacto com ucranianos residentes em Portugal ou outros conhecidos/amigos antes de vir?

Sim\_\_ Não\_\_

3.1.1 Estes influenciaram a sua escolha para vir para Portugal? Se sim, quem e de que forma foram ajudados? Se não, qual o motivo da escolha do país de destino?

---

---

---

---

---

---

---

3.2 Tem amigos em Portugal? Se sim, quem e de que forma o/a auxiliam?

---

---

---

---

---

---

---

### 3.3 Quando precisa de informações, a quem recorre primeiro?

Assistentes sociais do CAR \_\_\_\_

Professor/a de língua portuguesa do CPR \_\_\_\_

Amigos/colegas requerentes de asilo do CPR Ucrânianos \_\_\_\_

Amigos/colegas requerentes de asilo do CPR de outra nacionalidade \_\_\_\_

Colegas de partilha de habitação \_\_\_\_

Responsável pelo local de residência \_\_\_\_

Entidade empregadora \_\_\_\_

Amigos da comunidade ucraniana \_\_\_\_

Outros amigos da comunidade portuguesa \_\_\_\_

Família \_\_\_\_

Voluntário \_\_\_\_

Ninguém \_\_\_\_

Outro \_\_ Qual? \_\_\_\_\_

### 3.4 Caso necessite de uma interpretação/ tradução de ucraniano para português, quem lhe presta auxílio?

Assistentes sociais do CAR \_\_\_\_

Professor/a de língua portuguesa do CPR \_\_\_\_

Amigos/colegas requerentes de asilo do CPR Ucrânianos \_\_\_\_

Amigos/colegas requerentes de asilo do CPR de outra nacionalidade \_\_\_\_

Colegas de partilha de habitação \_\_\_\_

Responsável pelo local de residência \_\_\_\_

Entidade empregadora \_\_\_\_

Amigos da comunidade ucraniana \_\_\_\_

Outros amigos da comunidade portuguesa \_\_\_\_

Família \_\_\_\_

Voluntário \_\_\_\_

Internet ou dicionário \_\_\_\_

Outro \_\_ Qual? \_\_\_\_\_

### 3.5 Quando necessita de se deslocar aos serviços administrativos (ex.: segurança social), quem vai consigo/lhe presta auxílio (presencial ou não)?

Assistentes sociais do CAR \_\_\_\_

Professor/a de língua portuguesa do CPR \_\_\_\_

Amigos/colegas requerentes de asilo do CPR ucranianos \_\_\_\_

Amigos/colegas requerentes de asilo do CPR de outra nacionalidade \_\_\_\_

Colegas de partilha de habitação \_\_\_\_  
Responsável pelo local de residência \_\_\_\_  
Entidade empregadora \_\_\_\_  
Amigos da comunidade ucraniana \_\_\_\_  
Outros amigos da comunidade portuguesa \_\_\_\_  
Família \_\_\_\_  
Voluntário \_\_\_\_  
Ninguém \_\_\_\_  
Outro \_\_\_\_ Qual? \_\_\_\_\_

3.6 Quando necessita de se deslocar aos serviços de saúde (ex.: centro de saúde, hospital), quem vai consigo/lhe presta auxílio (presencial ou não)?

Assistentes sociais do CAR \_\_\_\_  
Professor/a de língua portuguesa do CPR \_\_\_\_  
Amigos/colegas requerentes de asilo do CPR ucranianos \_\_\_\_  
Amigos/colegas requerentes de asilo do CPR de outra nacionalidade \_\_\_\_  
Colegas de partilha de habitação \_\_\_\_  
Responsável pelo local de residência \_\_\_\_  
Entidade empregadora \_\_\_\_  
Amigos da comunidade ucraniana \_\_\_\_  
Outros amigos da comunidade portuguesa \_\_\_\_  
Família \_\_\_\_  
Voluntário \_\_\_\_  
Ninguém \_\_\_\_  
Outro \_\_\_\_ Qual? \_\_\_\_\_

3.7 Caso necessite de se deslocar aos serviços educativos (ex.: escola), quem vai consigo/lhe presta auxílio (presencial ou não)? Escolha entre 1 a 3 opções por ordem de preferência.

Assistentes sociais do CAR \_\_\_\_  
Professor/a de língua portuguesa do CPR \_\_\_\_  
Amigos/colegas requerentes de asilo do CPR ucranianos \_\_\_\_  
Amigos/colegas requerentes de asilo do CPR de outra nacionalidade \_\_\_\_  
Colegas de partilha de habitação \_\_\_\_  
Responsável pelo local de residência \_\_\_\_  
Entidade empregadora \_\_\_\_  
Amigos da comunidade ucraniana \_\_\_\_

Outros amigos da comunidade portuguesa \_\_\_\_  
Família \_\_\_\_  
Ninguém \_\_\_\_  
Voluntário \_\_\_\_  
Outro \_\_ Qual? \_\_\_\_\_

**3.8 Caso esteja à procura de emprego ou necessite de se deslocar a um dos serviços respetivos (ex.: IEFPP), quem lhe presta auxílio?**

Assistentes sociais do CAR \_\_\_\_  
Professor/a de língua portuguesa do CPR \_\_\_\_  
Amigos/colegas requerentes de asilo do CPR ucranianos \_\_\_\_  
Amigos/colegas requerentes de asilo do CPR de outra nacionalidade \_\_\_\_  
Colegas de partilha de habitação \_\_\_\_  
Responsável pelo local de residência \_\_\_\_  
Entidade empregadora \_\_\_\_  
Amigos da comunidade ucraniana \_\_\_\_  
Outros amigos da comunidade portuguesa \_\_\_\_  
Família \_\_\_\_  
Voluntário \_\_\_\_  
Ninguém \_\_\_\_  
Outro \_\_ Qual? \_\_\_\_\_

**3.9 Quais os fatores que influenciam a integração? Ordene por ordem de preferência.**

Aprendizagem da língua portuguesa \_\_\_\_  
Encontrar emprego \_\_\_\_  
Encontrar habitação \_\_\_\_  
Acesso à saúde \_\_\_\_  
Acesso à educação \_\_\_\_

**3.10 Quais as expectativas futuras? Pretende ir para outro país ou fixar-se em Portugal? Se for a segunda opção, em Lisboa (centro) ou noutra região e porquê?**

---

---

---

---

---

---

---

---

**4. Contribuição do Conselho Português para os Refugiados**

4.1 Desde que chegou ao CAR quais foram as instituições ou pessoas que teve contacto através do CPR? E de que modo obtinha conhecimento das mesmas?

---

---

---

---

4.1.1 De que forma lhe foram úteis?

---

---

4.1.2 Manteve contacto com alguma delas posteriormente?

---

---

4.2 Indique na sua perspetiva que outras instituições, pessoas ou até mesmo temáticas lhe seriam úteis conhecer através do CPR, de modo a fomentar a sua integração em Portugal.

---

---

---

---

### III. Estrutura da entrevista aplicada à Dr.<sup>a</sup> Maria Teresa Tito de Morais Mendes, Presidente da Direção do CPR



Instituto de Geografia  
e Ordenamento do Território  
UNIVERSIDADE DE LISBOA

#### **Aplicação da entrevista na temática: “Requerentes de asilo ucranianos em Portugal. Motivações, redes sociais e integração”.**

##### Objetivos da entrevista:

- Identificar as motivações (razões) dos requerentes de asilo ucranianos na escolha do país de proteção – Portugal;
- Perceber a influência das redes sociais dos refugiados ucranianos no decorrer do processo de integração;
- Compreender a importância do CPR no estabelecimento de conexões entre os requerentes de asilo/ refugiados e outros atores em prol da integração.
- Outros aspetos relevantes neste domínio.

1. Segundo os dados do CPR, no ano 2015 verificou-se a chegada de mais de 368 requerentes de asilo ucranianos. Que razões explicam este número de pedidos? Haverá fatores apenas internos influenciadores à Ucrânia ou também de Portugal?
2. Tenho observado que muitos refugiados encontram-se a residir em casa de familiares e amigos embora continuem a ser suportados pelo CPR. Na sua opinião, face à generalidade dos requerentes/refugiados, os requerentes de asilo provenientes da Ucrânia têm um padrão de redes sociais mais concentrado (ex. família) ou disperso (intercomunitário)?
3. Segundo uma notícia publicada em Slovo a 13 de Janeiro de 2015\*, a Presidente do CPR refere que do total (cerca de 400) apenas 100 foram reinstalados para outras regiões do país quando abandonaram o CAR em 2015. Considera que as conexões sociais por eles estabelecidas durante este processo influencia posteriormente a decisão da escolha da região?
4. Considera que os pedidos de asilo que chegam no presente (2017) diferem de algum modo dos iniciais (2015): considerando as razões de pedido de proteção, redes sociais estabelecidas e aspirações futuras dos mesmos?
5. Como o CPR tem sido uma “ponte de ligação” entre requerentes de asilo/refugiados e outras instituições ou pessoas? De modo a potenciar outras conexões em prol da integração dos mesmos.

\* Disponível em: <http://gazetaslovo.com/%D0%B3%D0%B0%D0%B7%D0%B5%D1%82%D0%B0/item/portugaliya-vse-bolshe-ukraincev-prosyat-ubezhishha.html>.